

**JEFFERSON MARQUES BERTOLDI**

**PROTAGONISMO JUVENIL E MUNDO DO TRABALHO.  
CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICO-PASTORAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.**

**CURITIBA**

**2014**

**PONTÍFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA – PPGT PUCPR**

**JEFFERSON MARQUES BERTOLDI**

**PROTAGONISMO JUVENIL E MUNDO DO TRABALHO.  
CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICO-PASTORAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia – PPGT. Área de Concentração: Teologia Sistemático-Pastoral - Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade - da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teologia.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Clélia Peretti.

**CURITIBA**

**2014**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central

B546p  
2014 Bertoldi, Jefferson Marques  
Protagonismo juvenil e mundo do trabalho : contribuições pedagógico-  
pastorais na formação profissional / Jefferson Marques Bertoldi ; orientadora:  
Clélia Peretti. – 2014.  
157 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
Curitiba, 2014  
Bibliografia: f. 138-139

1. Trabalho – Aspectos religiosos. 2. Trabalho – Aspectos sociais.  
3. Formação profissional – Aspectos religiosos. 4. Obras da Igreja junto à  
juventude. 5. Juventude – Conduta. 6. Educação do adolescente. I. Peretti,  
Clélia. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de  
Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 261.85

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 074**  
**DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE TEOLOGIA**

**JEFFERSON MARQUES BERTOLDI**

Aos doze dias, do mês de março de dois mil e catorze, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se na Sala de Defesa – Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Clélia Peretti, Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, Lindomar Wesler Boneti e Remi Klein, para examinar a Dissertação do candidato, **Jefferson Marques Bertoldi** ingressante no Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e doze Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. O mestrando apresentou a dissertação intitulada: “**Protagonismo Juvenil e Mundo do Trabalho. Contribuição Pedagógico - Pastorais na Formação Profissional**”.

O candidato fez uma exposição sumária da Dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e, após a defesa, o candidato foi APROVADO pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 12 h      min. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clélia Peretti Clélia Peretti  
Presidente/Orientadora-PUCPR

Prof. Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira [Assinatura]  
Convidado interno - PUCPR

Prof. Dr. Lindomar Weseller Bonetti [Assinatura]  
Convidado Interno - PUCPR

Prof. Dr. Remi Klein [Assinatura]  
Convidado Externo – Faculdades EST

[Assinatura]  
**CIENTE**  
Prof. Dr. Agenor Brighenti

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*  
PPGT - PUCPR



*As três mulheres que inspiram minha vida:*

*Juraci Maria Marques (mãe);*

*Mariana Wapenik Bertoldi (filha);*

*Flávia Aparecida Silva (noiva).*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, a quem venho servindo com minha vida e meu trabalho.

A minha noiva Flávia Aparecida Silva, por ser minha inspiração, pelo companheirismo, incentivo, participação e paciência cultivada ao longo deste trabalho.

Ao presente divino na minha vida, Mariana Wapenik Bertoldi, minha filha que me faz tentar construir um mundo mais humano e solidário.

Aos meus pais e irmãos, pela força e humildade que me inspiram.

Aos professores e colaboradores da PUCPR e TECPUC que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste mestrado.

Aos professores que gentilmente aceitaram o convite para compor as Bancas de Qualificação e Defesa, minha imensa gratidão pelas valiosas contribuições.

Em especial, a minha orientadora e amiga Professora Dr<sup>a</sup>. Clélia Peretti, por me provocar a este desafio e acreditar desde o princípio nas minhas capacidades e cujas sábias e oportunas contribuições foram imprescindíveis para a realização deste estudo.

*“O protagonismo juvenil emerge como alternativa  
válida e eficaz para possibilitar os adolescentes  
identificar, incorporar e vivenciar, através de ações  
concretas, os valores que lhes permitirão encontra-se  
consigo mesmos e com os outros, na dimensão da  
solidariedade e do serviço desinteressado à causa do  
bem comum.”*

*(COSTA, 2000, p. 126).*

## RESUMO

O presente estudo Protagonismo Juvenil e Mundo do trabalho. *Contribuições Pedagógico - Pastorais na Formação Profissional - está* vinculado ao Projeto de Pesquisa - *Teologia e Gênero. Perspectivas e Novas Configurações Sociais* e se insere na Linha de pesquisa *Teologia e Sociedade*, do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR, que visa realizar investigação teológica voltada para a vida e missão do cristão na sociedade. A pesquisa discute em uma perspectiva interdisciplinar as contribuições pedagógico-pastorais da formação profissional dos jovens do Ensino Médio Integrado do Centro de Educação profissional Irmão Mário Cristóvão-TECPUC. A ênfase dada ao estudo é o processo de construção do protagonismo juvenil no mundo do trabalho e parte-se do pressuposto de que os jovens, individualmente ou em grupos, participam de diferentes formas e em espaços diversos, em torno ou no objetivo de promover mudanças significativas na sociedade, que venham proporcionar não somente um acesso aos direitos sociais ou a serviços deles derivados, mas também a constituição de novos direitos e políticas públicas da/para/com juventudes e demais pessoas. Dentro da ideia de protagonismo, o jovem é tomado como elemento central da prática educativa. O protagonismo juvenil favorece a formação de pessoas autônomas e comprometidas socialmente, com valores de solidariedade e respeito mais incorporados, o que contribui para uma proposta de transformação social. O trabalho humano é apresentado como expressão da grandeza da pessoa humana, como continuação da obra do Criador e tem um valor ético. O trabalho em seu sentido subjetivo, expressa o agir do homem enquanto ser dinâmico, capaz de levar a término várias ações que pertencem ao processo do trabalho e que correspondem a sua vocação pessoal. Emerge, assim, uma concepção teológica e, ao mesmo tempo, humanista da pessoa que nos faz dizer que essa é o parâmetro da dignidade do trabalho. O estudo tem por objetivo analisar o perfil dos jovens do Ensino Médio Integrado do Centro de Educação profissional Irmão Mário Cristóvão – TECPUC e a contribuição pedagógico-pastoral na orientação de sua vocação profissional e inserção no mundo do trabalho e orientou-se pela pesquisa qualitativa de natureza exploratório-descritiva, bibliográfica e de campo, com a técnica da entrevista individual, semi-estruturada, com um roteiro com 40 perguntas abertas e fechadas. Para a coleta de dados obedeceu-se aos critérios do Comitê de Ética de Pesquisa da PUCPR. O questionário foi aplicado online a um universo de 201 participantes, jovens estudantes dos terceiros e quartos anos, com idade entre 17 e 18 anos, dos Cursos de Administração, Contabilidade e Informática, do Ensino Médio Integrado do Centro de Educação profissional Irmão Mário Cristóvão – TECPUC, dos quais 189 responderam ao questionário. A análise dos dados se orientou em torno de categorias, tais como perfil sócio demográfico, trabalho, aspectos familiares, educação, religião, contribuição pedagógico-pastoral do TECPUC para a formação profissional e protagonismo e projeto de vida. E a partir dos dados obtidos, compreendeu-se que as juventudes se constroem nas e pelas relações sociais; as políticas públicas com suas diretrizes e projetos contribuem para resgatar a dimensão social da educação, favorecendo na preparação para o mundo do trabalho. A integração entre a proposta pedagógica, as ações e os projetos do Núcleo de Pastoral contribui para o desenvolvimento do protagonismo e da cidadania. Essas são algumas das confirmações e percepções que o presente trabalho identificou, entre outros aspectos fundamentais relatados durante a

pesquisa.

**Palavras-Chave:** Juventude. Trabalho. Pastoral. Protagonismo Juvenil. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This study *Protagonism Youth and World of Work . Pedagogical Contributions - Pastoral Vocational Training* - is linked to the research project - *Theology and Gender . New Perspectives and Social Settings* and inserts on line research and *Theology Society* , the Graduate Program in Theology PUCPR aimed at holding theological research focused on the life and mission of the Christian in society . The research discusses an interdisciplinary perspective on the contributions of the teaching and pastoral training of young high school students of the Center for Integrated Professional Education *Mário Brother Kitts - TECPUC* . The emphasis is to study the process of building youth leadership in the world of work and part on the assumption that young people , individually or in groups , participate in different ways and in different spaces around or in order to promote changes significant in society that will provide not only access to social rights or services derived from them , but also the creation of new rights and public policy / for / with youths and others . Within the idea of the young protagonist is taken as a central element of educational practice . Youth participation contributes to the formation of autonomous and committed people socially , with values of solidarity and corporate compliance , which contributes to a proposal for social transformation . Human work is presented as an expression of the greatness of man , as a continuation of the work of the Creator and has an ethical value. The work in its subjective sense, expresses the act of man as being dynamic , can lead to end several actions belonging to the work process and that match your personal vocation . Thus emerges a theological and at the same time, humanistic conception of the person that makes us say that this is the parameter of the dignity of work . The study was guided by the exploratory-descriptive and bibliographic and field research of qualitative nature, the technique of individual interviews , semi - structured , with a script with 40 open and closed questions . To collect data obeyed to the criteria of the PUCPR Research Ethics Committee . The questionnaire was administered online to a universe of 201 participants , young students of the third and fourth years , aged 17 and 18, Course Administration , Accounting and Computer Science, the High School 's Center for Integrated Education Professional aBrother Christopher - TECPUC , of which 189 responded to the questionnaire . Data analysis was guided around categories such as socio-demographic profile , work, family issues , education , religion , teaching and pastoral contribution of TECPUC for professional training and leadership and life project . And from the data obtained , it was understood that the youths are constructed in and through social relations, public policy with its directives and projects contribute to redeem the social dimension of education favoring in preparation for the world of work . The integration between the pedagogical proposal , the actions and projects of the Center for Pastoral contributes to the development of leadership and citizenship . These are some of the confirmations and perceptions that the present work has identified , among others reported during the survey fundamentals .

Keywords : Youth . Work . Pastoral . Youth leadership. Public Policy .

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade.....	108
Gráfico 2 - Cor/Raça .....	109
Gráfico 3 – Casa .....	109
Gráfico 4 - Casa .....	110
Gráfico 5 - Salário .....	113
Gráfico 6 - Mora com quem.....	114
Gráfico 7 - Profissão Mãe.....	115
Gráfico 8 - Profissão Pai .....	116
Gráfico 9 - Influência da profissão dos Pais .....	117
Gráfico 10 - Ano do Ensino Médio.....	118
Gráfico 11 - Expectativa ao concluir o Ensino Médio .....	119
Gráfico 12 - Religião.....	120
Gráfico 13 - Contribuição dos Projetos a vida profissional .....	124
Gráfico 14 - Contribuição a Espiritualidade .....	125
Gráfico 15 - Planos de Vida.....	128

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matriz Administração.....	89
Tabela 2 - Matriz Informática.....	90
Tabela 3 - Categorias de trabalho.....	111
Tabela 4 - Outros - Trabalho.....	112
Tabela 5 - Outros - Mora com quem.....	115
Tabela 6 - Outras Profissões Pais.....	117
Tabela 7 - Outros – Expectativas.....	120
Tabela 8 - Outros – Religião.....	121
Tabela 9 - Núcleo Pedagógico.....	123
Tabela 10 - Pastoral e Coordenação Pedagógica.....	127

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEB - Câmara de Educação Básica

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

OIT - Organização Internacional do Trabalho (OIT)

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PL - Projeto de Lei

PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1 JUVENTUDES E CENÁRIOS DA ATUALIDADE</b> .....	<b>25</b>
1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES SOCIAIS .....	28
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE .....	30
1.3 JUVENTUDE: CONCEITOS E RETRATOS PROJETIVOS DA SOCIEDADE	36
1.4 JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO .....	42
1.5 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL .....	45
<b>2 O TRABALHO NA PERSPECTIVA HUMANO - TEÓLOGICA</b> .....	<b>53</b>
2.1 A ETIMOLOGIA DA PALAVRA TRABALHO .....	55
2.2 HISTÓRIA DO TRABALHO HUMANO, AVANÇOS E PERSPECTIVAS .....	57
2.3 PESSOA, TRABALHO E DIGNIDADE HUMANA .....	64
2.4 O TRABALHO A LUZ DOS DOCUMENTOS DA IGREJA .....	69
2.5 MERCADO DE TRABALHO E PROFISSÕES .....	73
2.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO PARA O PROTAGONISMO E A CIDADANIA .....	76
2.6.1 Educação Profissional e Formação para a Cidadania .....	76
2.6.2 Protagonismo .....	83
<b>3 A CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA - PASTORAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROTAGONISMO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO TECPUC</b> .....	<b>87</b>
3.1 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO TECPUC .....	92
3.2 A contribuição pastoral no processo formativo .....	96
3.3 A ESPIRITUALIDADE DO TRABALHO .....	101
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>107</b>
4.1 PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO .....	108
4.2 TRABALHO .....	110
4.3 ASPECTOS FAMILIARES .....	113
4.4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....	118
4.5 RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE .....	120

4.6	A CONTRIBUIÇÃO DA PASTORAL DO TECPUC PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	122
4.7	PROTAGONISMO E PROJETO DE VIDA.....	125
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>129</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>138</b>
	<b>ANEXO A- TERMO DE CONSENTIMENTO.....</b>	<b>1499</b>
	<b>ANEXO B - QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>150</b>
	<b>ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIAL DO CEP .....</b>	<b>1566</b>

## INTRODUÇÃO

Quando falamos em juventude, associamos imediatamente a diversos aspectos que lhe são comuns, como: tempo de expectativas, receptividade às mudanças, dependência e vulnerabilidades, entre outros. Esta fase envolve processo de crescimento em várias dimensões da personalidade, passando por experiências, dúvidas, descobertas, uma vasta gama de possibilidades, incertezas, desânimos e entusiasmo, esperança e decepções. Na dimensão pedagógico-teológica e pastoral, a juventude é uma etapa tão vulnerável entre o presente a ser vivido e o futuro a ser desenvolvido, como um estágio que necessita de coragem, idealismo e protagonismo.

A juventude é caracterizada como uma etapa transitória em que os sujeitos canalizam sua imersão nas diversas responsabilidades da vida social, por exemplo, a construção de um núcleo familiar, a inclusão no mundo do trabalho, o exercício concreto dos direitos e responsabilidades cidadã. Atualmente inúmeras abordagens visam o tema juventude dialogando com os aspectos ligados ao seu "Ser" jovem e a sua prática cultural, seu protagonismo, seus estilos de vida, sua religiosidade e sua específica espiritualidade. No contexto dos estudos sobre juventudes, recentemente foram publicadas duas obras importantes para a compreensão deste segmento populacional. Essas obras contaram com a colaboração de vários autores e, embora pouco trate da dimensão simbólica e religiosa, não deixam de fazer referências importantes ao estudo das juventudes. Uma tem como título *Retratos da juventude brasileira* e tem como organizadores W. Abramo e Pedro Paulo Branco (2005); a outra se intitula *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*, organizada por Regina Novaes e Paulo Vannuchi (2004).

Alguns autores como Levi e Schmidt (1996), Groppo (2000), observam ainda transformações psicológicas, comportamentais e físicas que ocorrem durante este percurso. Outros, porém, tratam das dificuldades do cotidiano da juventude, como delinquência, abuso de álcool e drogas, gravidez, etc. Outros, ainda, associam juventude à noção de crise, problemas sociais que necessitam de implantação de políticas públicas e estratégias educativas e de acompanhamento; da criação de mecanismos de participação social e de inserção no mundo do trabalho.

Todavia, estudar o tema juventude na sua experiência geracional é um desafio em um contexto cultural marcado por diferentes pertencimentos e interações. Diversidade, mudança e fragmentação fazem da vida uma constante reflexão. Fazer escolhas, assumir o risco da decisão e responsabilizar-se pelas escolhas são questões fundamentais que se colocam hoje para as juventudes. De acordo com Melucci (1992), a experiência social contemporânea marca as identidades juvenis com um profundo desejo de viver em grupo, fazer-se na relação com o outro. O eu é relacional e móvel para responder a uma contemporaneidade que exige flexibilidade.

É bastante comum entre os estudos sobre as juventudes a preocupação com os limites etários e a delimitação da faixa etária entre os 15 e 29 anos como um dos critérios utilizados para definir juventudes. É de comum consenso que a fase juvenil se caracteriza por uma gradual transição até a assunção plena dos papéis adultos em todas as sociedades, tanto rurais quanto urbanas. Contudo, o quadro de incertezas que se instaura em nossas sociedades acentua a indefinição dos jovens ao ingressarem no mundo adulto. De acordo com Carrano (2002), os jovens se sentem confinados num retalhado espaço social entre a família e a vida social autônoma. Três são os momentos significativos dessa fase: o início da vida profissional, o matrimônio e a saída da família. Os mapas de orientação dos jovens nem sempre combinam com seus percursos. Às expectativas criadas pelo prolongamento da escolaridade, contrapõem-se a desqualificação dos diplomas. Os jovens se deparam com mudanças relacionais, com recursos sociais instáveis, como a crise de emprego e mercado de trabalho, com limitações educacionais e familiares de responder às necessidades nos processos de socialização e da sua mobilidade e prática religiosa. O que se está vivendo é uma mudança de paradigmas. “Essa mudança não ocorre à base de rupturas radicais. Elas coexistem e concorrem” (TOMAZI, 2013, p. 103).

Nesse sentido é preciso considerar “a importância dos estilos de vida propriamente juvenis, os seus modos de pensar, ser, viver, comunicar e fazer, capazes de influenciar significativamente nos processos de construção das identidades pessoais, geracionais e coletivas” (TOMAZI, 2013, p. 102). As juventudes estão inseridas na dinamicidade social, não constituem um mundo isolado. Existem diversas juventudes, com diferenças e desigualdades que

exprimem sua experiência social e cidadã. Desta forma, não é possível minimizar a juventude em critérios engessados, como uma fase com um começo e um fim pré-determinado, e menos ainda como um momento de preparação que será sanado com a passagem para a vida adulta. Deve-se assinalar que a juventude é uma categoria em permanente desenvolvimento social e histórico, com oscilações na sociedade e segundo os vários efeitos globais que afetam diretamente a vida e o futuro destes jovens.

Valer ressaltar que a definição da juventude como formação de um grupo social é própria da contemporaneidade; que a carência de uma atenção personalizada e de uma educação para o protagonismo tem sido fruto, nas últimas décadas, de convocações dos países e Estados a refletirem ações que contribuam para inserir as juventudes, com protagonismo e autonomia, nos diferentes setores da sociedade. Estudos mostram que a partir dos anos 1990 houve uma modificação significativa nas ênfases temáticas: os assuntos relacionados aos aspectos psicossociais cederam espaço a questões relativas à educação e ao trabalho. A compreensão da “situação social dos jovens” incorpora a concepção do jovem como ator estratégico de desenvolvimento, como sujeito de direitos, capaz de partilhar e de contribuir para o desenvolvimento humano e social. Neste contexto, a perspectiva do protagonismo e empoderamento juvenil reforça a necessidade de escutar as demandas dos jovens nas suas diferentes realidades, incorporando a juventude das e nas políticas públicas.

É em meio a esse grande emaranhado de questões e problemáticas que este estudo encontra sua **justificativa**. A juventude, apesar de diferenciar-se da adolescência e da idade adulta, caracteriza-se acima de tudo como uma construção social. E a idade é considerada aqui também como um fenômeno social e não apenas biológico. Nesse período se impõe aos jovens novas necessidades e interações com o seu meio: conseguir um emprego, ganhar um salário, administrar uma casa, escolher um companheiro ou uma companheira, obter um título universitário, definir um projeto de vida para a própria existência. Dentre as características apontadas como centrais da juventude estão à transitoriedade, a marginalidade, a adaptabilidade, a capacidade de se adaptar às mudanças e a força da resistência. Colocam-se, ainda, as representações

socioculturais, o aumento das desigualdades sociais e a exploração do trabalho infantil.

A **hipótese** que orienta este estudo é de que as ações e projetos educativo-pastorais contribuem para o processo de construção do protagonismo juvenil. Os jovens estão predispostos para uma formação profissional e para os valores éticos e morais que orientem suas escolhas. Parte-se do pressuposto de que o jovem é um sujeito autoral, ele pratica e vivencia experiências de protagonismo independentemente da situação social em que se encontra.

Por mais que existam divergências de caráter epistemológico entre os conceitos supracitados, a experiência vivida pelos jovens parece incorporar em suas vivências, esses conceitos. Assim, neste cenário de complexidade é que nasce o anseio de aprofundar a temática do *protagonismo juvenil e mundo do trabalho*, e mais especificamente, *as contribuições pedagógico-pastoral* do Centro de Educação Profissional Ir. Mário Cristóvão – TECPUC, pertencente ao Grupo Marista, na formação profissional e na inserção no mercado de trabalho dos jovens dos 3º e 4º anos do Ensino Médio Técnico Integrado, dos cursos de Administração, Contabilidade e Informática, de faixa etária entre 17 e 18 anos.

O Grupo Marista atua em alguns setores da sociedade, tais como Saúde, Solidariedade, Comunicação e Educação, sendo, esta última, a ênfase deste trabalho. Na Educação atuam escolas, universidades, que por meio de uma série de Unidades educacionais filantrópicas, objetivam formar bons cidadãos para a sociedade e contribuir entre si, na educação para o protagonismo, disseminando boas práticas de gestão e desenvolvimento da missão. Sendo assim, o **problema** que norteia este estudo se apresenta sob as seguintes questões: qual a contribuição das ações e dos projetos do Núcleo de Pastoral do TECPUC no processo de construção do protagonismo juvenil e na inserção no mundo do trabalho dos alunos do Ensino Médio Técnico Integrado, dos Cursos de Administração, Contabilidade e Informática? Qual o perfil sócio demográfico, religioso e cultural destes jovens? Quais as estratégias utilizadas pelos jovens em relação a sua orientação profissional?

Para ampliar nossa compreensão sobre a temática nos propomos, como **objetivo geral**, analisar o perfil dos jovens do Ensino Médio Integrado do

Centro de Educação profissional Irmão Mário Cristóvão – TECPUC e a contribuição pedagógico-pastoral na orientação de sua vocação profissional e inserção no mundo do trabalho. Quanto aos **objetivos específicos** elencam-se os seguintes: mapear os projetos de formação humana do Núcleo de Pastoral do TECPUC e sua contribuição na formação da juventude para o trabalho e o exercício da cidadania; analisar as relações entre juventude, trabalho e cidadania e as perspectivas dos jovens quanto ao mundo do trabalho; considerar as atitudes e percepções dos jovens em relação a emprego e trabalho; investigar as estratégias utilizadas pelos jovens em relação a sua orientação profissional e inserção no mundo do trabalho.

Quanto à **metodologia**, orientou-se pela pesquisa qualitativa de natureza exploratório-descritiva, bibliográfica e de campo, com a técnica da entrevista individual, semi-estruturada, com um roteiro com 40 perguntas abertas e fechadas.

Os debates públicos, as pesquisas acadêmicas, os espaços da mídia e no interior de diversas instituições sociais, religiosas e empresarial em nosso país, têm abordado a juventude de maneira insistente nas últimas décadas. De acordo com Tomasi, três são os elementos indispensáveis para compreender as juventudes contemporâneas, a saber:

a) o modelo econômico adotado nas últimas décadas pelo Brasil tem afetado os jovens de maneira violenta e excludente; b) é preciso avaliar os discursos e as expectativas criadas para os jovens e compará-los com as reais iniciativas de inclusão social da juventude, com as oportunidades e melhorias na qualidade de vida dessa significativa parcela da população; c) faz-se necessário perceber o protagonismo juvenil e as diferentes formas de manipulação e dominação da juventude presentes nas iniciativas, eventos, projetos que o consideram destinatário principal (2013, p. 136).

Com base nestes fundamentos estrutura-se esta pesquisa em quatro capítulos. No capítulo sobre **juventudes e cenários da atualidade**, nos propomos, a partir da perspectiva social e cultural, analisar o conceito e os múltiplos olhares sobre as juventudes e o forte impacto político no que tange as ações voltadas em benefício dos jovens no Brasil, em especial no mundo do trabalho e na educação, bem como as conquistas sociais e os avanços nas políticas públicas de juventude. Contribuem para esta reflexão o pensamento de alguns teóricos, tais como: Carrano (2000/2007), Camacho

(2000/2004/2007), Dayrell (2001/2003/2005), Libanio (2004), Pais (1993), Melucci (1992/1997) e Sposito (2001/2003), dentre outros. A partir das considerações destes autores afirma-se que na sociedade pós-moderna o fator econômico se torna elemento cultural e estende seu conteúdo mercadológico aos vários setores da vida.

A globalização, fruto do capitalismo, vem desestruturando os pilares tradicionais da sociedade, tais como família, escola e religião, entre outras, que orientavam as maneiras, os costumes e o ritmo da existência que até então ditavam o sentido à vida. A fragilidade sociocultural provocada pelas novas tecnologias gera, além de uma nova cosmovisão, um novo paradigma nas relações com as estruturas sociais e com o sagrado. O novo jeito de ser jovem tem suas fontes na chamada ambiência midiática, que transforma radicalmente a comunicação, a noção de tempo, de espaço e as formas de socialização.

No mundo do trabalho, a inserção da juventude tem sido alvo de investigações, o que aponta a centralidade desse tema para as políticas sociais, principalmente em razão de duas constatações importantes: o número excessivo de jovens desempregados e que não estão ativos na educação e os jovens que trabalham, em geral em condições precárias e informais. Todavia, as políticas públicas existentes são escassas frente à magnitude e heterogeneidade do problema.

Com base nesta contextualização discutiu-se o protagonismo juvenil no mundo do trabalho, pressupondo uma dinâmica relação entre conhecimento, formação, participação, criatividade e responsabilização como a orientação e formação profissional. O cidadão se constitui em uma realidade em constante processo de mudanças, seja ele no campo pessoal ou cultural-histórico e, isso, impacta no conflito de estereótipos, na ausência de valores e de espaços com garantia de direito e de ação. Assim, como parte fundamental desses processos que se classifica essa fase da vida como juventude, tempo de moratória vital, em que as juventudes se distinguem pela capacidade produtiva e criativa, pela resistência e força independentemente de classe social, etnia, cultura, gênero, religião e meio social a que pertence.

A experiência sociocultural contemporânea marca as identidades juvenis com imenso desejo de viver em grupo e esses agrupamentos constituem-se em locais de construção da identidade, do posicionamento social

e de desenvolvimento de valores. No Brasil essa experiência se identifica como forma de atuação juvenil significativa e pertence aos movimentos sociais e pastorais. O protagonismo juvenil se apresenta como uma ferramenta de reconhecimento que envolve os jovens e pode gerar transformações impactantes nas realidades social, ambiental, cultural, política e religiosa em que estão inseridos. Dessa forma, os jovens são compreendidos neste capítulo como sujeitos que carregam em si uma força inata capaz de gerar a dinâmica necessária para a transformação social, sujeitos capazes de desenvolver sua autonomia e protagonismo, compreendido como ação individual que implica coerência, disciplina e responsabilidade, e que tem a educação como alavanca de seu desenvolvimento.

No capítulo **O trabalho na perspectiva humano-teológica**, fazemos perceber que as marcas registradas pela fragmentação cultural presenciavam-se também no campo religioso. Objetiva-se, assim, construir uma reflexão teológico-pastoral sobre o trabalho como plano de Deus e *locus*<sup>1</sup> para o exercício da dignidade humana. Da mesma forma, apresentar um breve histórico sobre a trajetória do trabalho, sua etimologia e suas condições; seus avanços e suas perspectivas. E, ainda, o trabalho a luz dos documentos da Igreja e a pessoa como foco principal no mundo do trabalho, sua dignidade e seus direitos.

A Igreja por séculos vem pastoreando e orientando a ação humana no mundo do trabalho, em especial nos seus documentos e encíclicas papais, explicitamente a partir da *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891, onde na ocasião apresenta as preocupações com as classes trabalhadoras, seus direitos e deveres. Essa prática esboça a preocupação da Igreja Católica, o seu apreço e cuidado para com a humanidade. Indica, por sua vez, caminhos pastorais de evangelização para a atual sociedade, com ensinamentos capazes de atender às demandas e desafios, em especial das juventudes, e direcionar suas experiências de fé e vida, de aconselhar na realização de um projeto de vida. Desta forma, é necessária uma proposta pedagógico-pastoral que favoreça aos jovens o conhecimento, a vida e a prática de valores oriundos do Evangelho.

---

<sup>1</sup> *Locus* significa lugar, em latim [...].

Enfatiza-se no desenvolvimento do capítulo que é a partir de uma proposta educativo-pastoral que é possível propor um caminho para a dimensão da fé articulada com os demais saberes de modo orgânico e não imposto, de modo que promova o senso crítico, a liberdade, a participação, a espiritualidade, a responsabilidade, a solidariedade, a autonomia e o protagonismo dos envolvidos no processo formativo. Por ser lugar teológico, os jovens configuram a esperança missionária da Igreja, espaço de proclamação e de anúncio do Evangelho de Jesus Cristo. A experiência do sagrado é uma necessidade vital da experiência humana e, ainda que se apresente com outras características, é sempre uma experiência que atravessa um grupo, o coletivo, a comunidade. Nossa tarefa como educadores e teólogos é identificar e decifrar o sentido das roupagens, de onde elas vêm, o que propõe e que relação possui com o todo - seja ele local ou global – e qual o real sentido para os atores sociais. É preciso perceber que o “divino no jovem” necessita ser cultivado. “É Deus, em seu amor ao jovem, manifestando-se nele e o tornando uma realidade teológica inconfundível” (DICK, 2006, p. 46). Para a *Christifidelis Laici* (1988) a juventude é a riqueza e a fonte de renovação da humanidade. Os jovens são o símbolo da Igreja (MEDELLÍN, 1968). As juventudes “constituem a grande maioria da população da América Latina e do Caribe e representam enorme potencial para o presente e o futuro da Igreja e de nossos povos” (DA, 2007, 443). Disso decorre a necessidade de uma perspectiva interdisciplinar para uma formação e vocação profissional mais adequada ao perfil de cada jovem, a fim de que se torne um futuro profissional realizado com o que faz e satisfeito com o tipo de vida que escolheu para viver.

O capítulo sobre **a contribuição pedagógico-pastoral no processo de formação do protagonismo do ensino médio Integrado do TECPUC** apresenta, além do impacto da atuação pedagógica, por meio de sua matriz curricular, a contribuição da Pastoral, com suas ações e projetos extracurriculares no processo de construção do protagonismo juvenil e na inserção no mercado de trabalho. Contextualiza-se, num primeiro momento, a parte histórica e estrutural do Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristovão - TECPUC, bem como a sua matriz curricular específica para alunos do Ensino Médio Integrado, seguido da proposta pedagógica, sua atuação e diretrizes e conclui apresentando a contribuição da Pastoral, por meio de

projetos e ações de cunho humano - solidário no processo de formação e orientação da vocação profissional dos alunos em estudo.

A Pastoral no universo do Grupo Marista se apresenta como uma ação evangelizadora que visa à formação integral, na qual o jovem desenvolve aspectos de sua religiosidade e espiritualidade, do seu papel na Igreja e na sociedade. É uma ação que se integra de forma interdisciplinar e transversal às ações educativas, que por meio de projetos específicos leva ao aprofundamento dos valores humanos e cristãos perpassados no carisma do Instituto Marista. Os jovens que frequentam as unidades educativas do Grupo Marista são afetados por concepções a respeito, por experiências e vivências sócio-educativas. Vale lembrar que o cerne das ações e dos projetos da Pastoral no ambiente educacional Marista está em evangelizar com vigor, de modo organizado, acessível, sistemático e assertivo. É uma Pastoral que busca a empatia e a adaptação à cultura dos adolescentes e dos jovens. Sua presença acontece de diferentes maneiras, oriundos da diversidade de experiências que se dão no meio juvenil por meio de Projetos tais como: PJM (Pastoral Juvenil Marista), Manhã Arte e Vida, TECPUC Identidade entre outros. Como ação organizada e sistemática, a Pastoral nas Unidades Educacionais do Grupo Marista prima pela vivência juvenil do carisma praticado e transmitido por Marcelino Champagnat e pela confiança na eficácia pedagógica e evangélica do protagonismo juvenil, como força humano/cristã em que o jovem se encontra como ator principal. O espaço de acompanhamento, aconselhamento e assessoria (feita por alguém mais experiente) contribui para que o jovem venha a reconhecer sua identidade e seu papel político na sociedade e na história do seu povo.

No desenvolvimento do capítulo objetivou-se por situar o leitor partir da descrição da realidade histórica do Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão - TECPUC, sua estrutura, capacidade, missão, objetivos e diretrizes. Adiante, nos detemos em apresentar a proposta psicopedagógica aplicada para os alunos do ensino técnico profissional, com seus princípios norteadores, alinhamentos com a Lei de diretrizes e bases da educação, suas responsabilidades e os objetivos que norteiam a proposta educativa do TECPUC. E, concluímos, apresentando a espiritualidade do trabalho, suas implicações e seu sentido, destacando a estrutura do Núcleo de Pastoral da

Unidade em questão, suas diretrizes e plano de ação, bem como alguns projetos que vêm de encontro ao desenvolvimento humano e solidário dos alunos e ainda os princípios metodológicos que sustentam a ação pastoral.

Já no capítulo dedicado à **Análise dos Resultados** da pesquisa de campo, enfatizamos que as ações pedagógico-pastoral orientam o percurso formativo e profissional do jovem. O processo de formação é pensado de forma processual e ampla, sempre acompanhado de um itinerário trilhado pelo próprio jovem. Destaca-se a ação conjunta e interdisciplinar entre o Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão e o Núcleo de Pastoral do Grupo Marista. Além de uma educação fundamentada na proposta pedagógica dos Cursos, organizam-se ações contínuas e projetos em grupos, por se acreditar que este seja o espaço privilegiado de valorização do protagonismo juvenil, de vivência comunitária e de evangelização. Assim, decorreu-se para a contextualização do local, das ações educativo-pastorais para o processo do despertar da religiosidade, dos sujeitos da pesquisa e das técnicas utilizadas para a realização da coleta e análise dos dados. A análise dos resultados se orientou em torno de categorias, tais como perfil sócio demográfico, trabalho, aspectos familiares, educação, religião, a Pastoral TECPUC e sua contribuição para a formação profissional. Para facilitar a compreensão dos dados foram utilizados gráficos, pois permitem ao leitor interpretar as informações de forma objetiva. Deste modo, pesquisou-se a ação Pastoral em um ambiente educativo de presença juvenil em preparação para o mundo do trabalho, na firme convicção de que a educação é o meio para o pleno desenvolvimento do jovem, lugar de frutificar hábitos de compreensão e comunhão que favorecem a produção de uma cultura humanizada, voltada na transformação de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

## 1 JUVENTUDES E CENÁRIOS DA ATUALIDADE

São evidentes as transformações pelas quais o mundo passa neste século, trazendo fortes impactos e afetando a vida de muitas pessoas, especialmente os jovens que cada vez mais são atingidos na sua forma de socialização, na relação que estabelecem entre educação e trabalho, com seus modos de vida, seus pensamentos, escolhas individuais e profissionais.

Os estudos mais comuns e tradicionalmente propagados acerca da juventude mostram-na como uma fase da vida, um grupo delineado por uma faixa etária específica, ou mesmo uma geração, uma etapa de transição, de contradições e ambivalências. Há por sua vez, pesquisas mais abrangentes e contemporâneas que entendem as juventudes enquanto categoria social historicamente construída, permeada pelos contextos histórico, social, relacional, político-econômico, cultural, entre outro, implicando a construção da noção de juventude numa perspectiva da diversidade.

De acordo com Pais (1993) existem diferentes juventudes e diferentes olhares, diferentes teorias que explicam a juventude, de acordo com suas abordagens. Se for considerar a corrente geracional, trabalhada por teóricos pertencentes à chamada Sociologia das Gerações, concebe-se o termo juventude através da demarcação social, isto é, compreende-se a juventude como uma fase na vida do sujeito que se inicia com o término da infância e se encerra com o início da idade adulta. Essa se caracteriza como uma fase que vislumbra elementos homogêneos, aspectos etários e comportamentos generalizantes. É a compreensão da juventude como um período apenas de transição. É de comum acordo entre os estudiosos das juventudes que não se pode ignorar a noção ligada da fase do ciclo vital que compreende o período entre a infância e a fase adulta, marcada pelas mudanças físicas e biológicas da puberdade. Toma-se essa análise apenas como ponto de partida, dada a necessidade de fazer o recorte operativo e situar os sujeitos em um determinado contexto histórico e social. Entretanto, não é mais possível tomar os limites etários como os parâmetros únicos e primordiais para a compreensão do que significa ser jovem na atualidade.

No mundo eclesial, o jovem com suas realidades cotidianas, marcadas por grandes desafios e expectativas, apresentam com sua vida e seu rosto o

lugar de revelação e de encontro com Deus. De acordo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:

as culturas juvenis são uma característica particular dessa revelação. Considerar o jovem como lugar teológico é acolher a voz de Deus que nos fala através dele e de suas diferentes formas de expressão. Isso supõe superar uma visão estreita da revelação, que alguns consideram como um depósito fixo, uma série de conceitos rígidos e imutáveis, incapaz de adaptar-se às mudanças da sociedade e da comunidade cristã e, menos ainda, as dinâmicas de pecado presentes em sua vida e na sociedade (CNBB, 2007, p. 80-81).

Neste estudo, nos fundamentamos nas obras de PAIS, 1993; SPOSITO, 2001, 2003; DAYRELL, 2001, 2003, 2005; CAMACHO, 2000, 2004, 2007; CARRANO, 2000, para o entendimento da juventude enquanto construção sociocultural, pressupõe-se que as noções sobre ela variam de acordo com os contextos social, histórico, econômico e cultural em que são formuladas, e que nos possibilitam a afirmação de que a juventude não deve mais ser concebida como uma fase da vida, com ênfase exclusiva para os aspectos etários, homogêneos e uniformes.

Na perspectiva atual, supera-se a visão de um jovem como um problema social para a compreensão de um jovem como sujeito de direitos e deveres em todos os âmbitos da sociedade, e este sujeito passa a ser encarado como objeto específico das políticas públicas. É crescente a visibilidade da categoria juventude como algo da ação política, para os episódios de natureza violenta envolvendo jovens e para os desdobramentos da conjuntura socioeconômica, provocando o debate do desemprego juvenil.

De acordo com Carrano e Martins (2007, p. 37), as novas gerações na contemporaneidade se apresentam inseridas “em uma realidade própria, com códigos e linguagens específicas que, na maioria das vezes, não guardam relação de identificação com a geração que a antecede”. Isso se expressa em termos de oposição geracional a um conjunto de padrões estabelecidos historicamente por diferentes agências socializadoras, inclusive a família e a escola. Mais ainda, no cerne da experiência juvenil se encontra reflexos do avanço tecnológico, tanto na constituição subjetiva e intersubjetivamente, quanto na mobilidade das experiências vivenciadas, nas expectativas e nos projetos.

As transformações sociais e as exigências do mundo corporativo imprimiram nos sistemas escolares, ao longo do século XX, um prolongamento da permanência do jovem no interior da escola, sobretudo nas sociedades urbanizadas, tanto centrais como periféricas. O alongamento da transição, a multiplicidade e a desconexão das diferentes etapas de entrada na vida adulta, como produto da modernidade, exigem cada vez mais considerar a juventude como um momento do percurso de vida, capaz de reter sua peculiar forma de vivê-lo, e menos como mera etapa preparatória para a vida adulta.

O quadro de incertezas acentua a indefinição dos jovens ao ingressarem no mundo adulto. De acordo com Pais (2001, p. 81):

assiste-se na sociedade contemporânea, a um prolongamento da condição juvenil: porque os percursos escolares são mais longos, porque há mais tardia inserção no mercado de trabalho; porque o acesso à casa própria é difícil; porque os casamentos retardam, devido também a uma maior liberalização das relações sexuais.

No que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, as trajetórias ocupacionais dos jovens têm sido marcadas pelo signo da incerteza: estes ocupam as ofertas de emprego que aparecem, normalmente de curta duração e baixa remuneração, o que deixa pouca possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional. Isto sem que se tomem em consideração as rápidas transformações tecnológicas que se refletem no mercado de trabalho, modificando especializações em pouco tempo e tornando obsoletas determinadas profissões.

Cabe sublinhar também que em todo o segmento juvenil – composto de indivíduos com idade entre 15 e 29 anos –, observa-se uma grande diversidade de situações no que concerne à qualidade dos postos de trabalho que ocupam. Em geral, o grupo de jovens adolescentes se insere nas piores ocupações, cujas exigências de qualificação são menores. Constatam-se, ainda, que os rendimentos médios dos jovens adolescentes mantiveram-se inalterados. Contudo, houve uma queda na renda do grupo de jovens entre 20-25 anos, e de maneira especial, na do grupo de jovens adultos entre 26 a 29 anos, que já ocupam a posição de chefes de família.

Outro aspecto inquietante é a persistência das desigualdades de gênero, raça, etnia: piores rendas são exatamente as das jovens mulheres e as

dos jovens negros (pretos e pardos). Ainda que as pesquisas mostrem uma redução destas desigualdades, elas permanecem gritantes. Em questão de gênero no contexto juvenil existem desigualdades, no que tange à condição de atividade e de estudo, reproduzindo assim os papéis tradicionais e históricos. Aos homens, ainda que jovens, cabe trabalhar para garantir o sustento familiar, e este é o grande motivo pelo qual buscam mais cedo o mundo do trabalho, promovendo assim o crescimento da evasão escolar.

Assim, perante as estruturas sociais fluidas, os jovens sentem as inconstâncias e vivem num autêntico movimento de vaivém: abandonam os estudos e, depois, retornam; encontram emprego e, logo depois, estão desempregados. É preciso afirmar que qualquer política pública destinada à juventude necessita da ampliação do entendimento dos modos de ser jovem e uma escuta sensível para a construção da participação juvenil.

### 1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES SOCIAIS

Se observarmos um pouco da história de qualquer sociedade democrática, podemos afirmar que é impossível concebê-la sem que haja uma organização política, sendo esta inteiramente de caráter participativo. Esta participação se dá em uma esfera voluntária em nível pessoal ou comunitário. Aqui se entende participação como sendo o exercício sistemático de fazer política e a política como ato de interagir e participar em uma condição e ou lugar, observando o contexto e suas necessidades sempre em constante movimento. Neste caso, podemos entender que a política é o ato de participação de um povo, de uma sociedade, de uma Nação. Max Weber (1982, p. 99) define política como a "participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre estado ou entre grupos dentro de um estado". Weber defende que política está diretamente ligada aos interesses e decisões de variados grupos, que desfrutam de um determinado poder legitimados em suas definições, ações, decisões e visões, a partir de sua concepção de mundo e ou a partir de ideologias dos grupos que estes representam.

Portanto, política refere-se à arte de governar a vida das pessoas na sociedade, considerando como suas vias os sistemas de regras e os infinitos

órgãos públicos que estão a serviço desta população sob direção do Governo nas esferas municipais, estaduais e federais. Sendo um instrumento que pertence ao povo, tem como função servi-lo em sua totalidade, respondendo às necessidades e questões da população em geral.

Nesta mesma perspectiva, podemos reconhecer que políticas públicas no Brasil é a ação organizada em busca de direitos coletivos, que luta em defesa e em favor de diferentes etnias, classes e seguimentos da sociedade. É uma atuação que coloca ao alcance de todo cidadão os serviços, os bens e os equipamentos públicos e tem como objetivo responder aos interesses comuns da sociedade.

No texto Base da Campanha da Fraternidade de 2013, com o tema Fraternidade e Juventude, a CNBB, declara que é papel do poder público promover e garantir as políticas públicas, observando as demandas e elaboração até a fiscalização e avaliação, porém reconhece os deveres dos cidadãos, em especial a participação juvenil neste processo:

são deveres dos jovens, [...] o desenvolvimento da consciência política e o exercício constante do olhar crítico sobre essas políticas públicas, a fim de que correspondam sempre às suas necessidades básicas. Infantilizamos os jovens quando não os orientamos para a corresponsabilidade pela sua formação integral e pela construção da sociedade que almejam e necessitam (CNBB, 2012, p.46).

Para Rua (1998) as políticas públicas tratam dos processos formais/informais que têm como prioridade à resolução dos conflitos sociais. Estas ações públicas devem estar inseridas em modelo político e econômico, não podendo este estar subordinado aos interesses do capital estrangeiro e precisa apresentar uma orientação e mecanismos que contemplem a proteção da sociedade ou a soberania nacional. Tais ações necessitam, ainda, ter como foco as necessidades fundamentais da grande maioria, garantir que estejam sob o controle popular os sistemas vitais da economia (energia, serviços públicos, saúde e educação), evitando o risco de não mais existir políticas públicas. E, por outro lado, devem ter como objetivo a construção coletiva de uma cidadania respeitada em seus direitos e devem promover e favorecer a participação da sociedade civil, sem restrição e com amplitude, pois não é possível fazer políticas públicas sem a participação efetiva dos cidadãos e

cidadãs da sociedade. Em síntese, políticas públicas são orientações, instrumentos reais, mecanismos e definições de orçamento, em um modelo político e econômico, com foco nas necessidades fundamentais da população e que visa acompanhar os setores vitais da economia, por intermédio da participação da sociedade civil, objetivando uma cidadania autônoma e participativa.

Contudo, podemos ainda afirmar que as políticas públicas são processos de tomadas de decisões coletivas que determinam as ações e condições da sociedade e são construídas e argumentadas por interesses, valores e objetivos divergentes. E todas estas práticas são elaboradas, defendidas e construídas pelos atores sociais que podem ser individuais ou coletivos, públicos ou privados e exercem funções e mobilizam os recursos necessários para o processo de definição das políticas públicas. São defensores de alguns interesses de determinado grupo e ou local e buscam captação de recursos para contemplar os seus objetivos.

Entre os atores públicos encontramos uma participação efetiva da juventude, que vem buscando assumir em estado pleno o seu espaço na sociedade, contribuindo para a transformação do seu entorno e executando o seu projeto de vida. Seu dever é figurar como parte central no debate sobre as políticas públicas no Brasil, lutando pelos seus direitos e promovendo, por meio de inúmeras ações, um novo paradigma de construção de conteúdo e fortalecimento dos processos inovadores de elaboração e participação.

Para tanto, faz-se necessário o exercício de possibilitar as juventudes o assumir de responsabilidades, despertando a pro-atividade comunitária, o compromisso social e a responsabilidade cidadã nos mais variados espaços de atuação, sejam eles a saúde, o esporte e lazer, a cultura, a educação e o mundo do trabalho.

## 1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Em se tratando de juventude, se considerar pela ótica do mundo do trabalho, acompanhado de suas exigências, existe uma série de fatores, em especial de caráter socioeconômico que resultam diretamente em baixas condições e oportunidades valorosas de emprego. A grande dificuldade de

inserção e de permanência nos diversos segmentos de trabalho são indicadores que o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, já apontou em 2009, quando na ocasião apresentava o segmento juvenil como o grupo etário mais desfavorecido, culminando em elevadas taxas de rotatividade, desemprego e informalidade, desprotegidos socialmente, fruto de trabalhos temporários e principalmente precários, muitas vezes as margens de um ambiente humanizado e seguro.

Essa realidade nos apresenta alguns indicadores que se fazem necessários considerar neste estudo, para não incorrer no erro de fazer uma leitura leviana de baixa imersão, deixando de lado elementos essenciais, como seu contexto histórico, sociológico e cultural.

Nosso ponto de partida se dá conceituando o "ser jovem", que inserido totalmente no seu entorno, composto por suas dimensões biológicas e sociais em evidência, se vê pressionado por expectativas nele depositadas, que tão pouco se reconhece ou se percebe como um sujeito transformador, promissor e muito menos autor da sua própria história.

No Brasil, o jovem é reconhecido como uma condição social e, sua vivência e realidade juvenil têm uma razão em si mesma. Vai muito além de uma simples passagem para a tão sonhada vida adulta, e podem existir múltiplas facetas, se considerarmos as diversas possibilidades e condições com que este jovem vive, aprende e se desenvolve. Ou seja, é preciso observar a pluralidade e a realidade cotidiana de cada indivíduo, respeitando as suas particularidades, seu processo de construção de identidade, suas trajetórias, possibilidades e potencialidades. São desses elementos, somados a vida humana como um todo que podemos extrair a constituição do sujeito jovem. Para as Diretrizes da Política Nacional de Juventude (2006, p. 37), que:

a juventude é uma dimensão social que articula movimentos de vários tipos e com distintas práticas discursivas e de organização. De acordo com essa realidade, o poder público deve ser criativo no desenvolvimento de metodologias e oportunidades que ampliem as condições de participação de um conjunto cada vez maior de jovens, assegurando a pluralidade de manifestação da juventude.

Entretanto, na dimensão profissional, com foco na participação cidadã, principalmente na esfera política, o ser jovem é um estado passivo, apenas de

recebimento, justificado no âmbito social como um período de imaturidade, repleto de rebeldia e impulsividade, capaz de gerar possíveis ônus para a sociedade civil e órgãos públicos se não desenvolvido corretamente. Ao mesmo tempo o jovem é reconhecido e esperado como um devir, que na verdade ainda não é, mas poderá ser. Em suma, são antagônicas as percepções sobre o que é "ser jovem" tanto no campo político, social, cultural quanto no religioso dependendo do interesse em questão, pois o mesmo senso comum que constrói a valorização juvenil é o mesmo que acaba impedindo uma participação mais efetiva e plena no seu meio. No geral, o ser jovem é uma condição construída no imaginário social, que se manifesta de diversas maneiras, segundo suas experiências, realidades sociais e históricas. Para Abramo:

embora consolidadas em contextos ideológicos já distantes, as concepções da juventude como etapa problemática ou como fase preparatória da vida, ainda hoje, se fazem presentes na tematização sobre o jovem. O contraste entre juventude e ordem social permanece arraigado de forma praticamente indelével, seja quando se abordam as experiências de contestação ou a rebeldia juvenil, seja quando o tema é a delinquência ou a criminalidade (ABRAMO Apud - Castro, AQUINO, 2008. p. 9).

Para tanto, as ações direcionadas para a juventude e as diversas formas de tematizá-la, em um passado não muito distante, vinham sendo concentradas tradicionalmente nas áreas de educação e emprego, sobre uma perspectiva de fase preparatória para a vida e como fase crítica a saúde e a segurança pública. Essas ações, em geral se apresentam como estratégias de atuação da sociedade, com caráter formativo e de orientação ao jovem, minimizando o seu envolvimento em situações críticas, porém tais ações não se estruturam como base de uma "política de juventude".

Já recentemente no Brasil, o tema juventude ampliou e ganhou novos contornos o que contribuiu e muito para colocar novas questões e desafios, projetando a construção de ferramentas de trabalho e diagnósticos, norteando assim a atuação pública entre os jovens. O que impulsionou o reconhecimento das questões específicas que os circundam foi o envolvimento de organizações e grupos juvenis nos diversos campos de representação social.

Essa evolução se dá devido a uma construção histórica datada de 1965, tendo como responsável a Organização das Nações Unidas (ONU), que na ocasião firmou compromisso para com a juventude, assinando a Declaração sobre o Fomento entre a juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos. Contudo, em 1985, garantiu visibilidade com a instituição do Ano Internacional da Juventude, com o tema Participação, Desenvolvimento e Paz é que se conseguiu consolidar e ampliar a sua visibilidade. Em 1995, é proposta pela ONU a todos os países ligados a Organização a adesão de uma estratégia internacional para pensar ações frente aos desafios atuais e futuros da juventude e recomendou que:

se formulem, em todos os Estados, para o ano de 2005, políticas relativas à juventude multissetoriais, amplas e formuladas em longo prazo, ligadas a plano de ação que tenham em conta as diretrizes estabelecidas no Programa de Ação Mundial para os jovens até o Ano 2000 e Anos subsequentes (MAGALHÃES, 1998, p.161-62).

No final da década de 1990, no Brasil, algumas iniciativas direcionadas para a juventude começaram a ser implementadas na esfera federal, estadual e municipal. Assim, Novaes (2006, p.15) afirma:

[...] afinal, pelo mundo afora, são os jovens os mais atingidos tanto pelas transformações que tornam o mercado de trabalho restrito e mutante, quanto pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI. No Brasil, o debate veio a público na década de 90 quando pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis e gestores municipais e estaduais passaram a enfatizar a singularidade da experiência social desta geração apontando para suas demandas, vulnerabilidades e potencialidades.

O ano de 2003 é significativo por ser um marco no processo de conhecimento e do reconhecimento da juventude brasileira, tendo como destaque a criação do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, com debates regionais e uma pesquisa nacional sobre o perfil dos jovens brasileiros, o encaminhamento da Emenda à Constituição (PEC nº 394/2005) que requer a expressão "jovem" no artigo 227 da Constituição e, por fim, o encaminhamento do Projeto de Lei (PL), defendendo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL nº 27/2007), bem como o Projeto de Lei 4.530/2004 que buscava a melhoria das condições de vida desta população específica.

Já em 2004, tem início no país um processo amplo de diálogo entre os órgãos governamentais e a sociedade civil, em especial por meio dos movimentos sociais, tendo como pauta a viabilidade de se implantar uma política de juventude. Essa ação ganhou visibilidade nacional ao tema juventude. Podemos destacar também, neste mesmo ano, a realização da Conferência Nacional de Juventude, preparada pela Comissão de Juventude da Câmara Federal, que mobilizou em todo o país debates sobre as grandes necessidades da juventude e as possíveis soluções, também a criação de um Grupo Interministerial, com ligação direta à Secretária Geral da Presidência da República, com o objetivo de diagnosticar as condições de vida dos jovens do país, bem como as ações do governo voltadas para este público.

Apenas em 2005, passados exatos 40 anos do compromisso firmado pela ONU com a juventude, que o Brasil criou sua Secretária Nacional de Juventude, período em que, com exceção de Honduras, todos os demais países da região latino-americana já contavam formalmente com instâncias desenvolvidas para criar, implantar e coordenar as políticas públicas de juventude. Criado em fevereiro do ano em questão, nasce como órgão executivo, não com status de ministério, e ligado diretamente à Secretária - Geral da República, com o objetivo de articular os programas para a juventude na esfera federal, existentes nos diversos órgãos do governo nesta instância. Nesta mesma ocasião é criado o Programa de Emergência (focando jovens de 18 a 24 anos) que estão evadidos da escola e do mundo do trabalho (ProJovem) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), de caráter consultivo, composto por 57 membros, destes, dois terços composto pela sociedade civil e um terço com representantes de secretárias e ministérios. Este Conselho foi constituído para:

Congregar representantes do poder público ao lado de uma maioria da sociedade civil; inclui entre seus membros representantes das principais formas de organização e participação política da juventude brasileira [...] sua principal missão é ser espaço qualificado de debate, reflexão, e proposição, envolvendo sujeitos distintos entre os movimentos juvenis (MOREIRA, 2006, p. 21).

Estes programas tinham, em grande parte, como público alvo os jovens em condição de vulnerabilidade social ou excluídos, e eram aplicados

em ONGs e fundações empresárias com os recursos da União (SPÓSITO, 2003). Foram desenvolvidos, na sua maioria, por meio de iniciativas pontuais, com curta duração, focando a inclusão social da juventude, visando melhorias na inserção ao mundo do trabalho.

Para Castro e Aquino (2008. p.30), nesses programas objetiva-se:

articular as ações federais voltadas a juventude; promover a participação dos representantes dos vários grupos e organizações de jovens na reflexão e formulação da política de juventude; melhorar as condições de vida dos jovens em situação de vulnerabilidade social extrema, por meio de transferências de renda e de ações de elevação dos índices de alfabetização, de escolaridade e de qualificação profissional.

Essas ações afunilavam para a necessidade de criar espaços institucionais específicos para os jovens e que fossem capazes de orientar o público juvenil e que, ao mesmo tempo, despertar-se o desejo de não só ser presença, mas uma voz ativa e atuante de forma efetiva e concreta nestes contextos.

Segundo Abad (1994, p. 26), a proposição dessas políticas orientava para um agir coletivo:

as políticas públicas de juventude devem apoiar e incentivar decididamente que os jovens criem organizações próprias, estimulando projetos coletivos formulados a partir da convergência de seus próprios interesses e demandas, facilitando nem tanto que se formalizem e perdurem no tempo, mas que efetivamente realizem o que tinha se proposto com altos níveis de autonomia e responsabilidade sobre o manejo dos recursos.

Entretanto é possível detectar nos documentos nacionais e internacionais o limite no discurso das possibilidades de participação juvenil. Por exemplo, o Projeto Juventude, criado em meados 2003/2004, por uma ONG, presidida pelo senhor Luís Inácio Lula da Silva até a sua ida para a Presidência da República em 2003, tinha por objetivo realizar estudos e apresentar subsídios e propostas de políticas públicas, tendo como característica a "participação" de organizações governamentais e não governamentais, movimentos e participação civil, em especial a juventude. No conteúdo final do Projeto evidencia-se o papel de protagonista do jovem no âmbito das políticas; afirma-se que:

nas distintas etapas do programa houve preocupação em respeitar a premissa metodológica de que cabe aos próprios jovens um papel protagonista na condução de toda discussão para definir políticas públicas, e mesmo as iniciativas não-governamentais, que se volte para as demandas da condição juvenil (SOUZA, 2008, p. 79).

Assim podemos afirmar que a população jovem no Brasil constitui-se, nos anos 2003/2004, em um público alvo não apenas dos censos populacionais, mas também das políticas público-sociais, das Organizações não governamentais (ONGs), das instituições educativas e das religiões como um todo.

### 1.3 JUVENTUDE: CONCEITOS E RETRATOS PROJETIVOS DA SOCIEDADE

Pesquisas recentes nos revelam, em suas diversas facetas, alguns retratos extremamente instigantes do que é ser jovem no Brasil contemporâneo. As juventudes têm se apresentado com mais complexidade, nos impulsionando a pensar os processos formativos alinhados com os processos e os percursos de inclusão no mundo do trabalho, de construção da própria identidade, da prática da sexualidade, da socialização, do lazer e de suas diversas formas de expressão e de comunicação.

A identidade dos jovens tem mudado de configuração, enquanto que incorporam de maneira diferenciada a cultura contemporânea e estabelecem movimentos políticos de adesão, ruptura, negociação e negação das imposições do sistema. Os jovens são atores sociais cuja demanda exige recursos necessários para a sobrevivência e constituem redes informais de socialização no âmbito da cultura de produção e de consumo (SOUZA, 2006, p. 55).

Todavia, os segmentos sociais influenciam diretamente no modo de ser, pensar e no comportamento dos jovens. Cabe ressaltar, ainda, que na trajetória histórica, o conceito de juventude não possui uma definição única, nem estática, pois em cada período, em cada momento histórico, cada geração traz marcas próprias dentro do seu contexto social, portanto os sujeitos são influenciados pela sociedade em que vivem e, por isso, comportam-se, pensam e agem de maneira diferenciada (DAYRELL, 1996, p. 31).

Quando pensamos as juventudes, ou mesmo sobre o ser humano em si mesmo, podemos dizer que este não é imutável, concluído, ou seja, é alguém em constante construção e transformação, que busca a sua permanente formação. Esta formação exige uma integralidade como mostra o documento nº 85 da CNBB (2007), Evangelização da juventude: Desafios e perspectivas pastorais, no seu parágrafo 96: - a formação da juventude deve ser integral. “[...] Isto é, ela deve contemplar as cinco dimensões da pessoa: psicoafetiva, psicossocial, mística, político, ecológica e capacitação”. Não pode ser reduzida a uma "proposta psicologizante, espiritualista ou politizante”. Entretanto, para que haja êxito na construção integral da juventude é necessário que a mesma seja participe e protagonista na construção de sua identidade.

Na atualidade, a dimensão mística, a utopia e a religiosidade são elementos fundamentais para a juventude e surgem como novos paradigmas e referência de novas buscas, sendo ainda, um sustento e uma esperança que em alguns casos fortalece a luta de alguns grupos populares e ou comunidades. Existe uma motivação intrínseca no jovem que o leva a buscar uma qualidade de vida, influenciada pela economia, pela política, pelos valores familiares e concepções do mundo. De acordo com Tomazi (2013, p. 19), “a mística acontece dentro de um processo histórico e cultural e, sendo assim, vários outros fatores influenciam e são influenciados por ela.” Portanto, a dimensão da religiosidade e da mística é de suma importância para as diversas entidades, organizações e movimentos em que os jovens estão inseridos. Esta necessidade emergiu também na pesquisa aplicada aos jovens do 3º e 4º ano do Ensino Médio Técnico Integrado. É insignificante o número de jovens que apontam a não prática de uma religiosidade, sendo que, em um universo de 198 jovens questionados, apenas 05 se declararam ateus e 15 sem nenhuma religião, como mostra a tabela 08 (p. 105) do presente trabalho. Esta realidade observada revela que:

a mística tem um papel fundamental de continuar alimentando a esperança da transformação social; é o eixo aglutinador da juventude. Numa época em que essa dimensão é desvalorizada, os jovens buscam matar sua sede do Transcendente (TOMAZI, 2013, p. 184).

A interface aqui apresentada entre formação profissional, construção da identidade dos jovens, formação integral, religiosidade e mística nos leva a ampliar nossos conhecimentos e nossa compreensão das juventudes contemporâneas.

Sabe-se que ao longo da história, desde os tempos mais antigos, sempre foi possível encontrar a presença da juventude na história, ainda que em certos períodos fosse silenciada e entendida diferentemente dos dias atuais. Até o século XVII, mais especificamente na sociedade medieval, havia uma separação entre o mundo infantil e o mundo adulto, porém essa separação social ocorria sem maiores divisões de fases, sem a preocupação do indivíduo como adolescente. É somente a partir do século XVIII, em meio à expansão da economia mercantil e mudanças importantes ocorridas na sociedade, como a afirmação da classe burguesa (comércio, mão-de-obra), e o surgimento da área educacional, no início do século XIX, que caracterizam o dualismo e a seletividade (VARELA & URIA, 1992).

É nesse contexto que a juventude e a adolescência passam a ser vistas como fases distintas das outras fases de desenvolvimento da vida do sujeito. Todavia, é somente no século XX, segundo Áries (1981) que a escola, a organização militar (Estado) e as instituições confessionais preocupam-se com a identificação social e política da juventude, inserindo esses sujeitos em espaços organizados, proporcionando a expansão dos jovens em setores sociais diversificados e o surgimento de novos conceitos e significados de juventude.

Abramo (1997, p. 68), ao discutir o conceito de juventude, alude às características que marcaram os conflitos geracionais, permeada por novos valores, hábitos e gostos:

a juventude era entendida como um problema, sendo identificada como geradora de uma crise de valores e de um conflito de gerações, tudo isso tornou inevitável o confronto com os setores da sociedade, incapazes de entender e muito menos ainda aceitarem mudanças em curso.

Neste sentido, a juventude é reconhecida como um problema social, uma fase difícil, perturbadora e turbulenta da vida, em função dos sentimentos

que desencadeia nos jovens, como transgressão e rebeldia, e, portanto, necessita do amparo dos adultos.

Na década de 50 e início da de 60 do século XX, se caracteriza, nos países mais avançados economicamente, a separação entre jovens e família, enfatizando a busca juvenil por autonomia e mais liberdade. As décadas de 60 e 70 foram assinaladas pelos movimentos estudantis juvenis, pelo consumo intenso da música, ocasionando um rompimento com as regras estabelecidas, com as formas de dominação. Já as décadas de 80 e 90 marcam o resgate de valores à sombra da homogeneidade da cultura adulta. Dessa forma, a juventude presente nessa fase histórica se configura como uma categoria social, formada por símbolos contemporâneos e marcada pelo resgate de valores à sombra dos paradigmas adultos. Segundo Abramo (1997), nesse período, a juventude aparece como retrato projetivo da sociedade.

Conforme Pais (1993) existem diferentes juventudes e diferentes olhares, diferentes teorias que explicam a juventude, de acordo com suas abordagens. Se for considerar a corrente geracional, trabalhada por teóricos pertencentes à chamada Sociologia das Gerações, concebe-se o termo juventude através da demarcação social, isto é, compreende-se a juventude como uma fase na vida do sujeito que se inicia com o término da infância e se encerra com o início da idade adulta. Essa se caracteriza como uma fase que vislumbra elementos homogêneos, aspectos etários e comportamentos generalizantes. É a compreensão determinada pela faixa etária e pela assunção dos papéis adultos na sociedade.

Contudo, é preciso levar em consideração que a juventude é impregnada de simbolismos, potencialidades e fragilidades, carregadas de ambiguidades.

De acordo com León (2005, p.10):

o conceito de juventude na modernidade está diretamente relacionado e corresponde a uma construção social, histórica, cultural e relacional que, ao longo dos tempos e de diversos processos históricos e sociais, têm adquirido tanto denominações quanto delimitações diferentes.

A juventude é tecida num processo dinâmico e de mutação permanente. Nesta mesma perspectiva Groppo (2000), defende que o termo juventude é uma invenção da sociedade moderna. Ele acredita que a contemporaneidade parece ser um ponto marcante das experiências juvenis, da construção de grupos que formam identidades diferenciadas de acordo com o seu cotidiano e realidade local. Para conceituar juventude, de acordo com o autor, é necessário considerar o enquadramento histórico que define as alterações, inclusive de sistemas econômicos, como o capitalismo, que construiu um espaço simbólico e fez "surgir" a juventude na sociedade moderna. "A juventude é, hoje, uma criação da modernidade, que tem seu ideal (paradigma) de juventude" e, ainda, "é uma construção social que se encontra em uma arena de poder e disputa, podendo ser manipulada de acordo com interesses políticos e econômicos" (GROPPO, 2000, p. 18).

Para os estudos sociológicos é possível agrupar o tema juventude em duas grandes linhas: uma que considera a juventude como grupo social homogêneo e outro como grupo social heterogêneo. Esta última considera a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e inserções na sociedade. "Para essa linha de pensamento tem se aplicado cada vez mais o termo juventudes, no plural, referindo-se às especificidades e a enorme gama de possibilidades presentes nessa categoria, sempre como resultante de relações sociais antagônicas" (PAIS, 1993, p.140). Entender quem são os jovens implica em uma visão mais ampla do atual cenário sociocultural no qual estão submersos e das suas maneiras de se relacionarem e promoverem-se como sujeitos:

pensar a identidade do jovem sugere compreender as esferas da vida que são significativas na construção da sua autoimagem, bem como aprender as relações existentes entre elas. Ao mesmo tempo, permite detectar o significado de cada uma dessas esferas nesse processo de construção individual (DAYRELL, 2002, p.79).

Assim, a construção da identidade juvenil vai sendo moldada de forma diferenciada das gerações passadas, formando, portanto, uma cultura juvenil totalmente nova. Nesse contexto, os jovens em vulnerabilidade social são os que mais sofrem, pois estão expostos a todos os tipos de discriminação e,

ainda, são criminalizados, vistos somente como provocadores de violência e não como vítimas de preconceitos e injustiças sociais.

Diante das questões que circundam e afetam diretamente a juventude, nos deparamos com um conflito social rígido e de grande impacto sociocultural, pois embora vivam como "promessa para o futuro" pela participação adulta, estes jovens herdam uma herança social (instituições e processos) que "engessam" grandes possibilidades de surgimento de novos protagonistas sociais nos espaços comunitários e em suas próprias trajetórias.

Isso nos leva a pensar que concomitantemente às múltiplas dimensões da etapa juvenil, é necessário considerar a vida do jovem na vivência concreta, sendo sensível a sua realidade socioeconômica e suas projeções para o dever (futuro), ou seja, o que caracteriza efetivamente a sua passagem para a vida adulta.

A educação, a dimensão formativa envolve tanto a esfera da construção identitária e complementar da vida juvenil quanto à construção de sua cidadania. Para que as garantias e os direitos específicos para as juventudes avancem concretamente é necessário a superação de preconceitos e o convencimento de que o jovem é um sujeito de direito. Nesta perspectiva consolidada do jovem como sujeito de direito, torna-se obsoleto qualquer interpretação da juventude como faixa-etária problemática, transformando-a até mesmo em vítimas dos problemas socioeconômicos do país. A valorização das diferenças e das múltiplas identidades sociais é o pilar para a construção e implementação de políticas públicas para a juventude.

Os avanços tecnológicos e de comunicação, cada vez mais sofisticados e de fácil acesso, de certa forma contribuem para que os jovens das atuais gerações tenham mais opções para saber lidar com sua autoformação e se inserir no mundo do trabalho. Mas é preciso ficar atentos para não idealizar e entender a juventude como a única protagonista de sua formação. O desenvolvimento de habilidades se dá na suposta existência de potencialidades, talentos ou aptidões individuais e naturais que cada indivíduo deve desenvolver. E é no desenvolvimento das habilidades individuais e não apenas na oferta de oportunidades que ocorre o encontro entre "educação e cidadania" e a formação de recursos humanos, uma vez que se declara que as

competências exigidas pelo mercado sejam as mesmas requeridas pela participação cidadã.

Argumentou-se, neste capítulo, a necessidade de ir além de uma educação meramente voltada para o desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho. É preciso superar o discurso formal das políticas públicas de/para/com as juventudes direcionado apenas a integração da juventude pobre e excluída. Hoje a categoria de juventude é ampliada, "não comporta limites etários e inclui todas as classes sociais, ricos e não ricos, estudantes e não-estudantes, trabalhadores e não-trabalhadores, homens e mulheres, das zonas rurais e urbanas, do centro e da periferia" (SOUZA, 2006, p. 184).

A geração jovem não pensa o trabalho como seus pais pensavam. Não é apenas o acúmulo de dinheiro ou status social que está em jogo para eles. Há uma nova simbologia do trabalho para este segmento populacional. Eles não negam questões funcionais, como dinheiro e estabilidade, mas a diferença com relação aos seus pais, é que não param por aí. O trabalho é cada vez menos visto como uma necessidade, e cada vez mais como elemento de realização e expressão. Mas o que de fato pensa o jovem sobre o trabalho e qual a importância e o papel da educação neste processo? Isso é o que vamos ver a seguir.

#### 1.4 JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO

O trabalho está entre os principais assuntos que mais mobilizam o interesse dos jovens. O trabalho também é por eles indicado como um dos direitos mais importantes de cidadania, assim como um dos direitos essenciais dos quais deveriam ser detentores. Vale dizer que a centralidade do trabalho para os jovens não advém tão somente do seu significado ético, ainda que este seja relevante, mas resulta também, e sobremaneira, da sua urgência enquanto problema:

[...] é, sobretudo enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade, no coração da agenda para uma parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca (GUIMARÃES, 2004, p.12).

Especialistas apontam que as boas condições econômicas no Brasil têm contribuído para melhorar as perspectivas de trabalho dos jovens brasileiros. Dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2011, mostram que a taxa de desemprego juvenil caiu e os fatores que contribuíram foram: o aquecimento da economia, que, por sua vez, determinou um aquecimento do mercado de trabalho brasileiro e a diminuição do número de jovens entre a faixa etária de 18 a 24 anos.

Um dos fatores determinantes do elevado índice de desemprego entre os jovens é a alta rotatividade do mercado de trabalho, ou seja, a troca de empregos com frequência. Quando sai do emprego, o jovem é contabilizado nas estatísticas como desempregado. Outro aspecto a ser considerado é o custo demissão. O empregador prefere demitir um jovem, já que financeiramente é mais barato devido ao salário, ao tempo de serviço e à experiência específica para as empresas inferiores. Além disso, os jovens frequentemente são contratados para trabalhos temporários, pois o custo de oportunidades para trabalhadores jovens são menores. Uma das causas do desemprego dessa faixa etária é a falta de qualificação profissional da juventude, não somente com nível superior, mas também com nível técnico. São dois os riscos que afetam os jovens, potencializando sérias consequências no nível de qualificação e produção: a evasão escolar e a ociosidade. Esses riscos podem gerar não apenas déficits individuais, mas também impactos sociais.

Em relação ao ensino médio, com toda a sua complexidade, tem múltiplas finalidades como principal atributo: uma educação que forme para a vida e não somente "formate" o aluno para o vestibular; uma educação que capacite para o mundo do trabalho e suas exigências; uma educação que proporcione conhecimentos e promova um estudo sistemático e contínuo.

No ano de 2012 a juventude de 15 a 17 anos que frequentavam o ensino médio era de 50,3% nos espaços urbanos e apenas 26,0% no meio rural. Neste mesmo ano a pesquisa registrou aproximadamente 400 mil matrículas em cursos de ensino médio técnico integrado, oferecidos em 310 escolas em 14 estados, com o apoio da rede pública e das entidades de Ensino do Sistema S (SESI, SENAI, SENAC e SESC). (CENSO, 2012)

A realidade da educação dos jovens brasileiros decorre, em grande parte, do acesso limitado já na educação infantil, seguido da baixa efetividade no ensino fundamental, percebida pela discrepância entre idade e série pelos incipientes índices nesta etapa de ensino. Diante deste cenário, o que encontramos são crianças ingressando a juventude com alto índice de defasagem educativa, desde o âmbito quantitativo, ou seja, seu tempo em sala de aula, quanto no âmbito qualitativo, suas habilidades e capacidades desenvolvidas.

A garantia das leis voltadas especificamente para a juventude na esfera federal envolve três níveis legais de atuação do governo para a elaboração, criação e execução das políticas públicas de juventude, seja no campo da educação, emprego, saúde e outros elementos fundamentais a vida e ao desenvolvimento do jovem. São elas:

políticas estruturais: são políticas continuadas, relacionadas à garantia de direitos fundamentais. Dentre essas, destacam-se: ampliação do acesso ao ensino superior e médio; ampliação do ensino profissional; educação do Campo; expansão do ensino de jovens e adultos; educação para a diversidade. Programas: são programas governamentais, subordinados ou não às políticas estruturais, que em geral têm prazo definido de existência e têm o objetivo de atuar sobre uma realidade social mais específica ou circunscrita.

Ações: trata-se de ações de curto prazo ou restritas a um público determinado. Articulam-se ou não com as políticas estruturais e os programas. Consórcio Social da Juventude; Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM); Pontos de Cultura (Cultura Viva); Diversidade Sexual nas Escolas (Brasil sem Homofobia). (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2006. p.22).

Segundo a avaliação do Conjuve (2006), que tem como uma das suas atribuições fiscalizar e acompanhar a criação e elaboração das políticas de juventude, apenas é considerado como políticas de juventude, ou seja políticas de governo que realmente contemplam efetivamente e demonstram singular preocupação, os Programas e algumas Ações, voltadas para jovens entre 15 e 29 anos.

O grande desafio que se apresenta para a nação é o de ampliar de forma considerável o alvo da Política Nacional de Juventude, de maneira que ela consiga contemplar com eficácia todos os jovens brasileiros. Nenhuma ação emergencial e pontual deve limitar os objetivos de toda uma política, haja

vista que existe uma variedade de múltiplas necessidades, no qual o trabalho, tradicionalmente concebido deixa de ser o mecanismo principal de inserção dos indivíduos no contexto social.

O que se espera é que sejam construídas estratégias envolvendo múltiplos setores tanto na esfera federal, estadual e municipal que articulem de forma horizontal, envolvendo os órgãos governamentais e demais representações da sociedade, promovendo o diálogo e as iniciativas em comum objetivo, garantidas as possibilidades de sucesso em suas ações e metas.

### 1.5 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL

Existe uma grande preocupação quando nos referimos à matriz curricular na formação técnica. Há por parte de gestores de políticas de emprego para jovens muitas dúvidas referente a esta questão. Existe uma preocupação de que o conteúdo utilizado em sala de aula esteja sempre adequado e atualizado, acompanhando as tendências e evoluções, uma vez que o mundo do trabalho está sempre em constante mudança. Esta questão já vem sendo observada também e principalmente pelos Centros de Educação Profissional privados espalhados por todo o país. A grande pergunta é: o que deve permear o conteúdo formativo do jovem trabalhador para alcançar o resultado esperado? Apenas desenvolvê-lo tecnicamente, não observando as suas competências, habilidades sociais, seu protagonismo, sua formação integral?

O resultado de muitas lutas e reivindicações da sociedade trouxe a conquista de direitos sociais, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em âmbito nacional, depois de tramitar no Congresso de 1988 a 1996. Esta lei objetivava condições que fossem favoráveis para o crescimento e evolução do nível escolar e cultural da sociedade brasileira como um todo. (CARVALHO, 2003)

A sociedade em sua necessidade foi totalmente se mobilizando no sentido de conquistar escola pública, de caráter gratuito e de qualidade. Muitas organizações, movimentos e instituições faziam parte do grupo que

protestavam por este direito, dos quais podemos destacar as entidades sindicais e científicas, profissionais da educação, movimentos estudantis, representantes de instituições, igrejas e os fóruns de defesa da escola pública. Era reivindicada a universalização do conhecimento, a garantia de qualidade do processo educativo, a concretização de uma educação pública, laica e gratuita, a democratização de oportunidades, a gestão democrática em todos os níveis do processo formativo, a ampliação do conceito de educação: infantil, fundamental e médio, a obrigatoriedade da educação na série adequada à idade, as definições quanto à carreira dos profissionais da educação.

A elaboração e implementação da lei de diretrizes e Bases da Educação de 1996 criou possibilidades para compreender os trâmites e processos que norteiam os passos de como colocar um projeto de Lei na agenda do governo e posterior, o papel do controle social, na proposição, fiscalização e avaliação das políticas públicas, a partir de espaços legais constituídos e da práxis das categorias envolvidas e dos movimentos sociais.

Pensar políticas públicas para a juventude é pensar nos direitos sociais e humanos que são negados, violados, e nas vulnerabilidades que estes podem causar. Políticas bem estruturadas e fundamentadas possibilitam a orientação de valores e metas sociais para a etapa juvenil e, também, para a vida adulta. Ou seja:

as políticas têm sido pensadas para a socialização da juventude e para a promoção e orientação do desenvolvimento e construção de cidadania. Portanto, há anseios de gerar políticas que criem condições por meio das quais os jovens possam se realizar e, ao mesmo tempo, participar da configuração da sociedade em que vivem (SPOSITO, 1997, p. 49).

Nesta perspectiva é fundamental que se busque políticas de/com/para e desde a juventude, objetivando políticas elaboradas e articuladas pelo olhar dos jovens nos seus espaços coletivos, subsidiado pelo Estado.

A partir da década de 1990, o Brasil oficialmente dá início a políticas federais para a juventude, embora muito tempo antes existissem ações destinadas ao desenvolvimento do jovem, sobretudo para o mundo do trabalho. Estas políticas federais foram influenciadas pelo desemprego e pelas possibilidades futuras de trabalho, o que poderia estar diretamente ligado ao

emprego assalariado. Financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), em meados da década de 1990, deu-se início a qualificação profissional no país. De 1995 a 2002 esteve em vigência o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), contando no último ano com um número considerável do público jovem entre 16 e 24 anos envolvidos na ação.

Desde então, a estratégia foi formar uma rede de entidades totalmente voltada para os serviços de aprendizagem, utilizando-se dos espaços escolares das centrais sindicais e ONGs, objetivando garantir educação para as famílias mais empobrecidas.

Se fizermos uma análise das políticas públicas de juventude no Brasil, podemos constatar que grandes avanços até aqui foram realizados em curto tempo de existência. Porém, muito se deve avançar em especial no que tange a dimensão dos jovens no foco dos direitos humanos, sendo este sujeito de direitos, observando as suas particularidades e integralidades.

Se observarmos pela ótica dos direitos humanos, vamos constatar que o jovem no Brasil está muito aquém de ser assistido em seus direitos mais essenciais. Dados do IPEA (2011) apontam que a população jovem brasileira com faixa etária entre 18 a 29 anos, neste período alcançou 40 milhões, representando 20,0% da população geral. Destes, quase 10 milhões viviam com renda familiar per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; aproximadamente 12 milhões não tinham concluído o ensino fundamental; um pouco mais de 4 milhões estavam ociosos e 1,4 milhão sem alfabetização.

Para que haja mudança positiva neste cenário, é preciso construir ações que visam à promoção dos direitos juvenis por meio de políticas sustentáveis e que fortaleça a participação direta da sociedade, em especial dos jovens autores/atores da sua própria história, sendo estes os protagonistas na discussão.

Apontam as diretrizes da Política Nacional de Juventude:

sendo tema de interesse público, a condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s). Em termos políticos e sociais, os e as jovens são sujeito de direitos coletivos. Sua autonomia deve ser respeitada, suas identidades, formas de agir, viver e se expressar valorizadas (CONJUVE, 2006, p. 28).

O ingresso no mundo do trabalho, tradicionalmente nas sociedades ocidentais contemporâneas, é constituído como um referencial de passagem da juventude para a vida adulta, não sendo este o sentido único que o trabalho contém para o jovem. Assim como para muito deles o trabalho ainda tem o peso de ser a ferramenta imposta para suprir as necessidades de subsistência, especialmente nas classes trabalhadoras, para outros ele é um meio que possibilita acesso ao lazer, a cultura, a independência financeira, bem como oportunidades de aprendizagem e ascensão profissional, alcançando assim uma melhor qualidade de vida.

Independente da percepção do jovem quanto ao significado que o trabalho lhe representa, o que é possível detectar é que existe uma insegurança e incerteza que assombra a realidade juvenil, o desemprego e a falta de capacitação e experiência profissional para atender as exigências cada vez maiores no mundo do trabalho.

Na questão do desemprego, o índice é maior na faixa etária juvenil, pois para as empresas a demissão de um jovem trabalhador tem um custo inferior aos demais, considerando as indenizações e os indicadores na produção dos serviços, uma vez que estes, nem sempre possuem funções de carácter estratégico e de alta responsabilidade nesta fase, gerando baixo impacto na produção final. Outro fator é a alta rotatividade, provocada pelo anseio ao novo, próprio da idade, pois os mesmos se sentem estimulados a fazer múltiplas experiências e acumular novos conhecimentos, na intenção de gerar certa capacitação e ou identidade profissional, destacando-se assim entre os demais e aumentando a chance de estabilizar-se em uma função específica. Isso ocorre principalmente entre jovens de famílias com baixa renda, no mercado informal. Essa prática certamente acaba comprometendo a educação básica dos jovens que estão no processo de construção do conhecimento, além de favorecer o descrédito dos contratantes.

Esta realidade lamentavelmente é uma das principais vias que promovem as desigualdades sociais, reproduzida entre os pares de geração a geração. Ainda que existam inúmeras formas de políticas de emprego para a juventude, os problemas encontrados são muito semelhantes. A discussão entre preparar o jovem imediatamente para o mundo do trabalho ou de alguma forma postergar a permanência no ambiente educacional, é um dos dilemas

mais comum, seja no ensino regular ou nas três formas de educação profissional, a saber, integrado, concomitante ou subsequente.

Várias são as políticas desenvolvidas com o objetivo de favorecer a inserção e permanência do jovem no mundo do trabalho. Em geral, podemos classificar em três bases: a formação profissional, o incentivo à contratação e as normativas. A formação profissional tem como foco as ações que promovam as "habilidades produtivas" dos jovens em preparação nas escolas técnicas. Esta prática contribui para o desenvolvimento intelectual, além de socializá-lo no campo do trabalho, por meio de estágios ligados a matriz curricular de um determinado curso, dependendo da área de atuação escolhida. Podem também ser ferramentas importantes para limitar, até certo contexto, a rotatividade no emprego, a construção de um itinerário ocupacional e principalmente favorecer ao trabalhador jovem a possibilidade de construir uma carreira profissional e conseqüentemente uma melhor colocação nas empresas. Podemos citar como exemplo as políticas ativas, que visam capacitar os indivíduos desempregados a obter renda e emprego.

Já as ações de incentivo à contratação, permeiam a redução dos custos com contratação de jovens. Existem algumas formas possíveis de garantir redução e estas podem ter impactos oscilantes no resultado. Além da transferência para o Estado de parte dos custos salariais a ideia é que este incentivo estimule a empresa a manter o jovem empregado por um período necessário até adquirir a experiência e credibilidade adequada para atuar com autonomia no mundo do trabalho. Porém, este incentivo acontece de forma que não estimule as empresas a contratarem a partir de então só jovens no quadro funcional, aproveitando do subsídio do governo e nem tão pouco que seja ineficaz a política, dado que o custo de contratação deste trabalhador é baixo por si só.

Outra maneira de incentivo à contratação é isentar algumas normas trabalhistas do contrato destes jovens, sobretudo as relacionadas à remuneração mínima, em especial o salário mínimo. Entretanto, a objeção que se faz é que está prática possa estimular o ingresso dos jovens em trabalhos de baixa qualidade, ou mesmo ligado a atividades que não evolua no seu itinerário profissional, provocando o desinteresse de ambos, tanto do contratante quanto do contratado.

A conclusão de uma formação profissional é fruto de certa "perseverança", "disciplina" e "responsabilidade", e isso é um indicador favorável ao jovem que pode ser visto pelos empregadores como grande potencial de contratação. Com isso é possível entender porque aumentou a procura das grandes e médias empresas, independente do segmento ou área de atuação no mercado, por jovens que estão cursando algum curso de nível técnico, para serem possíveis estagiários, com grandes chances de efetivação nas empresas após o término do contrato.

Já no campo das políticas normativas, há várias delas que seguem a criação de novas formas de contrato de trabalho temporário, com limite de tempo ou parcial com redução de encargos, que são semelhantes aos recursos diretos e indiretos ligados à contratação, como por exemplo, o programa "jovem aprendiz", que objetiva a qualificação técnico - profissional de jovens estudantes na condição de aprendizes.

Sendo o jovem um sujeito de direitos (como vimos anteriormente) e por lei é garantida a oportunidade de desenvolver-se em suas potencialidades, as políticas de emprego devem orientar-se não somente para a autonomia econômica, mas também para sua socialização e para o desenvolvimento humano, cultural e social.

O avanço das novas tecnologias vem ganhando as empresas, com a consequente preocupação em garantir o uso destes recursos para tornar o ambiente educativo, mais atrativo e dinâmico. É verdade que nem todas as escolas dispõem de tecnologias inovadoras. Portanto, é fundamental que as políticas de emprego sejam desenvolvidas de forma estratégicas e contemplem também a formação humana das juventudes em fase escolar, visando o desenvolvimento integral do sujeito, rompendo as barreiras socioeconômicas e culturais.

Para Novaes, a escola, por sua vez, deve garantir diretrizes que motivam a inserção do jovem no mercado de trabalho, pois:

o jovem brasileiro hoje precisa, sim, de uma escola que estimule o desenvolvimento de suas habilidades de modo a permitir sua inserção autônoma e com segurança nos vários espaços da vida social – o trabalho, a vida comunitária, a cena política, a cidadania (NOVAES, 2006, p. 52).

Promover condições que respeitem as particularidades e especificidades do jovem, que sejam compatíveis com suas peculiaridades é fundamental para que se tenha o desenvolvimento necessário para esta etapa da vida. Com efeito, se considerarmos que a humanidade tem caminhado e cada vez mais aproximado os comportamentos e habilidades sociais como parte fundamental dos requisitos de um colaborador, prestador de serviços, podemos dizer que o grande diferencial hoje nas escolas que preparam para o mundo do trabalho é formar além de profissionais altamente qualificados, pessoas que saibam interagir e se comunicar, nos diversos ambientes em que se encontram. Profissionais inseridos nas empresas e que apresentam pró-atividade e protagonismo, comportamentos éticos, alinhados com a missão e visão da instituição na qual prestam seus serviços, encontram mais destaque, visibilidade e grandes possibilidades de ascensão profissional. Não existe mais possibilidade das escolas "entregarem" para a sociedade apenas jovens tecnicamente prontos para atuar, pois em qualquer segmento empresarial existe uma máxima que diz: contratamos pela competência e dispensamos pelos comportamentos. Em vão poderá ser um trabalho educativo se não levar além das possibilidades técnicas e dos conhecimentos empíricos. Poderíamos chamar este profissional de um sujeito incompleto nas suas capacidades e habilidades, podendo chegar a grandes frustrações na sua trajetória profissional.

Para tanto, é necessário que o Estado também possa garantir segurança material para alcançar o sucesso na trajetória educacional do jovem e que este não seja prejudicado pelo rompimento deste processo pela necessidade de se garantir sobrevivência própria e ou de seus pares. Atualmente a realidade aponta uma perversa discrepância entre jovens que conseguem conciliar trabalhos criativos com educação de qualidade, ao passo que outros, quando têm emprego e tentam persistir com alguma formação são expelidos destes processos devido aos trabalhos exaustivos que tolhem a possibilidade de dedicação a estudos que exigem mais reflexão e concentração, dado a estafa física e mental do dia a dia na labuta diária.

Estas e outras realidades apresentadas neste capítulo são questões que permitem refletir o universo social da juventude no Brasil, com suas lacunas, avanços e perspectivas. Um segmento que diariamente vivencia

desafios de escolarização, de inserção no mundo do trabalho e de luta pelos seus direitos nos espaços sociopolíticos e culturais. Nesta ótica, políticas públicas são construídas, promovendo novas representações na sociedade e articulando possibilidades de inserção, projeção social e humana, proporcionando o crescimento não somente individual, mas também comunitário e humano. A nova forma de compreender as juventudes se apresenta como uma referência importante para os jovens e suas organizações na busca de uma sociedade solidária, democrática, plural, sustentável, igualitária e fraterna, na qual caibam todos os jovens.

## 2 O TRABALHO NA PERSPECTIVA HUMANO - TEÓLOGICA

O trabalho na Bíblia é visto como uma continuação da obra criadora de Deus, mostrando até mesmo que a criação é dinâmica e continuada. Deus criou a terra, mas colocou nela o homem para que a cultivasse (Gn 2,5), ou seja, para que a humanizasse e para que o trabalho humanizasse a própria humanidade. Portanto, a teologia do trabalho pressupõe uma antropologia que reflita sobre o ser humano desde seus primórdios. Enquanto trabalho, o homem se objetiva e manifesta a sua imagem e semelhança com Deus (Gn 1, 27). Pelo trabalho o ser humano se liga a Deus Criador e no trabalho desenvolve sua criatividade e personalidade. Neste processo a natureza vai se transformando, a obra da criação é humanizada e a liberdade do homem é realizada transformando-se Naquele que renova o mundo e Nele renova a si próprio.

No Plano de Deus, podemos afirmar teologicamente, que o trabalho confere sentido e dignidade ao ser humano. Em continuidade a obra do Pai, Cristo, o Filho de Deus, se encarnando, assumiu o trabalho humano. O Evangelista João (1,3) escreve que “sem Ele nada foi feito de tudo o que existe”. Cristo encarnou o Evangelho do trabalho e pertence ao mundo do trabalho. No Novo Testamento a própria ação evangelizadora de Cristo e de seus discípulos é classificada como a realização de um trabalho.

A Bíblia reflete também sobre o abuso, a corrupção, a desobediência do homem ao Plano de Deus (Gn 3). A partir deste fundamento a humanidade se introduz na sua realidade existencial o mal e a ambiguidade do seu ser, repercutindo profundamente no mundo do trabalho. Além disso, a convivência humana fica deturpada e as pessoas se dividem em classes, as mais fortes oprimem as mais fracas. Tudo isso introduz na realidade humana uma profunda confusão.

Assim, o conceito de trabalho na Bíblia, bem como na antropologia filosófica e cultural, inclui tanto a ação criadora de Deus, como o trabalho humano livre e escravo. Os ensinamentos bíblicos não se reduzem a discutir, a riqueza e a pobreza, à assiduidade ao trabalho, ou à preguiça. Os profetas enfatizam, muito mais, que a pobreza é fruto da injustiça e da opressão no mundo do trabalho. Teologicamente, toda atividade deve contribuir para o sustento de si e de sua família, para o bem da coletividade e para a realização

do plano de Deus na história. A reflexão Bíblica, porém, exorta, que o esforço humano, por si só, não conduzirá ao sucesso. É necessário relacionar este esforço com o Criador e dele esperar a benção: “Se Deus não constrói a casa, em vão trabalham seus construtores” (Sl 127, 1). Esta reflexão teológica estabelece certas fronteiras aos esforços dos homens. Sucesso e riqueza se tornam ambíguos. Pobreza e carência podem ser mais valiosas do que riquezas: “Mais vale pouco com o temor de Deus, do que grandes tesouros sem paz” (Pr 15,16). A riqueza não é um valor em si, pois pode levar à falsidade (Pr 19,1) e ao desentendimento (17,1). O sucesso facilmente pode levar o homem a uma falsa autoconfiança.

Em relação às profissões, a Bíblia não especula sobre a maior ou menor dignidade desta ou daquela atividade humana. No Cristianismo, pelo fato de Jesus ter exercido uma profissão manual, nunca se desqualificou com atividade física. As últimas encíclicas sociais da Igreja Católica recuperam novamente o verdadeiro valor e dignidade de qualquer atividade humana. Neste sentido, Paulo VI diz na *Populorum Progressio*:

quer seja artista ou artífice, empreendedor, operário ou camponês, todo trabalho é um criador. Debruçado sobre uma matéria que lhe resiste, o trabalhador imprime-lhe o seu cunho, enquanto para si adquire tenacidade, engenho e espírito de invenção [...]. O trabalho une as vontades, aproxima os espíritos e solda os corações realizando-o, os homens descobrem que são irmãos (PP, 1967, p. 28).

É, portanto, com base na dignidade do trabalho, que se transforma, até em dever e direito de trabalhar e de exercer uma profissão que se direciona a reflexão deste capítulo. O trabalho em si visa à humanização. O critério para a classificação do trabalho humanizante não é apenas o sucesso, ou a quantidade de objetos produzidos, mas a dignidade humana de que dele resulta. Basicamente, existem duas categorias de trabalho: aquele que expressa o verdadeiro ser das pessoas e aquele que as alienam de seu ser. João Paulo II, na encíclica *Laborem Exercens*, enfatiza que o valor da pessoa humana deve estar na base de qualquer ação humana e, considera fundamental, em qualquer forma de organizar o trabalho, que o trabalho conserve a consciência de que está trabalhando por conta própria (JOÃO

PAULO II, 1981, P. 15). A pessoa que trabalha constrói a sua própria vida, se humaniza e enriquece como humano.

## 2.1 A ETIMOLOGIA DA PALAVRA TRABALHO

A etimologia aplicada para o vocábulo do trabalho é o latim *trabs, trabis*, viga, de onde se originou inicialmente um tipo *trabare*, que deu no castelhano *trabar*, etimologicamente, obstruir o caminho por meio de uma viga e logo depois outro tipo diminutivo de *trabaculare*, que produziu trabalhar. O termo trabalho surgiu no sentido de tortura, no latim *tripaliare*, torturar com *tripalium*, máquina de três pontas (FEBVRE, 2009).

Sociologicamente foi assim, sabendo-se que o trabalho era "coisa" de escravos, os quais, no fundo, pagavam seu sustento com o "suor de seus rostos". Escravos e servos, historicamente sucedidos eram os que podiam dedicar-se ao trabalho. Em Marx e Engels, é algo que dá valor aos bens. Na sociedade política socialista, o trabalho e o trabalhador constituem a principal peça. Na sociedade capitalista é cada vez maior a valorização do trabalho, apregoando-se o associacionismo, ou seja, uma integração efetiva em forma de associação do trabalhador e do capitalista e o pluralismo mediante o reconhecimento de três espécies de trabalhadores: os braçais, os intelectuais e os trabalhadores de capitais.

Observa-se, entretanto, que do sentido negativo da antiguidade clássica passou-se a uma concepção de trabalho como valor (PINHO, NASCIMENTO 2000). Para Furquim (2001) trabalho em sentido geral é todo esforço físico ou intelectual com o objetivo de realizar alguma coisa. Todavia, Cesarino Júnior (1970) conceitua o trabalho como a aplicação da atividade humana à produção de bens e serviços em proveito de outrem, que o remunera. Outra categoria muito crescente na atualidade é o Trabalho Voluntário, desenvolvido em ONGs, instituições de Saúde, Igrejas, setores públicos ou privados sem fins lucrativos com prestação de serviço de natureza gratuita, tendo como objetivo a garantia dos direitos humanos fundamentais a seus semelhantes. Assim podemos caracterizar as duas possibilidades de trabalho, sendo o oneroso e o gratuito.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2000, considera-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- *na condição de trabalho remunerado*: ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadoria ou benefício (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços e também na condição e a ocupação remunerada, em dinheiro ou benefício (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico;

- *na condição de trabalho não remunerado*: ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana, podendo ser em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura; silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; como aprendiz ou estagiário.

- *na condição de trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso*: ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana. Na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação ou de, pelo menos, um membro da unidade familiar; na construção de edifícios, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso ou de, pelo menos, um membro da unidade familiar.

A Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, cita o trabalho ao enumerar os princípios em que se fundamenta a organização econômica e os fundamentos do Estado Democrático de Direito em seu art 170, *caput* - A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar para todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Contudo, observamos que de várias formas a dignidade humana é garantida e reconhecida como algo inato e inerente à vida humana, e é um direito a ela concedido e o "respeito à dignidade do trabalhador constitui um dos direitos supra estatais inerentes ao ser humano, cuja observância independe da vigência de leis nacionais ou tratados internacionais" (SUSSEKIND, 2002, p. 145).

## 2.2 HISTÓRIA DO TRABALHO HUMANO, AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Na história humana, quando o tema é trabalho, identificamos algumas fases, iniciando do trabalho escravo, servidão, às corporações de ofício até chegar à revolução industrial, com o nascimento do direito laboral.

Na pré-história, em todo o período, a humanidade foi direcionada objetivamente ao trabalho, pela necessidade de alimento e por sua defesa pessoal. Para Marx; Engels (1984, p.22):

o primeiro pressuposto de toda história é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro ato histórico destes indivíduos, pelo qual se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzir seus meios de vida.

Sendo seus únicos instrumentos, suas mãos, assim para a sobrevivência as pessoas utilizavam-se da pesca e da caça para alimentar-se, pois outras necessidades eram desconhecidas, visto que vivia na era primitiva, lutava contra outros homens e animais para manterem-se vivos. Assim define Iglésias (1981, p. 65):

o homem sempre se distinguiu pelo uso de objetos como ferramentas para a transformação da matéria - prima. Por sua própria natureza, ele parece feito para criar. Exemplo disto é sua mão, que é uma ferramenta, com o polegar disposto com relação aos outros dedos para apreender e agir.

As mulheres por sua vez, nestas épocas, deslocavam-se com menos frequência, tendo assim preferência em permanecer em locais determinados, especificamente pelo fato de serem mães, levavam em consideração a maternidade dos filhos. Seus argumentos eram baseados na divisão sexual do trabalho, onde as atividades voltadas ao plantio para o sustento do grupo eram de sua responsabilidade, e a caça por sua vez, tornou-se uma atividade predominantemente masculina. Importante salientar que a divisão destas atividades não causava desigualdades sociais entre os membros do grupo, assim como todos trabalhavam, todos também tinham acesso aos frutos de suas atividades. A cooperação entre cada um deles era essencial para garantir condições mínimas à comunidade em que viviam.

Em tempos agrícolas, se antes a produção era limitada apenas as necessidades de sobrevivência, de tempos em tempos começa a ser maior que realmente precisava, ou seja, acabava gerando um excesso de produção. Quando isso ocorria, o natural era que a demanda que sobrava fosse armazenada para o uso tardio, ou algumas vezes em confraternizações entre o grupo. Aponta Guillerm e Bourdet (1976, p.99):

essa enorme produção, obtida sem gerar a exploração de ninguém, foi adquirida por um trabalho mínimo: 3 a 4 horas por dia, no período de máxima intensidade; 15 dias de trabalho por ano, em média. Em um sistema ecologicamente equilibrado, a natureza dava generosamente seus frutos, e a técnica, adaptada às necessidades, era muito desenvolvida.

Porém, essas sobras por assim dizer acabaram por despertar em alguns indivíduos a mera possibilidade de detenção de poder. Neste momento a produção começa a ser disputada. E a terra que era de todos, com o tempo foi sendo dividida, tornando-se propriedade privada de alguns, fator este que elimina a igualdade dentro do grupo, visto que apenas uma minoria foi beneficiada. Assim, passa a estabelecer a divisão entre as famílias proprietárias e as não proprietárias. Surgem aqui as classes sociais e com elas:

[...] a luta de classes, na medida em que a classe proprietária procura aumentar suas posses, impedindo que os demais se tornem proprietários; e na medida em que os não-proprietários querem se tornar proprietários, ameaçando as propriedades dos primeiros (FREI BETO, 1986, p. 14)

Posteriormente, com sentimento imperativo começou a produzir armas e instrumentos de defesa para se defender dos seus opressores (VIANNA, 1984). Em seguida, quando se tratava de um combate com outros homens, vindos de outros grupos, acabavam por matar os seus adversários, mesmo feridos, tanto para quem sabe devorá-los como também para evitar problemas futuros. Aos poucos, houve a percepção de que antes de matá-los, seria uma melhor alternativa capturá-los, podendo assim torná-los mão de obra, ou seja, escravos para suas atividades diárias. Entretanto, os valentes que conquistavam maior número de prisioneiros, estando estes impossibilitados de serviços pesados, eram vendidos, trocados ou alugados. Os serviços manuais exaustivos eram dados aos escravos, não somente por este motivo, mas

também porque tal trabalho era considerado impróprio e desonroso para os homens livres.

Em consequência disto, a escravidão tomou grandes proporções entre os egípcios, gregos e romanos. Enquanto na Grécia os escravos fabricavam flautas, facas e instrumentos agrícolas, em Roma havia escravos de vários níveis, como gladiadores, músicos, poetas e filósofos. Os romanos dividiram a organização do trabalho em três aspectos distintos: o trabalho escravo, onde a pessoa se transformou em sujeito à vontade despótica de seu dono; o trabalho em corporações e o trabalho livre. No século XVI na Grécia desaparece a escravidão com a 18ª dinastia. Constatou Gilissen (2001) que com a apropriação de terras por parte dos nobres e com a libertação dos escravos segue-se o aparecimento de ricos e pobres, e como consequência as classes sociais. Em pouco tempo essas classes foram fortemente se diferenciando, devido aos empréstimos feitos para os desfavorecidos, que necessitavam de meios para sobreviver e assim dispor os seus bens e a sua própria pessoa em penhor, o que teria duras penas em caso de não cumprimento do contrato. Junto com as classes sociais cada vez mais distintas, aparece aqui uma hierarquização da sociedade, de caráter feudal, piramidal, tendo em seu topo um chefe, em seguida os vassallos, os vassallos dos vassallos e terminando com os servos e os escravos.

Martins (1999) diz “a escravidão foi a primeira forma de trabalho, sendo o escravo tratado como coisa, sem qualquer tipo de direito, não era reconhecido como sujeito de direito, apenas uma propriedade dos senhores”.

Muitos escravos, mais tarde, vieram a se tornar livres, ou por gratidão dos seus senhores, em reconhecimento aos serviços relevantes ou como presente em dias de festividades ou ainda quando os seus donos vinham a morte, seus escravos preferidos eram declarados livres. Com a liberdade em mãos, estes homens não tinham escolhas, pois ou trabalhavam nos seus ofícios habituais ou alugavam-se a terceiros, mas com a possibilidade de ganhar o seu próprio salário.

Nos tempos medievais a existência da escravidão era marcada pelo grande número de prisioneiros, especialmente entre os infiéis e os bárbaros, promovida pelos senhores feudais, que mandava vendê-los como escravos nos mercados, onde eram enviados para o Oriente próximo.

Sob vários títulos e pretextos, na história da humanidade a escravidão dos povos mais fracos e desfavorecidos pelo sistema prosseguiu por longos séculos. O Papa Nicolau, no ano de 1452, autorizou o Rei de Portugal a reduzir e combater a escravidão dos muçulmanos que lá se encontravam. A queda de Constantinopla em 1453 não foi suficiente para combater o trabalho escravo que tomou incremento com o descobrimento da América. Enquanto os espanhóis escravizavam os indígenas nas terras descobertas, os portugueses faziam incursões na costa africana, conquistando escravos para migrá-los as terras do novo Continente.

A França em 1857, com a Revolução Francesa proclama a indignidade da escravidão, sendo oficialmente prescrita nos territórios sob domínio da Inglaterra e exatos oitenta anos depois a Liga das Nações reconhecia ainda a existência da escravidão na Ásia e na África.

Em contexto geral, o trabalho em regime de escravidão é a característica mais relevante do trabalhador da antiguidade, ainda que os historiadores apontem, em determinados momentos, um esforço em que as leis da época referente ao combate a escravidão fosse feita com rigor em sua aplicação.

No código de Hamurabi, na Babilônia, o trabalhador, pelo reconhecimento a seu favor garantidos nos seus direitos civis, recebia tratamento mais adequado, pois no próprio Talmud encontram-se claramente regras de proteção ao trabalhador em caso de acidente e desta forma eram observados com um trabalho menos exposto ao perigo.

No Brasil, desde o descobrimento foi instaurado o regime de escravidão, tendo início com os indígenas. Segundo Mota (1997) nas colônias instaurou-se um paradigma de produção diferente. Os primeiros estrangeiros em terras nacionais dependiam dos índios para a sua sobrevivência, pois não conheciam as plantas comestíveis, não sabiam pescar e nem preparar os alimentos, portanto era comum que todo colono que chegasse obtinha nativos que o servissem. Em 1534, a Coroa portuguesa oficializou a situação autorizando a escravidão indígena. O primeiro governador-geral Tomé de Souza, que chegou ao Brasil em 1549 com a missão de tornar rentável a Colônia, deslocando o foco não mais para as atividades econômicas e sim para a extração da madeira e o cultivo da cana para a produção de açúcar.

Entretanto, não era possível encontrar indígenas para o cultivo da cana, pois para eles isso era uma prática feminina, assim como plantar e colher. Considerando ainda que a agricultura não era prática desenvolvida pelos indígenas, eles não se adaptaram a ela com tranquilidade. A Igreja católica, com a chegada dos jesuítas ao Brasil, sob o comando do Padre José de Anchieta, assumiu firme a posição contrária à escravidão dos índios, o que provocou a revogação da autorização para o cativeiro indígena em 1548.

Após esse período, o regime escravocrata no país, que surge após os indígenas, é combatido desde os primórdios de sua independência até o final do século XIX. O trabalho servil de todo este tempo foi para atender a riqueza, o conforto e o luxo no período colonial e no império, com total exploração do trabalho desumano para com o índio e o negro. Por meio desta realidade cruel se estruturou o sistema de produção para integrar o país na economia mundial. Afirma, ainda, Mota (1997) que a técnica de produção de açúcar era um segredo dos portugueses, que haviam desenvolvido nos Açores e foram baseados no emprego dos escravos. Em 1559 com a autorização deu-se início o tráfico de escravos africanos no Brasil. Porém, um pouco mais de trezentos anos depois, em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea passa a ser abolido o regime de escravidão no país, sendo está à lei trabalhista de maior importância na ordem jurídica brasileira. Constatase:

[...] os escravos sempre lutaram contra essa situação, fugindo, quebrando de propósito as ferramentas e arruinando as plantações, algumas vezes revoltando-se em massa. Mesmo vencendo as lutas dos escravos, a sociedade escravagista não podia dormir tranquila. Estava chegando seu fim (COORDENAÇÃO DE PASTORAL DA PERIFERIA DE SALVADOR, 1980, p. 10).

Em outra etapa da história do trabalho, o regime que hora era de escravidão vai se transformando no plano histórico em um sistema de servidão, tornando o trabalhador, de forma gradativa em um "sujeito", ainda que os direitos subjetivos fossem muito restritos. Era a época em que senhores feudais davam proteção militar e política aos servos, que não eram livres, ao contrário, tinham que prestar serviços nas suas propriedades. Uma parte da produção rural era entregue por eles aos senhores feudais em troca da proteção que recebiam e do uso da terra (RUSSOMANO, 2002).

Segundo Mota (1997) o feudalismo foi um sistema social, político e econômico caracterizado pela relação de dependência pessoal entre servos e senhores. Característico da Europa medieval, ganha força no século X, após a queda do império carolíngio, gerando enfraquecimento do poder central de Roma, dos altos custos em armar guerreiros a cavalo para fazer a guerra.

Para Vianna (1989) a servidão foi um período generalizado de trabalho em que o indivíduo sem ter a condição jurídica de escravo, na realidade não dispunha de sua liberdade.

São várias as semelhanças entre a servidão e a escravidão. Os senhores da terra podiam mobilizá-los forçadamente para a guerra e também, sob controle, cedia seus servos aos donos das pequenas fábricas ou oficinas já existentes. O feudalismo foi substituído por novo sistema econômico e social por volta do século XVI, visto que na Inglaterra as classes superiores passaram a cercar os pastos, preferindo explorá-los diretamente, pois, assim cercados, era muito pequeno o número de pastores necessários. Afirma Cepis (2004) que "no feudalismo, não havia mais uma dominação basicamente pela força. Agora a dominação se apoiava principalmente no controle das ideias".

Os últimos vestígios da servidão na Alemanha se deram com o fracassado levante dos camponeses e a devastadora Guerra dos 30 anos e na França com a Revolução Francesa.

Ainda no contexto da Idade média, em um terceiro momento encontramos as denominadas corporações de ofício, em que existiam três perfis de trabalhadores: os mestres, os companheiros e os aprendizes. Suas raízes estão nas organizações orientais, em Roma e na Germânica. Assim, grandes massas humanas iam se aglomerando nas cidades, dada a fuga dos campos, onde o poder dos nobres era quase absoluto.

Esclarece Vianna (1989) que a identidade da profissão, como força de aproximação entre homens, obrigava-os para assegurar os direitos e as prerrogativas, a se unir, e começam a surgir aqui e ali, as corporações de ofício ou Associações de Artes e Misteres. Os aprendizes eram jovens trabalhadores, submissos à pessoa do mestre, onde aprendiam o ofício. Esse processo de aprendizagem era um sistema duro de trabalho e os mestres sempre eram severos com o cumprimento da disciplina, usando sem restrições dos poderes que lhes eram conferidos pelas normas estatutárias da corporação. Concluída

a aprendizagem, eram promovidos à categoria de companheiros, ou seja, oficiais formados, todavia sem condições de ascenderem à mestria, pela compressão exercida pelos mestres, que desejavam assim impedir a concorrência, e garantir a transmissão dos privilégios das mestrias aos seus sucessores ou filhos. Os companheiros eram trabalhadores qualificados, que contavam com a liberdade pessoal, mas que sabiam da impossibilidade de se tornarem mestres, por mais técnica que fosse sua formação profissional.

Esta realidade levou a criação de organizações de companheiros (companhias) e organizações de mestres (mestrias). Ou seja, aquele que outrora trabalhava em benefício exclusivo dos senhores, tirando apenas o seu próprio alimento, vestuário e habitação, passa a exercer sua atividade, sua profissão, em forma organizada, ainda que sem total liberdade.

As corporações recebiam privilégios concedidos pelos reis e estabeleciam suas próprias leis, com intenção de enfraquecer o poderio dos nobres senhores da terra e pelo serviço que prestavam ao erário, como órgãos de arrecadação de certos tributos. Posterior a isso, os reis e imperadores perceberam a necessidade de restringir os direitos das corporações, com o objetivo de evitar sua influência, assim como amenizar a sorte dos aprendizes e trabalhadores. Entretanto, nas corporações de ofício, em seu início existiam dois graus: mestre, que eram proprietários das oficinas e que já tinham passado pela obra de aprendiz e o próprio aprendiz, que recebia dos mestres o ensino metódico do ofício ou profissão. Cabe salientar que as corporações de ofício não passavam de uma fórmula mais amena de escravidão do trabalhador, considerada incompatível com o ideal libertador do ser humano, somado com a liberdade do comércio e o encarecimento dos produtos das corporações, fora suprimidas em 1789 pela Revolução Francesa.

Aponta Martins (1999), que na época dizia-se que a liberdade individual repele a existência de corpos intermediários entre indivíduo e Estado. Em 1824, a Constituição brasileira em seu artigo 179, inciso XXV, aboliu as Corporações de Ofício afim de que houvesse liberdade do exercício de ofícios e profissões.

A Revolução Industrial se expressa no processo de mudança da economia, saindo da atividade agrária manual para a atividade industrial mecanizada, tendo início na Inglaterra no século XVIII. Com ela nascem duas

classes, opostas em interesses: os detentores do capital e dos meios de produção e os operários. Defende Romita (1997) que houve três revoluções gerais da tecnologia, alimentadas pelo conceito capitalista, originários da Revolução Industrial do século XVIII, sendo a primeira proporcionada pela produção de motores a vapor por meio das máquinas no princípio do século XIX; a segunda, com o desenvolvimento e aplicação do motor elétrico e do motor de explosão no fim do século XIX e princípio do século XX e terminando com a automação por meio de eletrônicos a partir da segunda guerra mundial. Desta forma, a invenção das máquinas e sua aplicação à indústria iriam provocar a revolução nos métodos de trabalho e como consequência fortes mudanças nas relações entre patrões e trabalhadores. Houve nessa época grandes protestos e até rebeliões com destruição de máquinas.

Com o surgimento da revolução industrial tem início o direito social ou do trabalho, que teve como principal causa econômica o aparecimento da máquina a vapor como fonte energética, substituindo a força humana. Portanto, aqui começa a substituição do trabalho manual pelo trabalho mecânico.

Para Russomano (2002) o regime das manufaturas caracteriza-se pelo começo da execução prática da ideia do trabalho livre. O contratualismo alcançava a esfera do trabalho e colocava o patrão e o empregado, frente a frente, para que discutissem como seres livres, com igualdades abstratas de direito e condições de serviço, contempladas nas cláusulas do contrato de trabalho.

### 2.3 PESSOA, TRABALHO E DIGNIDADE HUMANA

A partir dos dados bíblicos e da tradição do pensamento social cristão, João Paulo II, na “*Laborem Exercens*” (1981), baseia suas ideias fundamentais sobre o trabalho, por um lado, numa convicção de fé e, por outro, na necessidade racional de humanização da pessoa. Dessas duas bases nasce a ética cristã para o mundo do trabalho.

Na *carta encíclica*, João Paulo II destaca doze teses em relação à defesa do trabalhador e da dignidade do trabalho. Elencamos a seguir algumas dessas teses, que tem relação mais direta com o tema em discussão: o trabalho é uma dimensão fundamental da existência humana; no trabalho e

mediante o trabalho a pessoa se realiza e manifesta a sua humanidade; o trabalho deverá possibilitar ao ser humano a sua personalização e sua humanização; não importa o tipo de trabalho executado, pois o valor da atividade surge do fato de o trabalhador ser uma pessoa; o trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho; não se pode aceitar um êxito técnico esquecendo-se o sujeito do trabalho; o ser humano se torna pessoa mediante o trabalho, pois do trabalho depende a possibilidade da vida familiar e a educação dos filhos; mediante o trabalho a pessoa humana está ligada à sociedade, à cultura de um povo e se integra numa nação; mediante o trabalho o trabalhador contribui para o bem de uma coletividade; a falta de trabalho, para as pessoas capazes de trabalhar, manifesta uma situação de injustiça; por isso é dever das diversas instituições da sociedade lutar contra o desemprego, que se pode tornar uma verdadeira calamidade pública e o processo de submeter a terra, por mais avançado que seja, nunca poderá diminuir a dignidade e os direitos inalienáveis da pessoa humana.

Deve-se ressaltar, no entanto, que entre os princípios éticos fundamentais do cristianismo, a dignidade da pessoa humana vem elencada em primeiro lugar. O ser humano tem uma dignidade intrínseca à sua existência que exige a liberdade e a justiça, o que implica, por exemplo, que o trabalho tem prioridade sobre o capital. O princípio da dignidade da pessoa humana é o núcleo essencial dos direitos fundamentais e a premissa fundamental do Estado Democrático de Direito, dessumindo-se como a fonte ética que confere unidade de sentido, de valor e de concordância prática ao sistema dos direitos fundamentais. Não tem apenas função de estabelecer direitos e deveres que assegurem uma vida saudável e justa. Muito mais do que isso, tem o dever de proporcionar situações em que o ser humano se desenvolva em um meio capaz de promover a sua integração e a evolução de sua dignidade. A esse propósito Piovesan (2000, p. 59), explica que:

a dignidade da pessoa humana, [...] está erigida como princípio matriz da Constituição [de 1988], imprimindo-lhe unidade de sentido, condicionando a interpretação das suas normas e revelando-se, ao lado dos Direitos e Garantias Fundamentais, como cânone constitucional que incorpora 'as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro.

Dessa forma, constata-se que o direito do trabalho é resultado de uma conquista humana proveniente da luta por melhores condições trabalhistas, a fim de resgatar a dignidade humana, o valor social do trabalho e a vedação à discriminação, bem como de buscar a igualdade substancial das pessoas por meio de uma efetiva proteção.

O trabalho sempre fez parte da vida dos seres humanos. Foi através dele que as civilizações conseguiram se desenvolver e alcançar o nível atual. O trabalho conforme já apontado na filosofia grega por Aristóteles (344-322 a. C) reveste-se de um valor antropológico ao definir a pessoa como o filho dos seus atos. Com a chegada do Cristianismo no mundo ocidental, a dignidade no trabalho humano se tornou uma realidade. O indivíduo pelo trabalho projeta-se para a eternidade. Embora ele possa desaparecer fisicamente, as suas obras ficam como memória e manutenção de sua existência. Assim, o trabalho assume valor de realização e desenvolvimento não apenas para si, mas para a sociedade como um todo.

É no âmbito do Cristianismo que o conceito de pessoa ganha o seu significado mais profundo. As discussões cristológicas e trinitárias na busca de uma reflexão metafísica da pessoa que pudesse justificar, pela razão, os mistérios da Trindade e da Encarnação do Verbo, contribuíram para uma compreensão de pessoa, oferecendo um arcabouço filosófico e teológico que tornasse mais clara a terminologia e estabelecesse uma melhor relação entre os diversos termos. O pensamento social cristão quer ser uma chave para compreender o sentido individual e social do trabalho. A doutrina social cristã se apresenta como base fundamental para a humanização do trabalho.

Pelo trabalho o ser humano se liga a Deus Criador. Cristo encarnou o evangelho do trabalho e pertence ao mundo do trabalho, seus ensinamentos contribuíram para a valorização do sentido do trabalho. De acordo com Pagola (2011, p. 80): “as fontes dizem com toda precisão que ele foi um ‘artesão’ como havia sido seu pai. Seu trabalho não correspondia ao do carpinteiro de hoje. Trabalhava a madeira, mas também a pedra. A atividade de um artesão de aldeia abarcava trabalhos diversos”. Jesus pertence à camada da população que trabalha artesanalmente. Ele conhece o mundo do trabalho por experiência própria e, durante sua atividade pública, insere-se conscientemente no mundo do trabalhador. As imagens das parábolas e os caminhos percorridos que se

conseguem reconstruir a partir dos Evangelhos, revelam familiaridade com a vida real do quotidiano na Palestina. Dá assim a compreender que confirma o mundo com as suas condições de vida e que vê no trabalho o elemento fundamental para a realização do mundo. Por isso não lhe importa aferir o trabalho segundo uma escala de valores. Disso decorre que o trabalho se apresenta como caminho que possibilita a entrega de si no serviço aos outros, é um caminho de autorealização e que possibilita o sujeito a realização da solidariedade humana.

Na perspectiva da espiritualidade, o trabalho nunca é apenas um desgaste de energias físicas e mentais, mas é a expressão da vida da pessoa como um todo. É no mundo do trabalho que se manifestam os sinais de perdição como de redenção do homem (MAIA, 1982). É, portanto, uma questão de dignidade para a humanidade trabalhar e ganhar com honra o seu sustento. Esta dignidade se transforma, até em dever e direito de trabalhar. O Apóstolo Paulo formula a regra de ouro para os cristãos: “Quem não quer trabalhar, também não há de comer” (2 Tes 3,10), supondo-se, naturalmente, que haja possibilidade de trabalho para todos. E o mesmo apóstolo, na 1 Tes 4, 11, aconselha: “Empenhai a vossa honra em levar vida tranquila, ocupar-vos dos vossos negócios e trabalhar com vossas mãos, conforme nossas diretrizes”. São Paulo deu o exemplo, ganhando a sua vida fabricando tendas.

Deve-se levar em conta que a Patrística não conhece uma reflexão teológica sistemática sobre o trabalho. Tentou-se uma síntese entre o sentido bíblico e o direito natural. Entende-se o trabalho no sentido filosófico como experiência da virtude. Santo Agostinho, em sua obra *Confissões* (400 d.C) afirma que o trabalho não é apenas um meio de impedir que o ócio crie campo propício para os vícios e, sim, que todo o trabalho é útil e que não se deve cingir ao mínimo necessário para manter a vida e que mesmo a acumulação de bens não é um mal; o mal estaria na aplicação desses bens em finalidades contrárias aos preceitos divinos.

No final do século XIX com a Encíclica *Rerum Novarum*, de autoria do Papa Leão XIII, visando a solução do problema social, a Igreja Católica atribuiu um sentido mais aprofundado ao trabalho, afirmando: “que [...] em teoria e na prática, não é mercadoria, mas um modo de expressão direta da pessoa humana” (LEÃO XIII, 1891, p. 26).

O trabalho para a grande maioria da população mundial é a única fonte de subsistência, e, portanto a sua remuneração não pode deixar-se à mercê do jogo automático das leis de mercado, mas pelo contrário, deve ser estabelecido, segundo as normas da justiça e da equidade, que em caso contrário, ficariam profundamente lesadas, ainda mesmo que o contrato de trabalho fosse livremente ajustado por ambas as partes.

A Encíclica de Leão XIII leva em conta a mísera condição dos operários de explorados pelo capitalismo selvagem e propõe os direitos fundamentais do trabalhador: salário justo, repouso dominical, limitação das horas de trabalho, consideração das mulheres e crianças que trabalham possibilidade de que o operário vá constituindo o seu patrimônio particular, etc...

Com as ideias iluministas do século XVIII, o trabalho foi reconhecido como essencial para a economia e alçado à condição de fator preponderante para o progresso humano. O Iluminismo trouxe para a sociedade significativos avanços que junto com a Revolução Industrial abriram possibilidades para grandes mudanças determinadas pela Revolução Francesa.

Para tornar concreta e efetiva a universalização dos preceitos de proteção ao trabalho, com o Tratado de Versalhes, firmado em 28 de julho de 1919, em sua cláusula XIII foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com sede em Genebra (Suíça), destinada a estabelecer as normas de proteção para as relações entre trabalhadores e empregadores no âmbito internacional.

Na vigésima sexta sessão da Conferência Geral da Organização do Trabalho, realizada em 10 de maio de 1944 na Filadélfia, foi confeccionado a Declaração sobre os fins e objetivos da OIT e os princípios que devem inspirar a política dos seus membros, e dentre os principais destaca-se: o trabalho não é uma mercadoria.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 10 de dezembro de 1948, a Convenção sobre a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais prescreve que ninguém poderá ser submetido à escravidão ou servidão. A Carta Social Europeia, aprovada em Turim de 18 de outubro de 1961 reconhece que toda pessoa deve ter a possibilidade de ganhar sua vida mediante um trabalho livremente empreendido. Já a Convenção Americana de 22 de novembro de 1969, declara que ninguém pode

ser submetido à escravidão ou à servidão, e tanto estas como o tráfico de escravos e mulheres são proibidos em todas as suas formas e mais, ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório.

Com a valorização do trabalho humano surgiram conflitos entre o capital e o trabalho no mundo todo. Aponta Gilissen (2001) que os tribunais de trabalho têm a mesma origem na França, na Alemanha e na Bélgica e foram criados 1809 por Napoleão. Estes conselhos, criados para julgar conflitos entre patrões e operários, tinham uma constituição paritária: os seus membros eram eleitos, metade pelos patrões e metade pelos contramestres e operários principais que sabiam ler e escrever. Com a experiência, sendo bem sucedidos, outros países também foram implantados seus tribunais como Inglaterra (1919), com o organismo jurisdicional denominado Industrial Tribunais, Espanha (1926) com os Comitês Paritários para Conciliação e Regulamentação do Trabalho e Portugal (1931) com os Tribunais de Árbitros Avindores.

#### 2.4 O TRABALHO A LUZ DOS DOCUMENTOS DA IGREJA

A história da criação, relatada no livro dos Gênesis, onde o Criador dá origem a todas as coisas se confunde com a história do trabalho humano. Metaforicamente, a criação é fruto do trabalho de Deus. E na obra da sua criação, por fim deu origem ao humano: "o Senhor Deus formou, pois, o homem do barro da terra, e inspirou-lhe nas narinas e o homem se tornou um ser vivente..." (Gn 2,7). E dando-lhe autonomia sobre todos os seres vivos, declarou: "[...] que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra [...]" (Gn 1, 26). Na obra da Criação se expressa o trabalho divino e de modo significativo e particular, a criação humana como a mais desejada criatura de Deus. Porém, submetido à ira de Deus, consequência da sua desobediência, o ser humano perde a condição de equilíbrio e totalidade e passa a prover a sua subsistência pelo frutos do seu próprio suor. Entretanto, o trabalho humano não foi constituído como algo sempre penoso, que demandasse sacrifício, tortura e suor, antes, porém foi projetado por Deus para integrar a realidade da pessoa edênica: "O Senhor

Deus tomou o homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar..." (Gn 2, 15). Não apenas o trabalho, mas também o descanso: "Tendo Deus terminado no sétimo dia a obra que tinha feito, descansou do seu trabalho" (Gn 2, 2).

O descanso deriva-se do trabalho e vem antes da realização de um novo esforço e só encontra a sua significação se associado a um novo labor.

O trabalho desde a sua origem acompanha a humanidade. Mesmo em descanso, o ser humano trabalha, ora com sua mente, sede de sua razão, ora com seu coração, lugar da sua liberdade. Deste modo, o trabalho em si, passa a ser o "ocupar-se em adquirir as coisas necessárias aos diversos fins da vida e, sobretudo, para a própria conservação" (RN, 1891, 32). Para a Igreja o trabalho tem um significado social e cumpre uma função claramente socializadora. Para a doutrina Social Cristã, referente ao trabalho encontramos diversas manifestações dos variados Pontífices. Segundo Leite (1996) além da expiação e a penitência, encontramos cinco dimensões do trabalho humano, segundo alguns papas e manifestações amplas da Igreja:

O trabalho como atividade para o desenvolvimento da pessoa: na encíclica *Quadragesimo anno* (1931), no número 53, o papa Pio XI, cita um texto bíblico, dizendo: "O homem nasce para o trabalho, como a ave para voar", daí emana a sua necessidade e a sua dignidade. Nessa mesma linha, Pio XII, em diversas ocasiões reforça o mesmo pensamento: "o trabalho aperfeiçoa a personalidade, não a envilece" (Radiomensagem de Natal, 1942). E ainda: "é serviço de Deus, dom de Deus, vigor e plenitude da vida humana, prenda do repouso eterno" (Radiomensagem de Natal, 1943).

Com relação à configuração e domínio do mundo afirma Paulo VI na *Populorum Progressio* n. 27 que: "todo trabalhador é um criador". E o Concílio Vaticano II afirma:

criado o homem à imagem de Deus, recebeu o mandato de governar o mundo em justiça e santidade, submetendo a si a terra e quanto nela se contém, e de orientar a Deus a própria pessoa e o universo inteiro, reconhecendo a Deus como Criador de tudo, de modo que com o submetimento de todas as coisas ao homem seja admirável o nome de Deus no mundo" (*Gaudium et Spes*, 34).

Quanto a fonte de riqueza a encíclica *Rerum Novarum* aponta que " para a obtenção dos bens econômicos é sumariamente eficaz e necessário o

trabalho dos proletários" (RN, 25). "A *Quadragesimo Anno*, número 39, reforça, que "ninguém pode ignorar que jamais povo algum chegou, desde a miséria a indigência, a uma melhor e mais elevada fortuna, se não fosse com o enorme trabalho acumulado pelos cidadãos, tanto dos que dirigem quanto dos que executam".

O trabalho, segundo Paulo VI, "une as vontades, aproxima os espíritos e funde os corações; ao realizá-lo os homens descobrem que são humanos" (*Populorum Progressio*, 1967, 27).

Com relação à *Glorificação a Deus*, a doutrina Social Cristã faz neste ponto culminar a dignidade do trabalho humano, não apenas por dignificar, desenvolver a personalidade, a autonomia humana sobre a natureza e a associação entre os demais homens, mas, além disso, implica obediência ao mandamento divino, tornando-se participe da sua criação e alcança desta forma as dimensões mais profundas na intimidade com Deus.

João XXIII nos recorda que Jesus Cristo foi artesão e filho de artesão e que ao incorporar-se à vida dura que levou "o cristão está unido espiritualmente ao divino redentor" e continua: "ao realizar sua atividade nas empresas temporais, seu trabalho vem a ser como uma continuação do de Jesus Cristo, do qual toma força e virtude Salvadora" e ainda: "o trabalho do homem se eleva e enobrece de tal maneira que conduz à perfeição espiritual do homem que o realiza e, ao mesmo tempo, pode contribuir para estender aos demais os frutos da redenção cristã e propagá-los por todas as partes" (*Mater et Magistra*, 1961, 259). Para Paulo VI, o trabalho "tem a missão de colaborar na criação do mundo sobrenatural não terminado, até que cheguemos todos juntos a construir aquele homem perfeito de que fala São Paulo "que realiza a plenitude de Cristo" (Efésios 4,13)

O Concílio Vaticano II ensina que "pela oblação de seu trabalho a Deus, os homens se associam à própria obra redentora de Jesus Cristo, quem deu ao trabalho uma dignidade sobreeminente, laborando com suas próprias mãos em Nazaré" (*Gaudium et Spes*, 1965, 67).

Percebemos que o trabalho para muito além de qualquer caráter de castigo tem como finalidade a glorificação de Deus, na autonomia concedida a pessoa humana na criação, atuando na dimensão sociocultural e transformadora da sociedade.

O trabalho humano tem como finalidade duas dimensões, sendo a objetiva e a subjetiva. A primeira, corresponde ao conjunto de atividades, instrumentos, recursos e técnicas que o indivíduo dispõe para produzir, para *dominar* a terra, conforme aponta o livro do Gênesis. Já a segunda, diz respeito ao agir da pessoa enquanto ser ativo, dinâmico capaz de desenvolver várias ações ligadas ao processo de trabalho e a sua vocação pessoal. Assim:

o homem deve submeter a terra, deve dominá-la, porque, como "imagem de Deus", é uma pessoa; isto é, um ser dotado de subjetividade, capaz de agir de maneira programada e racional, capaz de decidir de si mesmo e tendente a realizar-se em si mesmo. É como pessoa, pois, que o homem é sujeito do trabalho (COMPÊNDIO da DSI, 270).

O trabalho em sentido objetivo constitui o aspecto contingente da atividade humana e pode variar nas suas especificidades dentro de uma determinada cultura e sociedade. Já em sentido subjetivo, o trabalho se caracteriza, por seu turno, como sua dimensão instável, porque independe do que o indivíduo realiza e do gênero de atividade que exerce, mas só e exclusivamente da sua dignidade de ser pessoal.

Assim, afirma o compêndio da Doutrina Social da Igreja:

a subjetividade confere ao trabalho a sua peculiar dignidade, que impede de considerá-lo como uma simples mercadoria ou um elemento impessoal da organização produtiva. O trabalho, independentemente do seu menor ou maior valor objetivo, é expressão essencial da pessoa, é "actus personae". [...] a pessoa é o parâmetro da dignidade do trabalho. "Não há dúvida nenhuma, realmente, de que o trabalho humano, tem o seu valor ético, o qual, sem meios termos, permanece diretamente ligado ao fato de aquele que o realiza ser uma pessoa". (COMPÊNDIO da DSI, 271).

O trabalho é essencialmente ordenado e finalizado para a pessoa, e somente procede dela. Possui também uma intrínseca dimensão social e não se pode ser avaliado equitativamente se não se leva em conta a sua natureza social. O trabalho se caracteriza como obrigação moral em relação ao próximo, que é em primeiro lugar a própria família, mas também à sociedade, à qual se pertence; somos herdeiros do trabalho de gerações e ao mesmo tempo artífices do futuro de todos os homens que viverão depois de nós (Compêndio DSI, 274).

## 2.5 MERCADO DE TRABALHO E PROFISSÕES

As transformações organizacionais, tecnológicas e de mercado têm alavancado grandes inovações no mundo do trabalho. Inúmeras profissões com novas formas têm sido criadas, tendo em vista o acompanhar o progresso das inovações.

Atualmente vivemos a era da informação, da velocidade e da orientação para resultados. Com isso, cresce a exigência do mercado de trabalho a procura de profissionais cada vez mais atualizados e com múltiplas capacidades. Já não basta ser especializado em uma única área como Engenharia, Direito, Administração, Odontologia e outros. Faz-se necessário dominar todas as dimensões relacionadas com o ramo da empresa onde se atua ou quer atuar para garantir resultados positivos. Assim:

vista a partir de uma perspectiva global, a mudança nos mercados de trabalho tem sido conduzida por forças poderosas e interconectadas: rápidos avanços e inovações tecnológicas, organizacionais e de mercado. [...] o aumento do comércio e dos investimentos diretos no exterior, a intensificação da concorrência nos mercados internacionais e, mais recentemente, as alterações climáticas e a necessidade urgente de melhorar a gestão da energia e dos resíduos. Juntas, essas forças têm o potencial de desencadear transformações importantes nos sistemas econômicos em todas as regiões do mundo. As tendências e forças que podem ser identificadas hoje moldarão os trabalhos do futuro. Globalização, envelhecimento da população e tendências sociais, tecnológicas e nos negócios criarão oportunidades para diversas profissões, com nomes que muitas vezes ainda não existem atualmente (CHALLENGER, 2005, p. 86).

Diversos autores dizem que estamos vivendo a era dos multi-especialistas, ou seja, necessitamos entender diversas áreas como: informática, administração, financeira, pessoas (sendo esta a mais difícil e de suma importância), trabalho em equipe e algumas vezes até outro idioma. A divisão de trabalho em uma sociedade em desenvolvimento é fundamental para que se produza o que consumimos e precisamos.

Hoje em dia encontramos profissões “notórias” e as “menos notórias”, mas esta última por sua vez não deixa de ser essencial, por mais que seja a menos prestigiada, é a base hoje para a sociedade, assim como necessária para que as profissões notórias existam e se façam acontecer. Portanto, é possível compreender que todo trabalhador hoje é de rica relevância ao meio em que vivemos assim como para o bom funcionamento de uma população.

O trabalhador e o trabalho têm uma relação única, quando se fala em empregado, isso inspira respeito ao próximo, eficiência, status, responsabilidade (o que de fato nem sempre ocorre) e cidadania, porque exercer uma função na sociedade, contribuir direta ou indiretamente para o desenvolvimento da mesma é um dos principais atos que torna um empregado cidadão. Então, tanto os objetivos profissionais, como os profissionais em si e suas ações são voltadas ao bem comum, ao seu próprio desenvolvimento e em suas diversas dimensões.

E em virtude disso e das transformações pelas quais temos passado, o empreendedorismo tem se tornado uma boa alternativa para geração de renda e empregos, estar engajado em um processo empreendedor hoje, é uma fonte vantajosa no mercado de trabalho. Schumpeter (1997) descreve que a atividade empreendedora não pode ser totalmente ensinada, pois está mais relacionada a *insights*<sup>2</sup> e características particulares do empreendedor de fato.

Em meio a tantas inovações, tantas exigências do mercado hoje, o que se precisa entender é que da mesma forma que o emprego se torna comum, se torna cada dia mais necessário. E por ser tão comum, de certa forma ocasiona situações como: empregado versus desempregado, estar sem emprego hoje é sinônimo de pessoa desocupada, com tempo ocioso, por nos encontramos em uma demanda tão grande de profissões e funções, o desemprego é muitas vezes visto como opção. Por estes e outros fatores o emprego pode ser considerado como categoria dominante aos valores humanos de uma sociedade.

O emprego hoje dentro da sociedade brasileira se constitui, para maior parte da população, única fonte de renda, e muitas vezes, a única forma de sustento e sobrevivência, e a partir disso se faz relevante salientar, como fez Woleck em seu artigo publicado pelo Instituto Catarinense de Pós Graduação (ICPG) “Convém lembrar a importância de as organizações formais desenvolverem os valores comunitários no local de trabalho, para desenvolverem, também, a empregabilidade de seus membros”, ou seja, trabalhar valores e despertar a empregabilidade dos funcionários de uma

---

<sup>2</sup> *Insights* é a descoberta súbita da solução de um problema, da estrutura de uma figura ou de um objeto percebido; compreensão repentina de uma situação; intuição.

empresa hoje é fundamental, isso nos remete novamente a questões de profissões não notórias, pois as mesmas necessitam de incentivo para que busquem desempenhar suas funções da melhor maneira possível.

Com o aumento significativo de vagas de emprego, aumentaram também as exigências do mercado, ou seja, a qualificação do indivíduo para assumir algumas funções, e com isso os cursos técnicos são uma boa opção, visto que demandam menos tempo de estudo e trazem consigo a formação para o mercado de trabalho. Nesta perspectiva, aliar o Ensino Médio regular ao Técnico Profissionalizante foi uma opção agradável, pois o jovem ao ingressar nos anos finais da escola já leva consigo uma formação profissional. Formação esta que dará auxílio na escolha da profissão assim como um emprego para dar continuidade aos seus planos futuros. O jovem hoje pode ingressar no profissionalizante, já sair do ensino regular com uma formação propícia a competitividade do mercado, isso se resume de certa forma em ganhar tempo. Mas isso não significa estar preparado 100% para o mercado de trabalho, pois:

Considerando os desafios enfrentados no mercado de trabalho impostos por forças como a inovação tecnológica e a globalização, [...] profissionais terão que desenvolver continuamente suas competências e estar atentos à evolução de tendências que determinarão as demandas por profissionais no futuro (CHAHAD, 2003, p. 98).

A formação contínua e o aperfeiçoamento de habilidades e competências hoje são fundamentais aos profissionais do mercado. Isso torna as áreas mais competitivas, e as vagas cada vez mais exigentes. Isso faz com que seja necessário estar atento às evoluções das tendências de mercado para que se possa acompanhar e se desenvolver mediante a demanda.

É visível também que a noção de empreendedorismo no mercado hoje deve ser ampla, os profissionais precisam ser empreendedores em suas funções, buscar soluções, mostrar responsabilidade, monitorar seu ambiente de trabalho e serem fontes de inovações, buscando oportunidades em meio a uma conjuntura onde há competências e habilidades mínimas exigidas para exercer qualquer função no mundo profissional.

O Ensino Técnico profissionalizante deve dar a base aos nossos jovens, mas os mesmos não devem manter somente esta formação, eles devem buscar se qualificar continuamente, visando estarem sempre preparados para

atender a demanda exigida, mostrando pró-atividade, com o objetivo de se manter no mercado de trabalho, que embora tenha crescido de forma avassaladora, também é tão exigente quanto à proporção de seu crescimento.

## 2.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO PARA O PROTAGONISMO E A CIDADANIA

Busca-se aqui refletir sobre a Educação Profissional e formação para o protagonismo e a cidadania, partindo de que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio tem como princípio a formação integral do ser humano enquanto o prepara para o mundo do trabalho. O trabalho faz parte do processo de existência do indivíduo e aliado a educação, visa o exercício cidadão e o protagonismo dos nossos jovens. Tendo em vista que a educação é apresentada como a “via que conduz a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras [...]” (DELORS 2003, pg. 69), pode-se dizer que a Educação Profissional nasce como uma possibilidade de processo social e humano para a juventude.

Conforme Ramos (2010), “Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la”, ou seja, somos sujeitos de nossas realidades, e isso nos possibilita tanto nos apropriar da mesma como modificá-la, e a Educação Técnica é um caminho para o exercício efetivo da cidadania.

### 2.6.1 Educação Profissional e Formação para a Cidadania

Quando falamos em cidadania, nos referimos a duas realidades, supostamente distintas: o indivíduo e a sociedade. A relação aparentemente harmoniosa entre os sujeitos sociais pode ser resultante de uma simples junção de interesses pessoais, ideológico e ou político. Nesse contexto, a educação aparece como ferramenta indispensável para a constituição social. Para Rousseau, os princípios educacionais, focado na formação do indivíduo não podem ser separados das questões políticas. Afirma ainda que antes de formar um cidadão, deve-se ter a preocupação com a formação humana, como sujeito (ROUSSEAU, 1999, p. 12). Porém, não se restringe apenas as

instituições de ensino. Esta educação é responsável pela constituição do indivíduo e está ligada em um todo, desde nascimento do filho. O modelo de sociedade está ligado diretamente ao modelo de formação dos indivíduos.

Entretanto, segundo o filósofo acima citado, tanto a escola quanto a sociedade corrupta, distanciam a pessoa da sua condição natural, não conseguindo desenvolvê-lo para a cidadania. Na tentativa de formar um cidadão, subestimam o humano. Contudo, por não observarem essa realidade, acabam por contradizendo o indivíduo do cidadão e, assim, não consegue formar nem um e nem outro, apenas pessoas perdidas em sua própria sociedade.

Afirma Rousseau (1992, p. 13):

aquele que, na ordem civil, deseja conservar a primazia da natureza, não sabe o que quer. Sempre em contradição consigo mesmo, hesitando em suas inclinações e seus deveres nunca serão nem homem nem cidadão; não será bom nem para si nem para outrem. Será um dos homens dos nossos dias, um francês, um inglês, um burguês; não será nada (ROUSSEAU, 1992, p. 13).

O filósofo reforça ainda que a pessoa que vive na sociedade não está habilitada em ser um cidadão do bem, pois não detém uma formação capaz de formar uma entidade comum, já que ele apenas está preso ao seu egoísmo, em razão de que o desenvolvimento da racionalidade introduziu na humanidade o sentimento do amor próprio. Esse sentimento é caracterizado pelo despertar da necessidade da posse que vai além das necessidades primárias de conservação, que suprime o desenvolvimento do instinto solidário da pessoa em comover-se com as situações de fragilidade e necessidade de seus semelhantes. O princípio orientador da educação para a cidadania é o resgate do ser natural, dotado unicamente do sentimento do amor de si.

Segundo Canives (1991, p. 91) para que a educação para a cidadania seja plena é necessária uma educação que visa transformar cada educando em um cidadão ativo, ou seja, um sujeito que se preocupa com os problemas políticos, estuda-os e, através da participação ativa nas discussões, ajuda os outros a compreenderem e a se interessarem pelas questões políticas. Um indivíduo que contribui, dessa forma, para a formação de uma opinião pública que não se submeta passivamente as medidas políticas dos governantes, mas

que assuma uma posição seja de recusa - lutando para que elas sejam revistas, ou de adesão - contribuindo ativamente para o seu êxito.

O diálogo é então o principal instrumento pelo qual todos os que o empreendem ficam plenamente comprometidos, porque enquanto nele se introduzem, deixam de ser meros espectadores para se transformarem em autores de uma ação compartilhada por todos, que se difundem em dois trajetos: a busca compartilhada do verdadeiro e do justo e a resolução justa dos conflitos que vão surgindo ao longo da vida.

Em meados do ano 2000, após uma década de implantação do modelo neoliberal no Brasil, mesmo com a reforma do Estado o país se manteve sob a égide da ideologia neoliberal. Neste contexto, buscou-se discutir a concepção de cidadania presente em um dos principais documentos que normatizam a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em algumas regiões do Brasil.

O conceito de cidadania surge na Grécia antiga, por volta dos séculos V - IV e significava ser cidadão, também era compreendida como um exercício, ainda tímido, da democracia, em que um número relativamente elevado de pessoas interferia efetivamente na esfera pública, contribuindo para a composição do governo. Os direitos de cidadania na Grécia envolviam somente o que hoje chamamos de direitos políticos, os direitos de participação no governo e não contemplavam os direitos civis, como direito à liberdade de pensamento e de expressão. Entretanto a cidadania, nos tempos modernos, surge com a ruptura da ordem social medieval e teve seu início com as revoluções burguesas na Europa ocidental.

Segundo Marschall (1967) a construção histórica do conceito de cidadania, em especial, nos países centrais, se desenvolveu ao longo do tempo, enriquecendo-se gradativamente dos direitos civis, políticos e sociais. Afirma que os direitos civis se formaram no século XVIII, vinculados à liberdade individual, ou seja, foram constituídos pelo direito à liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e fé, pelo direito a ter posses e de concluir contratos válidos e pelo direito à justiça. Já os direitos políticos, conquistados no século XIX, garantiram ao cidadão a prerrogativa de participar ativamente no exercício do poder político, seja como membro governamental ou como eleitor. No século XX, é a vez dos direitos sociais que alcance a sua culminação referindo-

se à garantia de bem estar econômico e de segurança, com condições de vida civilizada, de acordo com padrões pré-determinados pela sociedade, sendo as instituições de saúde e educacionais vinculadas mais estreitamente aos direitos sociais.

Nessa perspectiva, cidadão é aquele que em uma comunidade política, desfruta não somente dos direitos civis, mas também de direitos políticos e sociais. Assim defende Cortina, "a cidadania social se refere também a esse tipo de direitos sociais, cuja proteção era garantida pelo Estado Nacional, entendido não já como Estado Liberal, mas como Estado Social de Direito" (2005, p. 52). Para José Bernardo Toro, consultor da UNICEF e Banco Mundial, exercer a cidadania diz respeito a:

- a) Ser uma pessoa capaz de converter problemas em oportunidades;
- b) Ser capaz de organizar-se para defender seus interesses e solucionar problemas, através do diálogo e da negociação, respeitando as regras, leis e normas estabelecidas;
- c) Criar unidade de propósitos a partir da diversidade e da diferença, sem jamais confundir unidade com uniformidade;
- d) Atuar para fazer do Brasil um estado social de direito, isto é, trabalhar para tornar possíveis, para todos, os direitos humanos (COSTA 2000, p. 55).

O ser humano ativo/ator social/cidadão não transgride, assiste às regras, tenta evitar o conflito, mantendo-se distante de possíveis ideologias de cunho uniformizador. No mundo juvenil, existe uma possível argumentação produzida para negar a apatia e o conformismo da juventude, e afirmar a disposição destes para participar, não dos tradicionais sindicatos e partidos e menos ainda dos movimentos sociais, mas sim das novas formas de política, que não são nomeadas como tal, mas "públicas", "sociais", "comunitárias". Desta forma:

a respeito da tão mencionada apatia dos jovens se deve assinalar que tal posição corresponde a uma visão enviesada da realidade, que pretende estabelecer que as associações do tipo partidos políticos, sindicatos e movimentos juvenis sejam a essência da participação democrática. Pelo contrário, os jovens demonstram enorme interesse pela coisa pública e apresentam elevado grau de participação em organizações ecológicas, feministas, esportivas, culturais e religiosas. O seu desinteresse por esse tipo de participação estão passando por uma crise muito forte de identidade e de legitimidade frente à sociedade a que pertencem (COSTA, 2000, p.189).

Em linhas gerais e em especial na obra de Costa (2000), a "nova forma" de política prescrita pelo discurso do protagonismo juvenil, referida como "atuação social", "atuação prática", "prática de cidadania", é apresentada como alternativa primária ao autoritarismo da "esquerda" e da "direita" (p.24), à luta armada, ao engajamento sindical e partidário, e à defesa e reivindicação de direitos. O fazer estaria atrelado com as ideias de liberdade, solidariedade e democracia, e seria possibilidade de "autonomia" para os jovens (p. 165). Os jovens dos anos 60 e 70, são apresentados por Costa (2000) como portadores de um projeto ambicioso, como "agentes de transformação", porém os jovens protagonistas dos anos 80 e 90 são apresentados como aqueles que não tem grandes pretensões de transformações sociais, pois suas preocupações estão atrelados ao cotidiano e com os aspectos da sua realidade. Conclui com a ideia de que são as pequenas intervenções e não os grandes ideais que trariam uma adequada mudança social. São as atividades imediatas que devem ser estimuladas e não os grandes questionamentos:

[...] o meu desejo é de fazer alguma coisa diferente, mudar um pouco a coisa. As coisas pequenas vão fazer essa diferença na verdade, acho que essa diferença vai estar nas coisas pequenas. É aquela coisa: quando você tiver vontade de mudar, vá lá e mude, entendeu? É aquela coisa: dê um passo à frente e você não estará mais no mesmo lugar, que as coisas pequenas fazem essa diferença (depoimento de jovem protagonista apud TANAKA, 1996. p. 27).

E, ainda:

praticar cidadania também é tentar combater o que a gente consegue ver o que está errado. E tem de ser desde agora. Eu acho que cidadania começa quando a gente enxerga isso e começa a combater isso, começa a perceber o que está errado e fazer alguma coisa sobre isso (depoimento de jovem protagonista apud TANAKA, 1996, p.27).

Entretanto, é possível objetar, segundo Hannah Arendt, que o fazer, determinado pelas categorias de meio e fins, é radicalmente diferente da ação política que "embora tenha um começo definido, jamais tem um fim previsível. (ARENDR, 2002, p.156). Assim, o fazer ocorre no isolamento e é uma atividade que permite o domínio do homem, ao contrário da ação, sempre imprevisível e dependente dos outros homens (ARENDR, 2002, p. 241).

Na atualidade, vivemos em uma economia perversa e desigual, denominada globalização. Isso impacta diretamente na cultura, na política, no

jurídico e no social, de forma a ditar uma uniformidade cultural, começando por uma língua oficial, eliminando as diferenças culturais, intimidando a política e tornando o comercial algo mais agressivo e desleal. Em suma, a globalização diz respeito à forma como os países se relacionam aproximando os seus interesses e conseqüentemente as pessoas, interligando assim o mundo. O lucro passa a ser a força motriz do comércio, ainda que isso implique em explorar os recursos naturais de forma irracional, gerando um consumo excessivo, coisificando o humano e suas relações. Miranda (1998, p. 91), afirma que:

estamos diante do fenômeno intitulado "turbo capitalismo", em que prevalecem os oligopólios e a competição desenfreada, ditada por um modelo de globalização que busca a unidade nas diferenças étnicas, despejando os indivíduos num turbilhão de desintegração e sofrimento.

Como resultado encontra-se relações sociais deteriorando-se, o humanismo desfazendo-se no ar e a crise mundial agravando-se aos olhos de todos. E, Oliveira (2005, p. 277), conclui:

o capital, globalizando-se, passou a dominar o mundo com seus códigos de valores de um novo poder - informação eletrônica, no qual a mídia, as imagens digitadas e as montagens fantásticas utilizadas constituem o eixo de sustentação ideológico da geração desse poder: poder das redes, poder dos computadores, poder digital, poder simbólico, poder do desconhecimento das conseqüências desses poderes.

Com a globalização o ser humano fica possibilitado de alcançar riquezas e posses jamais imaginadas e com a sua inserção no mundo globalizado, desprovido de empecilhos políticos e econômicos, nasce a chamada modernidade.

Embora se encontra a sua máxima expressão no mundo moderno, tanto no campo teórico quanto prático, a palavra cidadania não nasce nesse período. Origina-se mais exatamente do latim e seu significado refere-se ao indivíduo habitante da cidade, na Roma antiga, e classificava as pessoas, indicando-lhes a situação política e excluindo, desse grupo, mulheres, escravos, crianças e estrangeiros. Gozavam da cidadania ativa apenas alguns cidadãos romanos e somente estes tinham o direito de ocupar cargos públicos importantes e de participar de decisões políticas, em especial o voto.

A cidadania tem seguido os movimentos sociais ao exigir uma educação pública de qualidade, que atenda às necessidades da população de camada inferior e assim a faça exercitar seus direitos de cidadão, proporcionando-lhe a possibilidade de ter voz e vez e participação nas decisões das questões que lhe dizem respeito.

Atualmente, existe uma variedade de ações que caracterizam a prática da cidadania. Desta forma, entendemos que um cidadão deve agir em favor da sociedade, da mesma forma a sociedade deve garantir-lhes direitos essenciais e básicos à educação, saúde, moradia, alimentação, trabalho, lazer, entre outros. Em consequência disso, podemos hoje significar a cidadania como a relação entre a sociedade política e seus membros. Porém, após as guerras mundiais, com seus violentos conflitos e subprodutos, como, por exemplo, os regimes totalitários, que a sociedade civil e os organismos internacionais, como a ONU, entenderam ser os direitos humanos uma questão de ordem primeira para o tema cidadania contemporânea.

Assim, associado ao atual conceito de cidadania, um conjunto teórico e prático, cuja dimensão acompanha o próprio desenvolvimento das sociedades modernas. Entretanto, a extensão desses direitos à totalidade da população não possibilitou a garantia da igualdade e liberdade idealizadas por Rousseau. Para isso, colaboraram as diversas transformações vistas nas estruturas sociais e econômicas. Por outro lado, podemos constatar que todos esses anos de evolução acabaram por afirmar que a cidadania de fato só pode se constituir por meio de acirrada luta cotidiana por direitos e pela garantia daqueles que já existem.

Neste sentido, problemas decorrentes da violação dos direitos humanos, as ineficiências no campo social, entre outros, apontam que a cidadania exige mais do que o ato de votar ou de pertencer a uma sociedade política. O que cabe à sociedade civil é caráter representativo que substitua as pressões ou mesmo a atuação legítima dos cidadãos. Nisso consiste a natureza da cidadania atual.

## 2.6.2 Protagonismo

Do latim "protos", que significa principal, e de "agonistes", lutador, competidor a palavra protagonismo, muito utilizado no meio artístico, para definir o personagem principal de um espetáculo teatral, foi incorporado ao mundo educacional pelo pesquisador Antônio Carlos Gomes da Costa. Para ele, podemos definir que:

protagonismo juvenil é a participação do adolescente em atividade que extrapolam os âmbitos de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, os diversos âmbitos da vida comunitária; igrejas, clubes, associações e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio- comunitário (COSTA, 1996, p. 90).

Nesta perspectiva, o jovem é no protagonismo juvenil o eixo central da práxis educativa, que perpassa do início ao fim todas as fases da aprendizagem. Assim, o protagonismo juvenil desencadeia um estímulo a participação social da juventude no desenvolvimento das comunidades, contribuindo para a formação de pessoas mais comprometidas e autônomas, incorporando cada vez mais a solidariedade e o respeito como valores para a transformação social.

Na proposta de formação para a juventude, as Diretrizes Nacionais da Pastoral Juvenil Marista orientam para a formação de jovens comprometidos na construção da identidade, de crescimento pessoal, exercício da cidadania e o protagonismo. O documento em seu número 388 refere: "Ao concluir a educação básica pretende-se que o jovem tenha delineado pelo menos um esboço do projeto de vida que inclua as pessoas e a preocupação com o social".

No processo da educação integral do sujeito, o Núcleo de Pastoral do Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão - TECPUC, a partir das diretrizes gerais do Instituto Marista se ocupa, de modo geral, com a formação integral do ser humano e visa o aprendizado para o mundo do trabalho, alimentado na experiência do protagonismo juvenil.

o trabalho tem referência positiva na vida do homem. É marco de referência para a construção de sua identidade pessoal e social e seu status socioeconômico. A experiência de fé e a vivência em comunidade iluminam essa ambiguidade que existe nas relações de trabalho (SECRETARIADO INTERPROVINCIAL MARISTA, 2005, 413).

Portanto, estar num programa de educação humano-profissional passa a ser um diferencial para a população jovem. No universo do TECPUC – essa realidade se apresenta como um desafio para “promover o espírito comunitário da fraternidade e igualdade entre sujeitos habilitando-os ao desempenho de funções, como sendo de responsabilidade social e cívica” (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL IRMÃO MÁRIO CRISTÓVÃO - TECPUC, 2001).

O trabalho está entre os principais assuntos que mais mobilizam o interesse dos jovens. O trabalho também é por eles indicado como um dos direitos mais importantes de cidadania, assim como um dos direitos essenciais dos quais deveriam ser detentores (BRASIL, 2003). Vale dizer que a centralidade do trabalho para os jovens não advém tão somente do seu significado ético, ainda que este seja relevante, mas resulta também, e sobremaneira, da sua urgência enquanto problema:

[...] é, sobretudo enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade, no coração da agenda para uma parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca (GUIMARÃES, 2004, p.12).

O ingresso no mundo do trabalho constitui-se, tradicionalmente, em um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta. No entanto, nas últimas décadas, em função de intensas transformações produtivas e sociais, ocorreram mudanças nos padrões de transição de uma condição à outra. Pesquisas atuais apontam para a enorme dificuldade dos jovens em conseguir uma ocupação, principalmente em obter o primeiro emprego, dado o aumento da competitividade, da demanda por experiência e por qualificação no mercado de trabalho.

No que tange a educação profissional de jovens, diante desta realidade vigente é apresentado alguns desafios como possíveis respostas ou mesmo possibilidades de alcançar um ensino que responda as necessidades

do mundo do trabalho, por exemplo: oferecer uma formação para a autonomia do sujeito, que possibilite atender a demanda e exigências do mercado; criar espaços de acolhida da sociabilidade juvenil, compreendendo que a escola é espaço para a construção da aprendizagem coletiva, ativa e criativa. Também se coloca como desafios as políticas públicas que promovam a inclusão social dos jovens a partir de ações integradas e de sua participação cidadã, como agente transformador do seu próprio meio.

O protagonismo juvenil no contexto educação profissional passa a ser um desafio para as instituições de ensino particulares e públicas, e não somente para elas, mas também para todos os outros espaços onde o jovem está inserido, incluindo principalmente a Igreja. João Paulo II, na *Christifidelis Laici* (1988) “define a juventude como a riqueza e a fonte de renovação da humanidade”. MEDELLIN (1968), afirma que os jovens são o símbolo da Igreja. Portanto, diante de todo este cenário de possibilidades, capacidades e exclusões, a juventude passa a ser o grande investimento e o grande desafio da Igreja.

Nessa concepção, os jovens passaram a ser considerados como protagonistas da renovação das sociedades. O debate sobre protagonismo juvenil faz emergir uma visibilidade mais positiva e realista do jovem como autor e sujeito. A conquista da autonomia faz parte do processo de empoderamento juvenil. É nesse sentido que vale lembrar ainda que para compreender os jovens na atualidade não podemos omitir de considerar a dimensão mística de religiosidade e suas experiências correlacionadas.

A juventude não pode ser reduzida a uma perspectiva ideológica-política. Segundo Bloch, "a inclinação da juventude para o mistério, para cerimônias e grandes palavras é extraordinário e frequentemente social de uma certa profundidade de caráter" (2006, p.79).

Não basta apenas falar de religiões institucionalizadas, mas de religiosidade, de experiências religiosas, de reflexões diversas, de sabedoria e de teologias que incorporem as perspectivas de libertação juvenil, inter - cultural e inter - religiosa, entre outras (TOMAZI, 2013)

Nesse sentido, a convergência entre religião e juventude nos abre para a compreensão da religiosidade num sentido mais vivencial e nos abre a possibilidade para dois caminhos diferentes: a primeira parte de uma

determinada religião qualquer, que procura por seu entendimento doutrinar o jovem e fundamentada em seus ensinamentos e história tenta explicar a esse indivíduo a sua realidade. A segunda vem com um movimento contrário, ou seja, onde o próprio jovem procura conhecer, explicar e se reconhecer na sua própria religiosidade, ou a religião a qual pertence, ou ainda as religiões, de maneira ampliada. Em suma, não podemos mais afirmar que exista uma única identidade juvenil e um único atrativo religioso ou mesmo uma única dimensão religiosa capaz de definir uma linguagem e uma atuação com limites bem definidos. Todavia, nas realidades das religiões e na experiência vivenciada pelos jovens, essas duas possibilidades e ou caminhos são heterodoxos e se encontram, interconectados e diluídos entre si. (TOMAZI, 2013, p. 205).

### **3 A CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA - PASTORAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROTAGONISMO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO TECPUC**

O Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão, conhecido como TECPUC é uma unidade pertencente ao grupo Marista, onde é trabalhada a Educação profissional de adolescentes, jovens e adultos que buscam uma melhor colocação no mundo do trabalho. Tem como missão, orientada por princípios éticos, cristãos e maristas, a formação profissional, por meio do Ensino Técnico e da Educação Continuada de excelência, em sintonia com o mercado de trabalho. Seu objetivo é especializar, aperfeiçoar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com nível técnico de escolaridade.

O Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão foi credenciado em 2001, pela Resolução nº 2.417/2001 e publicado no Diário Oficial do Estado de 12/11/2001, com a aprovação dos Cursos Técnicos em Enfermagem, Resolução 2.471/2001 e o Curso Técnico em Mecatrônica, Resolução nº 2.367/2001 e a publicação no Diário Oficial de 23/10/2001 do Estado do Paraná.

Atualmente está instalado em prédio próprio no Campus da PUCPR, com área de 11.500m<sup>2</sup>. Possui capacidade para atender 5.600 alunos. A estrutura conta com 60 salas de aula, laboratórios de informática, laboratório de design, moda e arte, salas de reuniões, sala dos professores, sala de atendimento aos alunos e professores, sala para as coordenações pedagógicas, secretaria acadêmica, sala de Pastoral, secretaria de atendimento, sala de áudio visual, serviço reprográfico e praça de alimentação. Em 2013, contou com aproximadamente 4.500 alunos, sendo ofertados 25 opções de cursos técnicos em nível Pós médio e 02 opções na modalidade Integrado: Administração e Informática e, conta especificamente nesta modalidade, com aproximadamente 900 adolescentes e jovens matriculados. Nos cursos técnicos Integrado do TECPUC o aluno cursa todas as disciplinas exigidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, incluindo as matérias específicas do curso técnico escolhido.

O Curso Técnico Integrado em Administração trabalha com um plano pedagógico de aprendizagem que contempla as disciplinas relacionadas à

administração de empresas, além das disciplinas específicas da área. O conteúdo abrange as áreas de atuação de um administrador, tais como Recursos Humanos, Marketing, Logística, Finanças e Planejamento Estratégico das empresas, que serão integradas na produção do projeto final do curso, com a criação e funcionamento de uma empresa fictícia.

O Curso Técnico Integrado em Informática garante aptidões para o desenvolvimento de programas para o computador e internet. O Curso foca a programação de jogos eletrônicos, animação e Robótica, criando soluções que integram todas as áreas do conhecimento no ensino médio por meio de um projeto interdisciplinar. Os alunos têm acesso a tecnologias e ferramentas atuais utilizadas pelo mercado de trabalho. O principal eixo de desenvolvimento do curso é a WEB, por isso, programação, banco de dados, design gráfico e modelagem de sistemas estarão voltados para a internet.

Abaixo segue Tabela 1 com a Matriz curricular dos Cursos Técnico em Administração e Informática do Integrado no TECPUC, respectivamente.

Tabela 1 - Matriz Administração

ESTABELECIMENTO:	<b>Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão</b>					
MUNICÍPIO:	Curitiba.					
CURSO:	Técnico em Administração	Ano de Implantação: 2011				
FORMA:	Integrado					
TURNO:	Manhã e tarde		CH: 4000 h/a 3333 horas			
CURSO ANUAL	Organização Seriadada					
Disciplinas (Programas de Aprendizagem)	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	Nº HORAS AULA	Nº HORAS RELÓGI O
Administração e Legislação de Recursos Humanos.	2			2	160	133
Administração Financeira e Gestão da Produção e Qualidade		2	2		160	133
Arte	2				80	67
Biologia			2	2	160	133
Comércio Eletrônico		2		2	160	133
Contabilidade		2			80	67
Educação Física	2	2	2	2	320	266
Empreendedorismo				2	80	67
Estatística Matemática Financeira		2			80	67
Filosofia	1	1	1	1	160	133
Física			2	2	160	133
Geografia	2	2			160	133
Gestão da Comercialização				2	80	67
História	2	2			160	133
Língua Portuguesa e Literatura	3	3	3	3	480	400
Língua Estrangeira Moderna – Inglês ou Espanhol		2	2		160	133
Matemática	4	4	2	2	480	400
Planejamento Organizacional			2		80	67
Química			2	2	160	133
Relacionamento Pessoal e Interpessoal			2		80	67
Sistemas Orçamentários e Societários			2		80	67
Sociologia	1	1	1	1	160	133
Teoria Geral de Economia	2				80	67
Teoria Geral da Administração	2				80	67
Teoria Geral de Marketing e Propaganda	2				80	67
Trabalho de Conclusão de Curso				2	80	67
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>4000</b>	<b>3.333</b>

Fonte: www.tecpuc.com.br

O Curso Técnico em Informática dispõem de uma carga horária de 4.000 horas/aula, sendo que destas, um pouco mais de 30% estão disponíveis para desenvolver o conhecimento específico do curso, conforme mostra Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Matriz Informática

	Disciplinas (Programas de Aprendizagem)	1ª	2ª	3ª	4ª	Nº H/A	Nº
						AULA	HORAS RELÓGIO
BANCO NACIONAL COMUM	Arte	2				80	67
	Biologia			2	2	160	133
	Educação Física	2	2	2	2	320	267
	Filosofia	1	1	1	1	160	133
	Física			2	2	160	133
	Geografia	2	2			160	133
	História	2	2			160	133
	Língua Portuguesa e Literatura	3	3	3	3	480	400
	Matemática	4	4	2	2	480	400
	Química			2	2	160	133
	Sociologia	1	1	1	1	160	133
PARTE DIVERSIFI CADA	Língua estrangeira moderna –Inglês		2	2		160	133
	Relacionamento inter e intrapessoal				2	80	67
	Sub Total	17	17	17	17	2.720	2.267
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Banco de dados e sistemas operacionais.	2				80	67
	Comunicação global na WEB internet/intranet		2	2	2	240	200
	Desenvolvimento de projetos e aplicações WEB- linguagens e site			2	2	160	133
	E-commerce, e-Business e Empreendedorismo.				2	80	67
	Ferramentas para tratamento da informação	2	2			160	133
	Lógica de programação e desenvolvimento de jogos	2	2			160	133
	Programação Robótica		2	2	2	240	200
	Tratamento de imagem, animação e recursos de áudio e vídeo	2		2		160	133
Sub Total		8	8	8	8	1.280	1.067
Total		25	25	25	25	4.000	3.333

Fonte: [www.tecpuc.com.br](http://www.tecpuc.com.br)

O Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão oferta os cursos de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, nos períodos matutino e vespertino; e Educação Profissional de Nível Médio nas formas concomitante e subsequente, nos períodos matutino e noturno. Para tal,

desenvolve os conteúdos curriculares de acordo com a especificidade de cada curso, nível e modalidade ofertada, de acordo com os Planos de Curso aprovados pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná.

O Grupo Marista é fiel a missão evangelizadora do Instituto, compreende a Educação Profissional como “educação integral com ênfase no trabalho” e também uma oportunidade para desenvolver a integralidade da pessoa humana e da sensibilização para relações sociais mais abrangentes e solidárias e assim formar cidadãos éticos e de esperança, encorajando-os no esforço de superação pessoal e para serem protagonistas no avanço da sociedade.

O desafio do TECPUC é integrar a excelência do ensino com a missão organizacional, atuando com valores cristãos para formar além de profissionais capacitados, cidadãos comprometidos com a ética, com a justiça e com a solidariedade e essa atuação se dá a partir dos valores estabelecidos nas diretrizes maristas como a presença, o espírito de família, o amor ao trabalho, a justiça, a espiritualidade e a simplicidade, por meio dos processos pedagógicos e também pastorais.

O Núcleo de Pastoral é um centro de atividades situado dentro do espaço do TECPUC que trabalha diretamente os alunos, por meio de projetos e ações voltadas não somente para o desenvolvimento do senso crítico, mas também para a compreensão e o aprofundamento dos valores humanos e para um efetivo exercício de cidadania e de protagonismo, integrado ao conteúdo da matriz curricular. Com essa proposta objetiva visa contribuir para que os egressos se tornem reconhecidos como profissionais diferenciados no mundo do trabalho. O Núcleo Pastoral integra-se transversalmente aos processos pedagógicos, administrativos e de gestão, caracterizando uma “escola em pastoral”, na qual todos se sentem corresponsáveis em evangelizar. A pastoral tem reflexos na tradução dos valores cristãos e institucionais para a comunidade educativa.

Compreendemos que os ambientes educacionais que preparam para o mundo do trabalho são espaços oportunos de relacionamento, desenvolvimento humano e desenvolvimento da consciência social. De acordo com o Papa João XXIII, na Encíclica *Mater et Magistra* (1961), cabe também à empresa esforçar-se para ser comunidade nas suas relações, funções e

situações. Tal perspectiva se torna mais evidente na medida em que houver o empenho conjunto das pessoas que convivem nesses espaços de trabalho, não importando, nesse caso, distinguir os níveis hierárquicos dos sujeitos que trabalham pela busca da justiça, da caridade e do bem comum. E nesse caso, pressupõe que o trabalhador não deva ser concebido como um passivo executor de tarefas ou vil instrumento para o lucro. Portanto, uma educação Integral para o trabalho visa a formação do sujeito em sua totalidade. E isso pressupõe, por um lado, em ensinar-lhe objetivamente o ofício, as tecnologias, as habilidades e competências necessárias para o eficiente desempenho da função. Por outro lado, cabe também conscientizá-lo da importância das subvenções sociais, bem como das responsabilidades profissionais amplas, da ética profissional, social e ecológica, dos valores religiosos universais, do caráter moral e da busca da justiça.

Portanto, a educação para o trabalho tem por finalidade oferecer muito mais do que os conhecimentos teóricos e técnicos inerentes à tarefa produtiva, essa se propõe educar na sua integralidade, sobretudo no reconhecimento da própria dignidade, dos direitos humanos e das habilidades sociais que constituirão o seu diferencial, tanto no campo das relações humanas como no mundo do trabalho.

### 3.1 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO TECPUC

O Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão - TECPUC é uma entidade educacional profissional de nível técnico, mantida pela Associação Paranaense de Cultura, uma associação civil de direito privado, com fins educacionais, culturais, de comunicação social, editoriais, assistenciais, religiosos e filantrópicos, sem fins lucrativos. Ministra educação profissional presencial em nível técnico de educação profissional a alunos matriculados ou egressos do Ensino Médio, nas formas concomitante, subsequente e Integrado.

Na modalidade de Ensino Integrado, na qual se encontra o sujeito desta pesquisa, apresenta como um dos seus objetivos promover o espírito

comunitário da fraternidade e igualdade entre sujeitos, habilitando-os ao desempenho de funções, como sendo de responsabilidade social e cívica.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases no art. 40 estabelece que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (PACHECO, 2012, p. 77).

A Deliberação 06/09 no § 1º refere que na forma “Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno, tendo sua carga total ampliada” (PACHECO, 2012, p. 82).

Já no Decreto nº 5154, de 23/07/2004 em seu artigo 4º, a educação profissional técnica de nível médio Integrado será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

- I – os objetivos contidos nas DCN definidas pelo CNE;
- II – as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;
- III – as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

O Decreto evidencia ainda que:

§ 1º a articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

- I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação e do Conselho de Educação Básica - CNE/CEB 4/99, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico, sendo atualizada pela resolução CNE/CEB 1/05 que em seu artigo 1º - Parágrafo único prevê a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Destaca como princípios da educação profissional técnica de nível médio, através do artigo 3º da Resolução CNE/CEB 4/99, os seguintes elementos:

- I - articulação com o ensino médio;
- II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- IV - atualização permanente dos cursos e currículos;
- V - autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

O Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão, atento as diretrizes do CNE, atende a comunidade que apresenta diversas condições socioculturais, moradores do município de Curitiba e Região Metropolitana.

A Equipe Docente do Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão é constituído por professores habilitados para ministrarem as disciplinas, graduados na área específica de atuação e na sua grande maioria, possuem cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado.

O Centro conta com o apoio do Serviço Social, Psicopedagoga e Serviço de Pastoral. Estes serviços são desenvolvidos por especialistas de Nível Superior, que exercem atividades de natureza especializada, envolvendo sua área de conhecimento específica e liderando tecnicamente projetos e equipes. O serviço de psicopedagogia tem como objetivo, realizar o acompanhamento dos alunos que apresentam dificuldades nas áreas cognitiva e relacional. A orientação psicopedagógica visa facilitar a aprendizagem dos alunos, pois identifica possíveis problemas que estão ocorrendo e também os previne através de orientações aos professores quanto às estratégias a serem estabelecidas no seu planejamento. Já o serviço social abrange questões exclusivas como: processo de bolsas de estudo, assistência ao aluno, trancamento de curso e outros. A pastoral, por sua vez, garante a identidade institucional, por meio de ações e projetos de cunho humano-solidário para todos os públicos dessa casa de ensino.

Entre outras ações, o serviço de psicopedagogia visa promover hábitos de estudo, cooperação e o desenvolvimento de um ambiente favorável à aprendizagem em sala de aula; realiza reuniões com as famílias dos alunos que apresentam dificuldades, como também sempre os comunica de

ocorrências referentes aos seus filhos e visa o bom relacionamento escola/família, tornando-os parceiros no processo educativo.

A gestão Escolar do TECPUC é realizada pelo diretor, nomeado pela Entidade Mantenedora, sendo de sua competência a elaboração, acompanhamento e avaliação, além de coordenar e controlar as atividades administrativas, didático-pedagógicas e disciplinares. À equipe pedagógica, cabe elaborar o currículo dos Cursos Técnicos nas formas integrado, subsequente e concomitante, em consonância com as Diretrizes Pedagógicas norteadoras e de acordo com as normas vigentes. É o órgão executivo que promove, coordena, fomenta e controla os processos de ensino da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do estabelecimento. É composta pelo Pedagogo, Coordenador de Curso, Coordenador de Estágio e Psicopedagogo.

Nos cursos de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional considera-se aprovado o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) ou tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média final, após o exame final, igual ou superior a 5,0 (cinco vírgula zero).

A frequência às aulas e a todas as atividades escolares é obrigatória nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado. As ações pedagógicas previstas estão de acordo com o Regimento Escolar do estabelecimento, voltado ao atendimento dos docentes, alunos e comunidade escolar. Dentre as ações pedagógicas desenvolvidas, estão previstas: esclarecimento, conversas reservadas; conversa com registro no caso de reincidência, com comunicação aos pais ou responsável legal caso o aluno seja menor de 18 anos; os casos mais graves ou de reincidência são encaminhados à Equipe Pedagógica; lavratura de termo de compromisso de colaboração à melhoria da conduta do aluno; afastamento das atividades da classe, por período determinado; mudança de turma e mudança de turno quando houver.

O currículo é um elemento de grande importância no sentido de garantir uma formação de qualidade, que atenda as exigências, do mercado de trabalho. Os educadores envolvidos na construção curricular devem ter um compromisso político de transformação da sociedade e empenho para oferecer uma formação que integre a teoria e a prática.

A organização curricular dos Cursos Técnicos garante um ensino que possa permitir a formação de profissionais com o perfil proposto, através da construção do conhecimento que permita ao profissional atuar no mercado de trabalho. Esta estrutura deve garantir os princípios de autonomia institucional, flexibilidade, integração entre estudo e trabalho e pluralidade no currículo, garantindo o aproveitamento de conhecimentos adquiridos em outras instituições.

### 3.2 A CONTRIBUIÇÃO PASTORAL NO PROCESSO FORMATIVO

O Núcleo de Pastoral do Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão, orientado pelas Diretrizes da Ação Evangelizadora da Província Marista Brasil Centro Sul, denominado Grupo Marista, visa fazer acontecer a humanização, a ação social, a evangelização e o protagonismo, como essência de todos os cursos técnicos, contemplando alunos, professores e colaboradores.

Os projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Pastoral para a comunidade educativa viabilizam a implantação e a dinamização de elementos inculturadores como a dignidade humana, educação emancipadora, espiritualidade, alteridade, solidariedade socioambiental, catequese, infâncias e juventudes e valores maristas. As ações da Pastoral, no Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão, fundamentam-se nos princípios éticos, cristãos e maristas. Destes, derivam todas as atividades pastorais com intuito de oferecer oportunidades de crescimento humano-cristão, nas relações interpessoais e intra-setoriais. Também visa oferecer uma experiência religiosa e de protagonismo, por meio de celebrações e gestos concretos de solidariedade, partilha e conhecimento.

Desta forma, o Núcleo de Pastoral busca desenvolver um processo educativo que contempla todos os setores da instituição, bem como seu público-alvo, visando o conhecimento, o envolvimento e o comprometimento de todos os colaboradores na missão institucional. O Núcleo de Pastoral envolve profissionais especialistas de Nível Superior e exercem atividades de acordo com as especificidades da sua área de conhecimento específico. Para desenvolver as atividades programadas, se faz necessário que o profissional

seja capaz de liderar e desenvolver tecnicamente projetos em equipes em sua área de atuação.

Toda a ação pastoral da Igreja é orientada para tratar o ser humano de acordo com a dignidade inerente a seu próprio ser, considerando-o como sujeito de sua história, imagem e semelhança de Deus, filho de Deus, Templo vivo de Deus.

Deus escolhe o humano como lugar privilegiado de sua habitação. É o que ensina o apóstolo Paulo: 'Não sabeis que sois um templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?' (1Cor 3,16) [...] o homem é templo vivo, lugar histórico do Sagrado, casa de Deus (BLANK, 2001, p.35).

A ação em nome da Igreja é uma ação solidária. A verdadeira solidariedade não espera reconhecimento social e nem vantagens pessoais. A melhor ação solidária é uma ação de misericórdia.

a solidariedade não se restringe à mera doação de recursos materiais. Ela alcança uma dimensão humano-espiritual que consola e retira outro da angustiante percepção de isolamento. Não era apenas no ato de curar que Jesus exercitava a solidariedade, mas principalmente na maneira como fazia, aproximando-se, ouvindo, perguntando, tocando e retirando o outro do isolamento (DEL PRETTE, 2003. p. 141).

A ação pastoral, para ser de fato eclesial, deve contemplar as diretrizes que a Igreja propõe, no Brasil, elaboradas e editadas pela CNBB. O evangelizador é o Evangelho vivo na sua ação pastoral. A congruência é uma habilidade cristã necessária para uma evangelização convincente, especialmente em tempos de fragilidade humana, onde se acentua a busca pelo transcendente. Evangelizar sem ser um exemplo concreto deste anúncio torna a ação pastoral vazia e desencantadora.

O Plano Provincial de Pastoral traz em seu bojo a descrição da abrangência da Pastoral Marista e esta ultrapassa os limites de uma educação da fé, abrange todas as Instituições e além de suas fronteiras. Os Irmãos Maristas e colaboradores têm o compromisso de testemunhar o amor de Deus para com todas as pessoas e de participar na construção de seu Reino.

Com a missão de “tornar Jesus Cristo conhecido e amado”, formar bons cristãos e virtuosos cidadãos o Plano Provincial de Pastoral convoca a todas as pessoas que direta ou indiretamente são membros da Instituição

Marista a serem partícipes desta mesma missão, numa relação de complementaridade, de mútua interação e de intercâmbio de dons que rompe as relações hierárquicas tradicionais e estabelece novos caminhos de convivência e de ação educativo-evangelizadora.

O modo de ser e fazer para formar bons cristãos e virtuosos cidadãos nas unidades Maristas surge na base de cinco pilares fundamentais: epistemológico; sociopolítico; antropológico; psicológico e pedagógico. Estes pilares visam integrar fé e vida em nível pessoal e social. Para a concretização dos fundamentos são necessárias diretrizes claras, como normas referenciais para todos os envolvidos no projeto e as diretrizes, por sua vez, fundamentam-se na ação evangelizadora da Igreja e contemplam:

a pessoa: e esta concebida de um ponto de vista abrangente onde a mesma é conceituada como livre, justa, ética e solidária. Contemplando o carisma marista: bom cristão e virtuoso cidadão.  
a sociedade: como a pessoa a sociedade, formada por pessoas, é conceituada como uma sociedade: livre, justa, ética, fraterna e solidária. Que seja um lugar propício da vivência comunitária, comunidade de irmãos.  
a Igreja: povo de Deus, na busca da comunhão e participação. A necessidade de fazer comunhão com outras Igrejas e denominações religiosas.  
Instituto: é o canal que nos leva a realizar a comunhão e mostra como vamos caminhar em sintonia com a pessoa, a sociedade e a igreja. As diretrizes fundamentam a ação pastoral marista. Elas mostram o rumo que o plano de ação vai seguir (CNBB, 2011).

Os princípios metodológicos da Pastoral do TECPUC contemplam as três etapas vivenciadas pelos discípulos de Emaús (Lc 24,13-35): conhecer, experienciar e aderir, (Plano Provincial de Pastoral, 2006, p. 30), que nos mostram um itinerário mistagógico de aprofundamento do mistério pascal. Trataremos a seguir de cada uma dessas etapas:

O conhecer dá-se na experiência cotidiana, nos pequenos detalhes. Tal como no Evangelho, a iniciativa de Deus, passa pelas necessidades reais da pessoa humana, provocando uma resposta de aceitação ou não do objeto conhecido. O experienciar: Jesus revela-se na fração do pão. Somente na experiência concreta de solidariedade, partilha, doação e serviço é que o Mestre dá-se a conhecer para a consciência humana. A experiência profunda, do mistério, faz com que a pessoa perceba não o limite do conhecimento e sim

as possibilidades ilimitadas de todo o conhecimento. O aderir trata do experimentar uma realidade e de fazer compreender a possibilidade de comprometer-se ou não com a mesma. Na experiência dos discípulos o reconhecimento acontece na fração do pão, no exemplo máximo de doação partilha do Mestre. Então seus corações “ardem de Paixão”, fazendo um pacto de adesão mais profundo e retornam a Jerusalém para anunciar o Cristo Ressuscitado.

Estes três momentos “conhecer, experienciar e aderir” são igualmente reflexos e extensão das etapas de evangelização consagradas pela reflexão do magistério da Igreja (CNBB, 1992), respectivamente a ação missionária: o primeiro anúncio provoca no destinatário o primeiro contato com a fé (conhecer); a ação catecumenal é o aprofundamento pela experiência, agora com forte enfoque para a compreensão e no envolvimento no mistério por parte do destinatário (experiência) e, por fim, a ação praxica (pastoral) que é o compromisso concreto em colocar-se a serviço da vida em seu sentido amplo e evangélico.

A metodologia, proposta, do itinerário dos discípulos de Emaús: conhecer, experienciar e aderir, mesmo sendo etapas interdependentes, se dão de uma forma transversal nas ações planejadas e oportunas do cotidiano da unidade de ensino.

Os Projetos do Núcleo de Pastoral do TECPUC são ações norteadoras extracurriculares que garantem uma pastoral no sentido amplo e transformador da realidade e objetivam a operacionalização das Diretrizes da Ação Evangelizadora para o Brasil Marista, assegurado a construção e a dinamização dos projetos que foram desenvolvidos durante o ano de 2013.

Para os alunos do Ensino médio Técnico Integrado do TECPUC o Núcleo de Pastoral desenvolveu em 2013 vários projetos de cunho humano-solidário em caráter formativo e prático. Com o objetivo de contribuir na formação humano-solidária, na formação para o protagonismo, ou seja, formação na busca de autonomia. Dentre os projetos desenvolvidos podemos citar os seguintes projetos:

- *TECPUC IDENTIDADE*, que tem como objetivo estimular o cultivo da espiritualidade, fortalecendo e promovendo o conhecimento da identidade e dos valores institucionais e da vida;

- *TECPUC IDENTIDADE EM GOTAS*, objetiva oferecer encontros formativos, viabilizando o crescimento intelectual e o aprofundamento dos valores humanos, éticos, solidários bem como o protagonismo.

- *MANHÃ, ARTE E VIDA*, projeto formativo que tem como objetivo promover momentos artísticos e formação educativa, visando o desenvolvimento, qualidade de vida e os valores éticos e humanos.

- *CONEXÃO TECPUC* evento de caráter celebrativo que visa apresentar todos os trabalhos de cunho social e técnico desenvolvidos pelos alunos, professores a toda a comunidade educativa.

O Núcleo de Pastoral do TECPUC desenvolve ainda um programa de âmbito nacional no Brasil Marista, intitulado Pastoral Juvenil Marista (PJM). Seu objetivo é desenvolver uma ação evangelizadora que favoreça a promoção humana, a solidariedade e o protagonismo juvenil. Sua ação é realizada por meio de pequenos grupos que semanalmente se reúnem para discutir diversos temas, se relacionar, construir sua identidade e praticar ações que desenvolvam a formação integral, a autonomia, o senso crítico, o protagonismo e a sensibilidade comunitária, ambiental e humana.

Em linhas gerais a PJM procura desenvolver o processo de amadurecimento na fé e o desenvolvimento humano. Além destes encontros semanais, cada Unidade Marista é convidada a desenvolver um plano de ação anual para atender de forma organizada e sistemática todos os alunos interessados nessas propostas.

Em 2013, além destes encontros semanais, o Núcleo de Pastoral também desenvolveu para a PJM do TECPUC alguns projetos de âmbito comunitário, são eles:

- Projeto de conscientização e cuidado com o Rio Belém.

- Projeto TECPUC SOLIDARIEDADE - ILHAS, que aconteceu nas ilhas de Tibicanga e Poruquara, no litoral do Paraná. Neste local os adolescentes tiveram contato com a realidade e cultura local; se integraram e fizeram uma imersão cultural, enriquecendo e contribuindo para melhorias do local, bem como para a prática da solidariedade, autonomia e do protagonismo juvenil.

A PJM no seu seio promove a participação dos jovens e dos adultos como corresponsáveis de um processo pastoral, com linguagem e jeito de ser apropriado. Para que a ação transformadora favoreça o protagonismo juvenil

em diferentes âmbitos, dentre eles a participação eclesial com envolvimento com a Igreja local, faz-se necessário o despertar da juventude para encontrar nesses lugares um espaço de referência e vivência comunitária da fé, partindo do pressuposto de que o projeto de Jesus é um projeto de fraternidade e a participação político-social, nos quais os jovens tenham a possibilidade de vivenciar a cidadania, sendo semente de transformação social.

### 3.3 A ESPIRITUALIDADE DO TRABALHO

Observamos nos últimos anos um movimento de retorno aos valores e ao sentido da vida numa sociedade cada dia mais individualizada e desumanizante. A busca pela espiritualidade e suas diferentes características de expressão têm despontando ainda que de forma tímida como uma possível resposta em busca de sentido. Essa crise perpassa também o mundo das corporações, de modo que atinge seus colaboradores diretamente por meio de diversos sinais, tais como: a obsessão por metas e lucros, o aumento de doenças ocupacionais relacionadas à saúde mental (ex. síndrome de burnout, depressão, fadiga), resultando em um maior interesse nas Áreas de Gestão de Pessoas por praxis que contemple qualidade de vida no trabalho, gestão e estruturas humanizadas, responsabilidade social, cultura e clima organizacional, entre outros.

Segundo Murad (2007. P. 64):

algumas instituições defendem uma perspectiva humanista na forma de tratar seus empregados, o que não é propaganda enganosa, mas brota de convicções. Porém a forma pouco profissional em lidar com seus colaboradores produz um efeito oposto ao que se pretende. Como não apresentam uma gestão de pessoas, com qualidade profissional, emanada de uma opção amadurecida de sua diretoria, aquilo que deveria ser um grande diferencial acaba transforma-se em fragilidade.

A espiritualidade nas empresas é um tema que de forma discreta vem aparecendo na literatura profissional e acadêmica como uma ferramenta para o crescimento da produtividade e o bem estar do indivíduo dentro do seu locus de trabalho. Para Murad (2007, p. 156) “a espiritualidade confere sabor e qualidade à gestão. Ajuda a responder: para onde vamos, em que valores nos apoiamos, que legado deixamos para as futuras gerações?”.

Porém, ainda existe uma considerável distância entre o diálogo da Área de Gestão de Pessoas com outras áreas de conhecimento como as ciências da religião, a teologia, a sociologia e filosofia, no sentido de sair de uma visão periférica do tema para uma compreensão aprofundada do sentido transcendente da humanidade, seu trabalho e o sentido da existência das empresas para a humanidade.

Literaturas ligadas à filosofia, teologia e sociologia trazem conceitos interessantes como o mundo pós-humano, onde a tecnologia substituiu ou iguala ao ser humano enquanto status e o homem vai perdendo o sentido do seu papel social e a noção de si próprio (BAUMAN, 2008).

Estas áreas de conhecimento ajudam, além de analisar qual a contribuição das corporações enquanto "vilã" e "vítima" na atual crise de valores, à compreender que se os indicadores organizacionais são negativos e carecem de sentido é porque a pessoa está perdida enquanto humano, desorientada em suas conquistas excessivas (autonomia, poder, consumo).

A espiritualidade pode neste cenário aparecer como elemento intermediador entre pessoa - trabalho - empresa, promovendo um clima organizacional mais humano e produtivo. Penteado (2007) alerta que a espiritualidade nas organizações pode estar voltada para o bem, mas também para o mal, quando visa o dinheiro e tem como fim último o bem da instituição. E, ainda, Vasconcelos (2007) destaca de que é preciso discernir se a espiritualidade não é mais um tema de modismo na área de administração. E está consideração tem certo impacto uma vez que se associa a espiritualidade ao servir, porém a pouco questionamento quanto a quem, quando, onde e a quem servir.

Para entender a espiritualidade nas empresas é fundamental o entendimento dos seguintes conceitos: o que é o espírito, a espiritualidade e a espiritualidade do trabalho.

A palavra espírito é originária do latim *spiritus* e significa sopro, alento, exalação. Refere-se a parte imaterial, intelectual e a alma da pessoa. A espiritualidade já envolve questões quanto ao significado da vida e à razão de viver, não limitando a tipo de crenças ou práticas religiosas (MORA, 2005). A espiritualidade está relacionada com experiências profundas e intrínsecas, onde a pessoa é levada a um impacto tão significativo que mexe com a

identidade, estrutura, projetos e redireciona a vida. É uma experiência subjetiva, muitas vezes compreensível apenas àqueles que a experimentam e é difícil de expressar. A experiência espiritual pode ser comparada a uma forte experiência amorosa e tem como base a vivência comunitária e a certeza de uma presença, Deus. (GONZÁLES-QUEVEDO, 2008; VASCONCELOS, 2006).

A espiritualidade tem como função dar sentido para a vida e pode ser cultivada por vários caminhos tanto através de práticas religiosas como de atividades artísticas, esportes, engajamento em causas sociais, enfim, nas próprias experiências cotidianas (BARCHIFONTAINE, 2007; VASCONCELOS, 2006). A espiritualidade é um processo de crescimento e maturidade da sua essência como ser humano. Está além da mente. No âmbito cristão, a espiritualidade é um modo de viver a relação com Deus e o próximo, é uma maneira especial de viver no Espírito.

A espiritualidade do trabalho, ainda que pouco comentada nos artigos, está ligada a importância do papel do trabalho na vida humana. O trabalho é uma necessidade inata na pessoa humana, fonte de saúde mental, portanto é importante sempre estar atento em que condições ele acontece e como as mudanças sociais e econômicas interferem nas condições em que este trabalho é realizado (SANTOS, 2006). No mundo corporativo, enquanto a motivação incentiva à competição, a espiritualidade incentiva ao compartilhamento. Em uma corporação voltada à motivação somente um profissional vence ou no máximo uma equipe, enquanto numa que está voltada à espiritualidade todos os profissionais sobem ao pódio e, melhor ainda, todos se sentem vitoriosos e corresponsáveis por aquela conquista.

Por uma perspectiva teológica está relacionado com a dimensão vocacional do ser humano, um sentido profundo de missão em relação à humanidade. Através do trabalho o homem e a mulher participam da obra da criação, transformando-se a si mesmos, transforma-se o mundo, encontrando-se com os outros homens e também com Deus. Através do trabalho de suas mãos o humano se alimenta do pão do corpo e do espírito (conhecimento, ciência, tecnologia, etc.). O trabalho é composto por ação e repouso, portanto, estes dois momentos devem ser contemplados no seu planejamento, pois o repouso permite a pessoa entrar em seu espaço interior (JOÃO PAULO II, 2005).

A espiritualidade no mundo corporativo ou no trabalho/ambiente de trabalho é caracterizada como a tomada de consciência da empresa da razão de sua existência e sua missão diante de clientes e colaboradores. Entre os autores consultados, existe uma unanimidade de que a empresa que vive sua dimensão de espiritualidade tem que rever seus valores morais e éticos estando voltada a serviço da vida. É seu rol de valores e crenças que determinam a formulação de suas políticas de gestão. (PENTEADO, 2007). Um destaque especial é dado na relação da empresa com seus colaboradores, onde a este tem que ter respeitada sua singularidade, sua vida interior e a organização devem oferecer meios para a vivência e expressões da espiritualidade dos mesmos, bem como a sua realização vocacional e sentido de vida (PENTEADO, 2007). E propõem este autor, para que isso seja favorecido, as seguintes dimensões da espiritualidade: sentido de comunidade; alinhamento do indivíduo com os valores organizacionais; sentido de serviço à comunidade (trabalho com significado); alegria no trabalho; oportunidades para a vida interior. E concluem, dizendo que diferentemente da cultura que vem de fora para dentro, a espiritualidade é algo que parte do interior da pessoa e que se faz importante o desenvolvimento também da inteligência espiritual que é aquela que ajuda a entender a si próprio e a organizar aquilo que é emocional e racional.

No que se refere à forma de incentivo da espiritualidade no ambiente de trabalho, há um consenso entre os autores consultados de não associá-la a vivência religiosa no sentido confessional/doutrinário, pelo contrário há a preocupação de se delimitar espaços da vivência religiosa e da espiritualidade no trabalho. Todavia, Vasconcelos (2007) afirma que apesar de não ser papel da empresa o desenvolvimento da espiritualidade no seu sentido pleno (cabe as religiões), a empresa tem o poder de mudar para o melhor o mundo e a vida das pessoas. E, afirma que a empresa e a religião têm papéis complementares "onde as religiões mostram o caminho, ensinam o respeito e o amor ao próximo e ensinam a orar; as empresas dão a oportunidade de trilhar o caminho, a oportunidade de amar e respeitar o próximo e a oportunidade de arar", que pode ser entendido no seu sentido literal de arar a terra, ou seja, ir à prática e através do trabalho transformar, cultivar e favorecer o surgimento de vida na terra potencialmente fértil, que aqui simboliza o trabalhador.

Nessa mesma linha, o Papa João Paulo II, em sua Encíclica *Laborem Exercens*, faz afirmação semelhante ao dizer que não cabe a Igreja a análise científica das consequências das transformações do mundo do trabalho no convívio humano, porém cabe a ela "fazer com que sejam sempre tidos presentes a dignidade e os direitos dos homens do trabalho, estigmatizar as situações em que são violados e contribuir para orientar as aludidas mutações, para que se torne realidade um progresso autêntico do homem e da sociedade" (JOÃO PAULO II, 2005).

Já para a gestão de pessoas cabe garantir uma boa formação de líderes, baseada em valores e princípios éticos e universais, assim como perfil cooperativo e não competitivo, como ações que favoreçam o cultivo da prática da espiritualidade dos colaboradores em uma organização. O cerne da espiritualidade é a vivência de valores éticos, justos e solidários, considerando que o líder por excelência é quem tem o compromisso imediato de disseminar e favorecer a prática destas ações, incentivando a conduta cordial e correta no trabalho. Afirma Murad (2007, p. 134):

aqui está uma das grandes contribuições da espiritualidade para a gestão, compreendida do ponto de vista institucional. A experiência da fé, vivida e tematizada em perspectiva unificadora, leva a organização a valorizar seus colaboradores, a criar espaços para que eles cuidem se si, a assegurar um ritmo exigente, mas também humanizador.

Este deve ser o principal objetivo de uma empresa que deseja desenvolver a espiritualidade no seu ambiente corporativo. Numa época de transformação cultural, a espiritualidade e a mística são o motor fundamental de motivação das pessoas. É insignificante o número daqueles que dizem não ser importante ou ser relativa essa dimensão. É nesse sentido que tomamos como análise a ação extracurricular, transversal realizada pelo Núcleo de Pastoral do TECPUC, como ação conjunta na formação do protagonismo juvenil. Ao falar de juventude uma perspectiva humano-cristã se faz necessário lutar contra o poder que massacra e destrói e em prol de uma nova humanidade, mostrando a riqueza dos jovens e o seu potencial transformador. É notório que a marca atual é a proliferação de grupos juvenis que se configuram como espaços de criação cultural e se tornem verdadeiros canais de articulação de identidades coletivas. Além disso, os grupos juvenis se

constituem como espaços de aprendizagem e de preparação para a vida adulta; impulsionam para a necessidade de uma busca e um encontro do jovem com as mais diversas fontes de energia disponíveis e possíveis, como, dentre outras, diferentes tradições e culturas. Dessa forma, podemos verificar que a religiosidade não deixa de ser uma referência na elaboração do projeto de vida do jovem. Os jovens se afiguram menos propensos por mecanismos de reprodução das tradições culturais e se tornam mais em sujeitos autores do seu devir humano e espiritual.

Em nossa pesquisa de campo, apontamos para uma juventude que inventa, cria, experimenta, senta e projeta sua esperança, expressa seu protagonismo, capta novos paradigmas e se mobiliza em torno de realidades e sonhos de edificação da nova sociedade.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos os resultados da pesquisa realizada com os jovens do Centro de Educação profissional Irmão Mário Cristóvão do Ensino Técnico Integrado, do TECPUC, unidade Curitiba. Nossas hipóteses e análises foram sugeridas por um ambiente em que se cultiva uma perspectiva interdisciplinar de formação do protagonismo juvenil para o mundo do trabalho. Buscou-se, assim, analisar a experiência de protagonismo dos jovens que frequentam os 3º e 4º anos do Ensino Médio dos Cursos de Administração, Contabilidade e Informática.

Para a coleta dos dados empregou-se a técnica da entrevista individual, semiestruturada com a aplicação de questionário online, onde o pesquisador seguiu um roteiro de 40 perguntas abertas e fechadas, anexo B, previamente elaborado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, pelo parecer nº. 241.943 que se encontra no anexo C do presente trabalho. O tempo dedicado ao preenchimento do questionário foi de 10 a 15 minutos. A participação na pesquisa ocorreu somente após o preenchimento do termo de Consentimento, anexo A.

Na pesquisa de campo procedeu-se com a observação de fatos e fenômenos exatamente como acontecem no cotidiano, com a inserção dos jovens em ações e projetos que objetivam o desenvolvimento do protagonismo. Investigaram-se, também, as relações que os jovens estabelecem com educação, trabalho e ações solidárias.

O universo pesquisado resulta na soma de 201 jovens dos quais 189 responderam o questionário. A pesquisa teve como critério de inclusão “jovens alunos do terceiro e quarto ano do Centro de Educação Profissional integrado de Curitiba/PR, com faixa etária média de 17 e 18 anos, matriculados oficialmente na Secretaria escolar do Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão, nos Cursos: Técnico Integrado de Administração, Contabilidade e Informática desde o ano de 2011 (terceiro ano) e 2010 (quarto ano), com conclusão do curso previsto para o ano de 2014 e 2013, respectivamente”. Os jovens participantes, ao responder o questionário, seriam levados a pensar na própria experiência de construção de identidade e no seu desenvolvimento humano e cidadão, com vista nas relações interpessoais

dentro e fora do trabalho. Os benefícios estabelecidos foram: compreensão das perspectivas do mundo do trabalho; conhecimento dos limites e das possibilidades das novas formas de protagonismo e de inserção no mercado de trabalho. Os participantes receberam esclarecimentos sobre os possíveis desconfortos que a reflexão sobre o perfil, atitudes e perspectivas de emprego e trabalho, poderiam acarretar: frustração quanto à escolha do curso e da profissão; desconforto emocional, bem como desinteresse nas propostas pedagógicas e pastorais.

As etapas que se seguiram no percurso da pesquisa foram: autorização da Instituição; identificação dos sujeitos; esclarecimentos, leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documentando a participação livre na pesquisa, conforme preconiza a Resolução 196/96 do Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 1996).

Os dados coletados nas entrevistas foram registrados, tabulados, codificados e analisados a partir das seguintes categorias: perfil sócio econômico; trabalho; aspectos familiares; educação e ensino profissionalizante; religião; a contribuição da pastoral do TECPUC para a formação profissional e protagonismo juvenil.

A seguir analisamos os resultados das entrevistas.

#### 4.1 PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO

Indispensável para a pesquisa, a população humana, o perfil sócio demográfico levanta a idade dos participantes como demonstra o Gráfico 1, abaixo: a população se divide em: 11% com 16 anos, 48% com 17 anos; 37% com 18 anos, 4% maiores de 18 anos:

Gráfico 1 - Idade

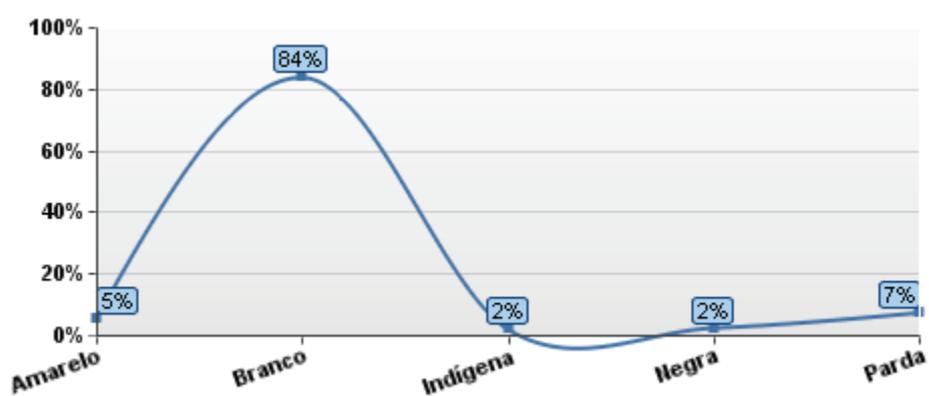


Fonte: Bertoldi, 2013.

Destes, 71% corresponde ao sexo masculino e 29% ao sexo feminino. As cores/raças foram definidas como: amarelo 5%, brancos 84%, indígenas 2%, negros 2% e pardos com 7%. Dentre eles o Estado civil é de solteiros em 93%, casados 1%, separados 1% Outros 5%.

Tão importante quanto saber a idade é saber o indicativo que a pessoa dá a si própria quando se fala em cor/raça, pois é de fato um aspecto polêmico acerca de algumas especificidades, mas que por ser considerado um dado importante, obteve espaço no perfil sócio demográfico da presente pesquisa conforme representado no Gráfico 2:

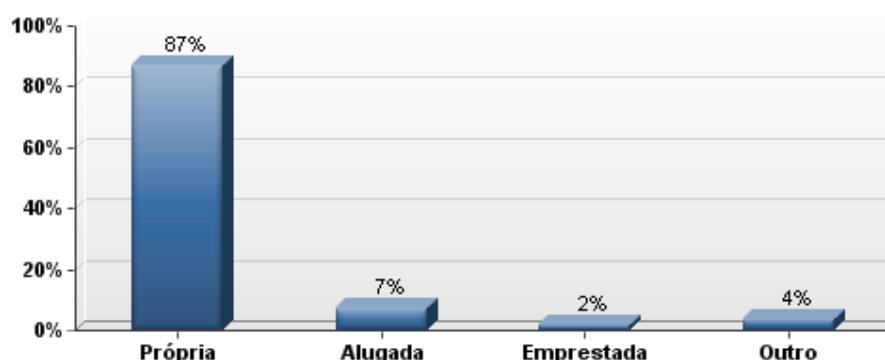
Gráfico 2 - Cor/Raça



Fonte: Bertoldi, 2013.

Fez-se relevante também saber onde os participantes desta pesquisa moram, se a casa é própria ou alugada, e então obtivemos no Gráfico 3 os seguintes dados a respeito disso:

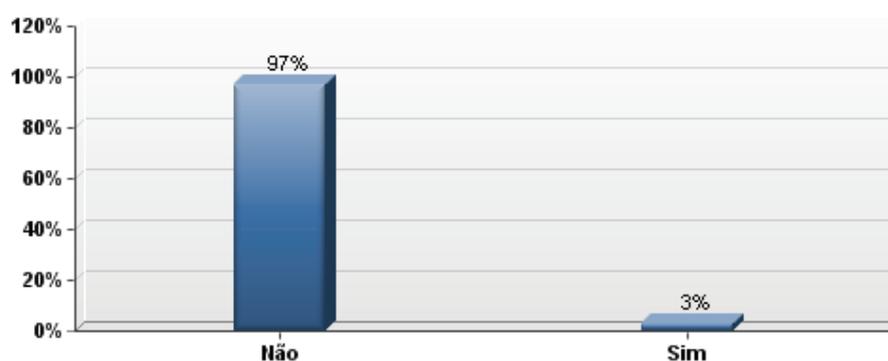
Gráfico 3 – Casa



Fonte: Bertoldi, 2013.

A partir da informação de que 87% dos participantes possuem casa própria, 7% alugada, 2% emprestada e 4% outros (que se dividem em morar com a avó ou na cada dos fundos da mesma), a seguinte pergunta foi feita: “Você já recebeu ajuda de algum programa do Governo?” E os resultados foram os apresentados no Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 - Casa



Fonte: Bertoldi, 2013.

A partir destes dados é possível identificar que a grande maioria dos jovens participantes se divide em classe média e classe média alta, porém, não deixa de existir neste meio, a classe média baixa; no entanto, certos aspectos com relação à classe média alta ficam em evidencia em algumas questões, isso realmente é necessário salientar.

## 4.2 TRABALHO

Partindo dos dados acima, com relação ao trabalho, aspecto extremamente importante para os dias atuais, principalmente se tratando de jovens, considera-se que foi de rica contribuição levantar algumas questões relativas aos adolescentes/jovens entrevistados. Na questão: “Você trabalha?” 40% dos participantes dizem que sim, que possuem um trabalho e 60% afirma que não. Elencando uma série de atividades trabalhistas, foi solicitado que cada participante apontasse os aspectos correspondentes à sua área de atuação e as respostas são apresentadas na Tabela 3 - Categorias de trabalho, com os seguintes números:

Tabela 3 - Categorias de trabalho

<b>Categorias</b>	
Ajuda o responsável da casa, mas sem salário	12%
Aprendiz ou estagiário (a) com remuneração	45%
Aprendiz ou estagiário (a) sem remuneração	5%
Autônomo (a)	6%
Empregado (a) com carteira assinada	15%
Empregado(a) sem carteira assinada	17%

Fonte: Bertoldi, 2013.

Partindo do pressuposto de que ter um ofício é primordial enquanto ser humano, seja por independência, questões financeiras e outros, a questão 7 aborda justamente isso, sendo a pergunta: “Para você, qual destas opções define melhor o significado de trabalho?” 2% apontou como status social, 3% como sacrifício, 27% como crescimento financeiro e a maioria de 59% considera trabalho independência, 9% intitulam como outros, dentre eles alguns recortes abaixo, como mostra a Tabela 4 - Outros - Trabalho, onde os participante salientam suas ideias ao assinalar a opção outros:

Tabela 4 - Outros - Trabalho

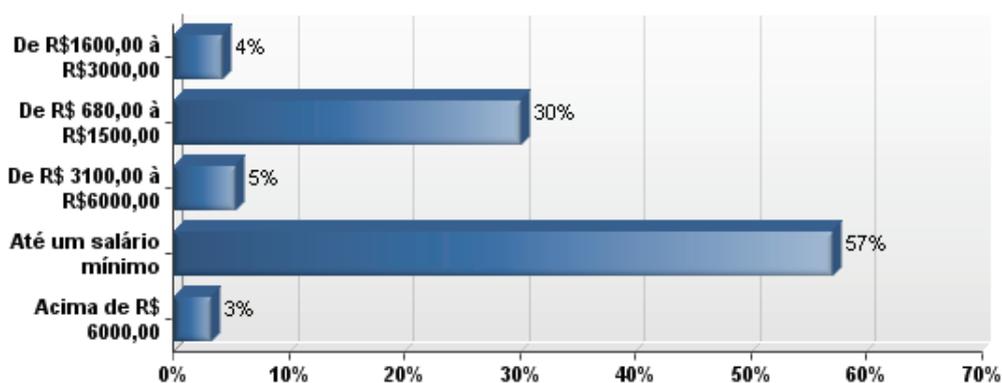
<b>Se assinalou a opção OUTRO na resposta acima, descreva:</b>
(1) Muito depende da função e do gosto do trabalhador em relação ao seu cargo.
(7) Trabalho deve ser feito tudo o que o ser gosta, pois assim ele terá crescimento no seu ser e então o crescimento profissional vem como consequência.
(5) Experiência
(9) Ajuda
(89) Independência, responsabilidade.
(14) responsabilidade, e também de certa forma independência.
(134) crescimento profissional.
(99) Autorrealização.
(108) Crescimento.
(78) Dever para com a sociedade.
(54) Crescimento profissional, social, independência financeira e psicológica.
(8) Por questão financeira, mas principalmente pela diversão e pelo desenvolvimento da responsabilidade e compromisso.
(17) Crescimento financeiro e intelectual.
(94) Crescimento financeiro e Independência.
(153) Troca de favores.

Fonte: Bertoldi, 2013.

E, a partir disso é possível identificar o quão é importante à formação profissional na educação dos dias de hoje. Segundo Speyer et al (1983, p.21), “O problema da preparação do homem para o trabalho é uma das áreas da educação mais características e, ao mesmo tempo, mais complexa de nossos dias”. A preparação do Ensino Médio conjunta ao profissionalizante atribui muito a vida do jovem, visto que, se na idade coerente a sua série, com 18 anos além de concluído sua escolaridade básica ele tem o atributo da formação profissional inicial, e essencial ao mercado de trabalho atual, onde a demanda de funções de nível técnico crescem a cada dia.

Partindo das informações dispostas até agora, o Gráfico 5 traz a renda mensal desses participantes com base no trabalho que os mesmos realizam, individualmente, sem contar com a renda familiar no geral:

Gráfico 5 - Salário



Fonte: Bertoldi, 2013.

Como é possível identificar nos dados acima, mais da metade dos participantes, ou seja, 57% possuem renda mensal de até um salário mínimo, enquanto 30% possuem uma renda de R\$ 680,00 a 3.000,00 reais mensais, 4% com renda de R\$ 1.600,00 a 3.000,00, 5% de R\$ 3.100,00 a 6.000,00 reais e apenas 3% com renda acima de R\$ 6.000,00 reais (sendo estes 5% e 3% considerando a renda familiar).

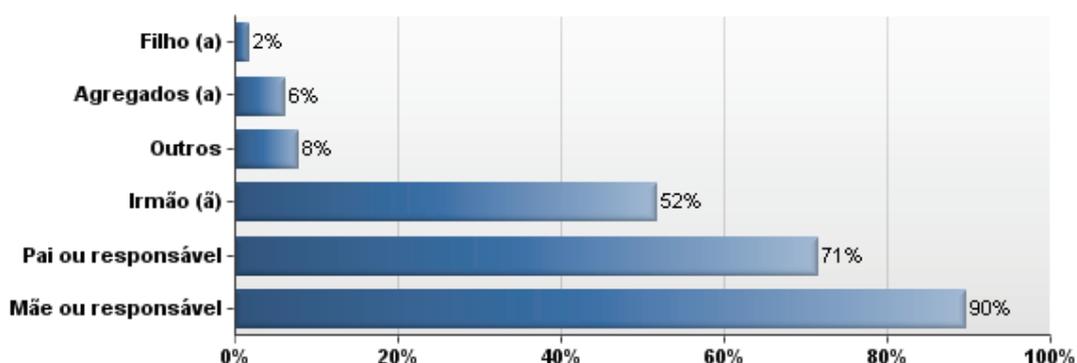
#### 4.3 ASPECTOS FAMILIARES

Considerando que grande parte, ou até mesmo a maioria dos entrevistados, ainda moram com seus pais ou responsáveis, os aspectos familiares, tão importantes quanto os demais que fundamentam este trabalho, são também aqui inseridos, partindo do que Bergamo (2011) traz em uma matéria publicada no Espaço Cidadania, pela Universidade Metodista de São Paulo:

a família deve ser a principal responsável pela formação da consciência cidadã do jovem e também apoio importante no processo de adaptação das crianças para a vida em sociedade. Uma boa educação dentro de casa garante uma base mais sólida e segura no contato com as adversidades culturais e sociais, características do período de amadurecimento.

Independente de criança ou adolescente, a educação dentro de casa, o ambiente familiar, os valores que a estes são atribuídos, fazem grande diferença na vida social de um indivíduo, pois é a base desse processo, é um pilar na formação social e cidadã de cada um enquanto ser humano. A partir disso, se faz coerente, e até mesmo pertinente, algumas questões como: “Você mora com (se for preciso assinale mais de uma questão):”, trazendo assim no Gráfico 6 o percentual das respostas:

Gráfico 6 - Mora com quem



Fonte: Bertoldi, 2013.

Das respostas, 2% dos entrevistados moram com filhos, 6% agregados, 52% com irmãos (a), 71% com o pai ou responsável e 90% com a mãe ou responsável. A família é de extrema importância no processo de formação não somente de identidade, mas social do jovem hoje; embora a juventude dos dias atuais se encontre em diferentes desenhos de famílias, ainda sim se constituem e se denominam assim, o que fica visível quando 8% dos participantes entrevistados selecionaram a opção Outros, na pergunta em que se questiona com quem moram, e na descritiva aberta, quando selecionada esta opção, encontramos algumas respostas como traz a Tabela 5, a seguir:

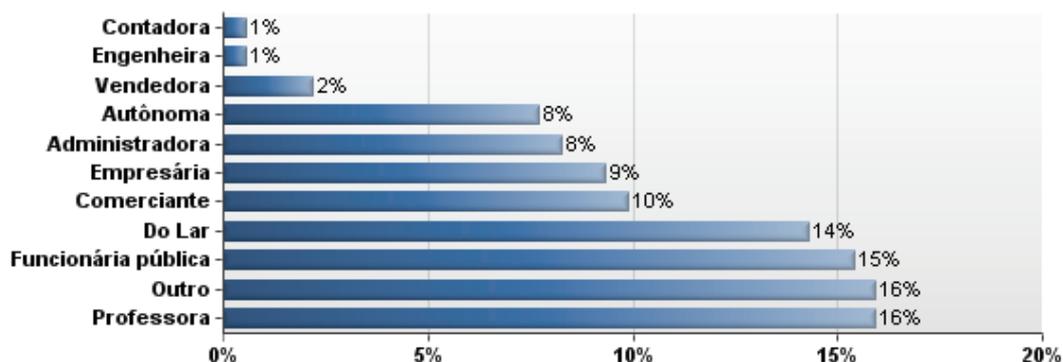
Tabela 5 - Outros - Mora com quem

Outros
Tio e tia.
Padrasto
Padrasto
Avós
Mãe e vó
Vó
Avó
Avô

Fonte: Bertoldi, 2013.

Quando falamos em novos arranjos familiares, se torna complexo, pois a sociedade tem consciência da existência dos mesmos, porém como são tratados? Isso é relevante à formação do ensino regular aliada ao ensino profissionalizante? Tendo em vista a influência das atividades desempenhadas pelos papéis responsáveis dentro de cada ambiente familiar dos entrevistados, como o jovem busca suas referências para o mundo profissional? Será que a profissão do pai, mãe ou responsável influencia nas decisões desta geração? Podemos identificar isso na pesquisa, primeiramente quando questionamos as profissões exercidas pelos responsáveis, conforme apresenta o Gráfico 7 - Profissão Mãe a seguir:

Gráfico 7 - Profissão Mãe

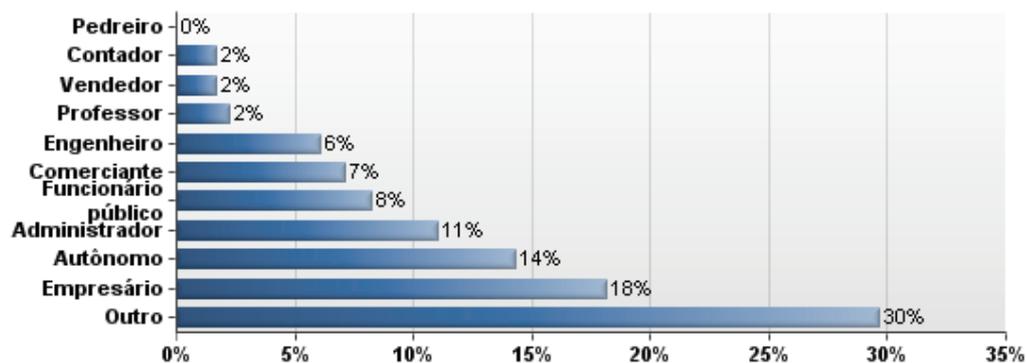


Fonte: Bertoldi, 2013.

Vemos a partir disso que 1% das mães dos participantes são contadoras e/ou engenheiras, 2% são vendedoras, 8% trabalham de forma autônoma, 8% são administradoras, 10% comerciantes, uma porcentagem significativa de 14% são do lar, 15% funcionárias públicas e 16% dessas mulheres são professoras, entre outras profissões não listadas nas opções da questão. Quando escolhida a opção Outro, abre-se um quadro para discriminar o que seria esse outro, sendo assim, as profissões mais apontadas pelos entrevistados foram: pedagoga, nutricionista e design de interiores.

Também levando em consideração as profissões dos pais, temos elencado nos dados do Gráfico 8 a seguintes profissões:

Gráfico 8 - Profissão Pai



Fonte: Bertoldi, 2013.

As porcentagens acima apontam para 0% o número de pais que trabalham como pedreiro, 2% entre contadores, vendedores e professores, 6% engenheiro, 7% comerciante, 8% funcionários públicos, 11% administradores, 14% trabalham como autônomos, 18% empresários e a maioria de 30% ficaram com o quesito “Outros”, que se descreve na Tabela 6 na próxima página:

Tabela 6 - Outras Profissões Pais

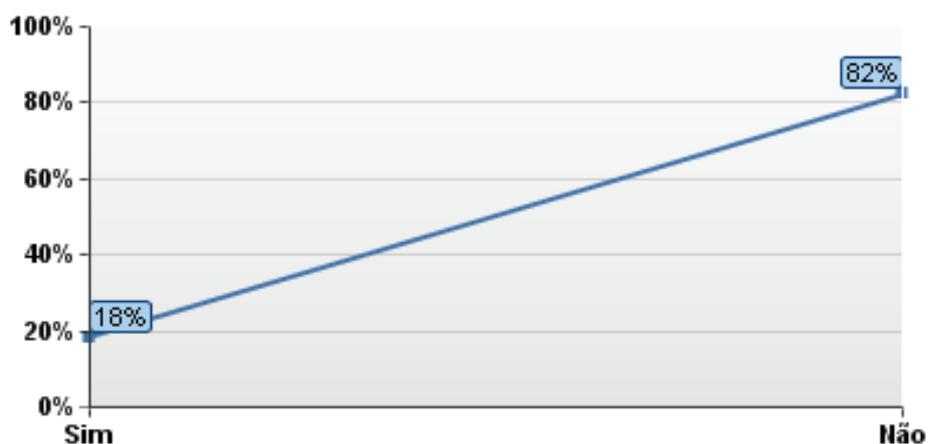
OUTROS	Nº de respostas
Advogado	3
Analista de Sistemas	2
Aposentado	7
Acessor	1
Eletricista	1
Fotografo	1
Gerente	8
Gráfico	2
Informática	2
Mecânico	2
Militar	2
Motorista	1
Desempregado	2
Pastor	2
Porteiro	3

Fonte: Bertoldi, 2013.

A partir destes dados se fez pertinente a questão de a profissão dos pais influenciarem na escolha da profissão destes jovens. Visto que o convívio, o exemplo, as experiências e as próprias expectativas dos pais contam muito neste momento da vida dos jovens.

A partir desta questão, dispostas no Gráfico 9, temos as seguintes porcentagens: 18% dizem que as profissões dos pais influenciam sim nas suas escolas, já 82% dizem que não, que as escolhas dos pais e as deles se diferem, sempre partindo do pressuposto de que se deve fazer aquilo que gosta:

Gráfico 9 - Influência da profissão dos Pais



Fonte: Bertoldi, 2013.

Observa-se dos dados acima descritos que hoje os filhos não seguem mais as mesmas profissões dos pais, por obrigação. A juventude moderna se mostra cada vez mais criativa e capaz de criar soluções aos problemas existentes e emergentes à sociedade hoje, assim como escolher suas profissões, acreditando naquilo que consideram necessário ao bem comum. Afinal de contas, cuidar dos jovens hoje é cuidar do futuro do nosso País amanhã.

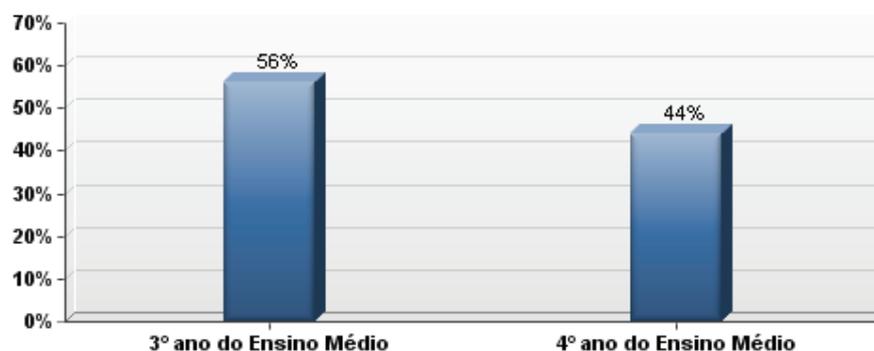
#### 4.4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O jovem ao chegar à escola trás consigo uma diversidade sociocultural expressa na fase da vida em que se encontra, com suas demandas e necessidades específicas, mas também na origem social e respectiva cultura, no gênero, no pertencimento étnico-racial e nas experiências sociais vividas entre outras variáveis, fatores estes que interferem direta ou indiretamente nos modos como cada jovem vai lidar com sua escolarização e construir sua trajetória escolar. O Ensino Médio aliado ao Ensino profissionalizante requer alguns preceitos, de acordo com SPEYER (1983 p. 102):

finalmente, convém reforçar que, na abrangência do conceito de preparação para o trabalho, não se percam de vista os propósitos universalmente aceitos, hoje, para o ensino de 1º e 2º graus, que são aqueles que conduzem os educandos para a vivência de novas e diversificadas experiências educacionais capazes de oportunizar o indivíduo o “aprender a viver”, o “aprender a conviver”, o “aprender a aprender” e o “aprender a ganhar a vida”.

Considerando os dados do Gráfico 10, que 56% dos participantes desta pesquisa são do 3º ano do Ensino Médio Integrado e 44% são do 4º ano:

Gráfico 10 - Ano do Ensino Médio



Fonte: Bertoldi, 2013.

A seguinte questão apresentada no Gráfico 11, “Qual a sua expectativa ao concluir o curso do Ensino Médio Integrado” se fez pertinente e essas foram às porcentagens obtidas:

Gráfico 11 - Expectativa ao concluir o Ensino Médio



Fonte: Bertoldi, 2013.

A escolha de uma instituição em ofertar essas duas modalidades de ensino, Médio e Profissionalizante, aliadas, de fato requer uma estrutura curricular adequada. REGATTIERI & CASTRO (2010, p.83), ressaltam que quanto a isso, o currículo deve ser uma “[...] questão aberta, a ser considerada prioritariamente nas políticas que visam à implantação e ao desenvolvimento desta modalidade na perspectiva da educação politécnica”. E, além dos aspectos curriculares, não esquecer a diversidade a ser trabalhada relacionada à vivência social, pois segundo o participante 9, sua expectativa ao concluir o Ensino Médio Integrado é “Change the Word!” (Mudar o Mundo), ou seja, a educação profissional nesta perspectiva aponta o desejo de protagonismo social e o anseio de uma sociedade mais justa e igualitária. Entre as respostas apontadas na Tabela 7, no tópico outros tem-se como expectativa:

Tabela 7 - Outros – Expectativas

Qual sua expectativa ao concluir o Ensino Médio? (Outros)	
Arranjar um emprego e mudar minha profissionalização.	2
Atuar em outra área	4
Fazer faculdade	5
Fazer outros cursos para outras áreas	2
Não vou seguir na área.	3

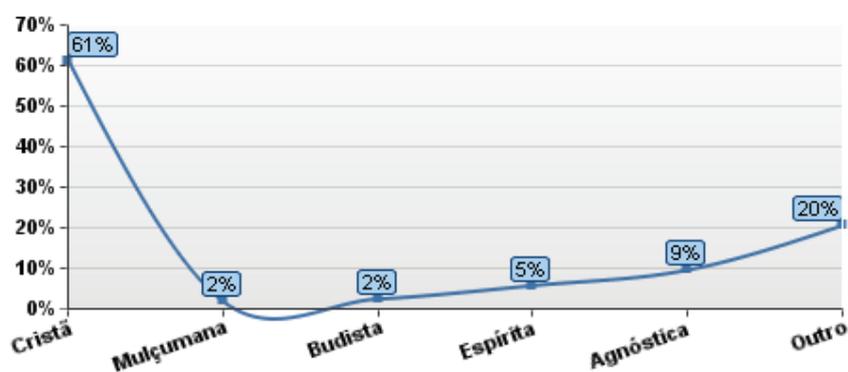
Fonte: Bertoldi, 2013.

Em nosso País, a Educação aparece relacionada a um conjunto de preocupações, a princípio de contexto econômico, devido a mudanças tecnológicas, compartilhamento de conhecimentos e a necessidade cada vez maior de profissionais qualificados dentro de suas competências. O Ensino Profissional vem para atender esta lacuna, preparando o jovem para o mundo do trabalho.

#### 4.5 RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE

A partir do Gráfico 12, considerando que a formação integral do jovem passa pela religião, observamos que 61% dos participantes se declaram cristãos, 2% mulçumanos, 2% budista, 5% espírita e 9% agnóstica:

Gráfico 12 - Religião



Fonte: Bertoldi, 2013.

Observando que o Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão – TECPUC é uma instituição confessional, um dado curioso e

importante, é observar a convivências de diferentes religiões em um mesmo ambiente.

A juventude hoje parece buscar novos sentidos para o conceito e a prática da religião, como podemos observar nos dados da pesquisa, em que 20% dos participantes que responderam Outros, como por exemplo, o participante 176: “Todas as religiões que buscam melhorar o caráter e o desenvolvimento do ser humano”, confirmam o que diversos pesquisadores de religião já vêm observando que os jovens deste século valorizam mais sua fé que a religião materializada na instituição. Assim afirma Novaes (2006, p. 271):

nesta geração nada pode ser visto como muito instável, pois o que mais a caracteriza é a disponibilidade para a experimentação, o que ocorre também no campo religioso. São jovens os que mais transitam entre vários pertencimentos em busca de vínculos sociais e espirituais.

A seguir, a Tabela 8 retrata as religiões elencadas na opção “Outros”. São elas: ateu, nenhuma religião, testemunhas, umbandistas e wicca:

Tabela 8 - Outros – Religião

<b>Religião – Outros</b>	
Ateu	5
Nenhuma Religião	15
Testemunha de Jeová	1
Umbandista	1
Wicca	1

Fonte: Bertoldi, 2013.

Para concluir pode-se dizer que o TECPUC proporciona além da flexibilidade curricular (cuja matriz se encontra apresentada neste capítulo) também a convivência com as diferenças, trabalha o respeito, a diversidade religiosa, proporcionando aos jovens o desenvolvimento integral étnico e crítico, com o apoio significativo de um núcleo específico dentro da instituição, que trabalha estes aspectos, ou seja, o Núcleo de Pastoral.

#### 4.6 A CONTRIBUIÇÃO DA PASTORAL DO TECPUC PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Núcleo de Pastoral do Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão corresponde a ações e projetos oriundos das Diretrizes da Ação Evangelizadora da Província Marista Brasil Centro Sul, denominado Grupo Marista. Atua como balizador e referência de valores e princípios Cristãos Católicos e Maristas, sendo pilar na formação dos cursos técnicos, contemplando alunos, assim como dos cursos de Ensino Médio Integrado, professores e colaboradores da instituição.

Com foco no Ensino Médio Integrado, o Núcleo de Pastoral atua em parceria/auxílio da coordenação pedagógica, com planejamento anual, objetivando o desenvolvimento do protagonismo juvenil e da construção e vivência da cidadania por meio de ações e projetos que resgatam valores, em busca de uma sociedade mais solidária, justa e fraterna.

Considerando a instituição como um todo, se fez relevante algumas questões relatadas na Tabela 9, quando falamos em Núcleo Pedagógico e a formação do protagonismo juvenil, onde os dados da pesquisa apontam que: a contribuição deste núcleo para sua orientação profissional, 61 alunos responderam que é considerável, 60 alunos optaram por importante; no quesito de desenvolvimento relacional, se destacou, com 75 alunos, o importante, que seria o relacionamento com colegas, professores da instituição e demais. Quando se fala na maneira de como enxerga o trabalho, a contribuição vem a ser importante com 70 alunos, mas duas situações com índices discrepantes foram relacionados à Espiritualidade, onde temos um total de 105 alunos que a consideraram discreta, e com relação ao serviço psicopedagógico da instituição e sua contribuição na orientação vocacional, 91 alunos responderam que é discreta, visto que estamos falando de uma instituição de ensino profissionalizante, este dado sugere algumas hipóteses a serem pesquisadas com mais ênfase em outros momentos. Nos projetos de vida (planos, objetivos e metas), 57 alunos consideram a contribuição do Pedagógico importante, enquanto 56 acham consideráveis.

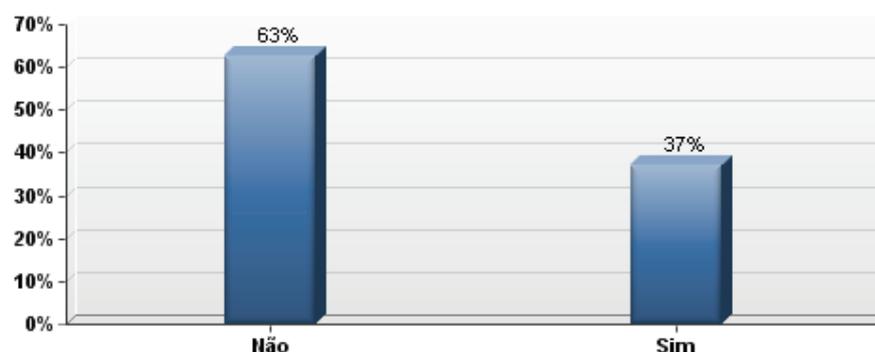
Tabela 9 - Núcleo Pedagógico

Contribuição do TECPUC	Discreta	Considerável	Importante	Fundamental
Na sua orientação profissional	47	61	60	15
No seu desenvolvimento intelectual	29	73	63	18
No seu desenvolvimento relacional (Com amigos, professores e colaboradores)	30	43	75	35
Na sua vontade de aprender mais.	47	62	55	18
No seu comprometimento social (Campanhas, mobilizações sociais, conscientização ambiental e de saúde)	58	68	47	9
Na sua maneira de enxergar o trabalho	39	52	70	21
Na sua relação com a família	73	60	39	10
Na sua prática dos valores éticos e humanos	52	60	54	16
Na sua espiritualidade	105	43	26	8
No seu projeto de vida (Planos, objetivos, metas)	41	56	57	28
De que forma o Serviço psicopedagógico do TECPUC contribui na orientação vocacional e profissional	91	46	39	6

Fonte: Bertoldi, 2013.

A pastoral tem participação direta e indireta na vida escolar destes alunos durante os quatro anos letivos. Isso se denota em virtude dos seus projetos e ações que visam à contribuição formativa dos educandos, e os alunos do 3º e 4º ano apontaram com 63% que não houve contribuição destes projetos a vida profissional deles, conforme o Gráfico 13; porém é relevante perceber que estes alunos estão nos últimos anos do curso e conseqüentemente acabam um pouco afastados das atividades e projetos proporcionados pela pastoral, exatamente por estarem no momento de inserção ao mundo de trabalho. Em contrapartida identifica-se que 37% dos participantes reconhecem que as ações e projetos pastorais contribuem para a formação profissional:

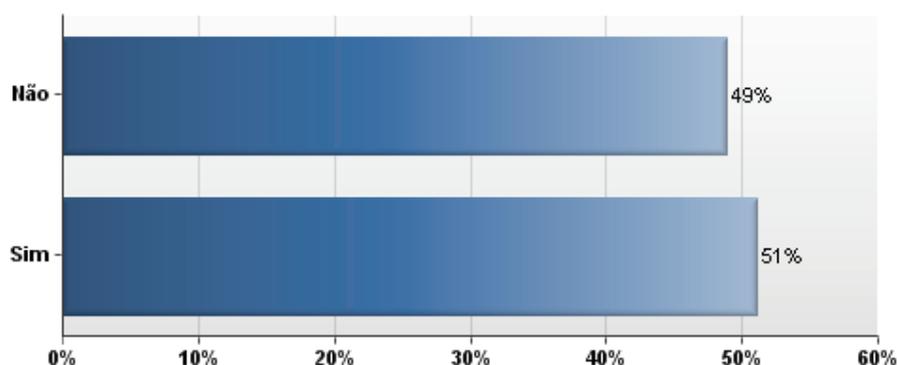
Gráfico 13 - Contribuição dos Projetos a vida profissional



Fonte: Bertoldi, 2013.

Na questão a respeito da contribuição da pastoral do TECPUC para o desenvolvimento de uma espiritualidade, 51% dos educandos consideram que sim, como relata o participante 195: “Com vários projetos voltados para as áreas espiritual e humana, a Pastoral influencia muito na vida de muitos adolescentes do TECPUC, tornando os alunos um pouco mais "centrados" em seus objetivos, sem que ela fira qualquer valor moral e ético". O Gráfico 14, entretanto, aponta que 49% consideram que não há contribuição efetiva da pastoral neste quesito.

Gráfico 14 - Contribuição a Espiritualidade



Fonte: Bertoldi, 2013.

Isso nos remete novamente a hipótese apresentada no Gráfico 13, que acredita que este número significativo se dê em função da etapa do curso em que se encontram, um momento onde suas ocupações permeiam mais as questões de ordem profissional e educacional. Deixando assim a espiritualidade como uma importância secundária.

#### 4.7 PROTAGONISMO E PROJETO DE VIDA

Nos dias atuais, a descoberta da vocação profissional tem se tornado essencial e geralmente se pensa que a ajuda e os suportes psicológicos são suficientes para analisar o perfil de cada jovem. Os dados da pesquisa revelam que é preciso considerar diversos fatores, como características pessoais, personalidade, reações, objetivos e expectativas. Descobrir a vocação profissional é avaliar em quais profissões o jovem se encaixa melhor, de acordo com suas preferências e estilo de vida. Observamos dos dados sintetizados na Tabela 6, página 114, que a profissão dos pais não influencia mais fortemente nas escolhas profissionais dos jovens. Os jovens aspiram hoje a uma qualificação profissional, para estar bem mais preparados para o mundo do trabalho. A expectativa maior dos jovens ao concluir o ensino médio é destacada na pesquisa é a de “fazer uma faculdade”, ou ainda, “atuar em outra área”. Observa-se da análise da expressão “não vou conseguir atuar na área”

Tabela 7, p. 117, que embora o Ensino Médio profissionalizante objetive preparar o jovem para o mundo do trabalho, há uma lacuna a ser preenchida.

Estão dispostos os dados relacionados à contribuição do Núcleo de pastoral do TECPUC aliado a Coordenação Pedagógica no que tange as disciplinas na Tabela 10, a atuação e abordagem psicopedagógica com relação ao desenvolvimento dos alunos, bem como as atividades da pastoral, a adesão dos alunos para com os projetos oferecidos, o desenvolvimento dos projetos, as ações solidárias promovidas e o acompanhamento da Pastoral aos alunos.

E nela ficou evidente algumas constatações desta pesquisa: quando questionados sobre se as atividades pastorais contribuírem no seu desenvolvimento como aluno, 101 responderam que nunca, porém se justifica quando questionados se já participaram de alguma atividade proporcionada por este núcleo e 90 participantes respondem que não. Houve questionamento também sobre a importância de ter projetos que desenvolvam o lado humano e solidário dos alunos, 58 alunos responderam que sim, frequentemente. E a partir disso se fez pertinente algumas perguntas como: no teu dia a dia, você costuma fazer ações solidárias, 87 relataram que ocasionalmente, quando questionados da importância de ter o serviço de acompanhamento de pastoral no TECPUC, 59 alunos disseram que ocasionalmente e 57 optaram por frequentemente.

Quanto à questão de participar de eventos promovidos pela pastoral, o número de 107 alunos colocou que nunca, e quando questionados sobre participar de ações solidárias e humanas da comunidade onde moram, ONGs ou outros, 100 alunos responderam que nunca. Esses números relacionados explicam algumas questões, nas quais se percebeu uma porcentagem significativa com respostas “negativas”, ou seja, alguns alunos não têm de fato como perceberem algumas ações da pastoral e seus impactos visto que não participam das mesmas.

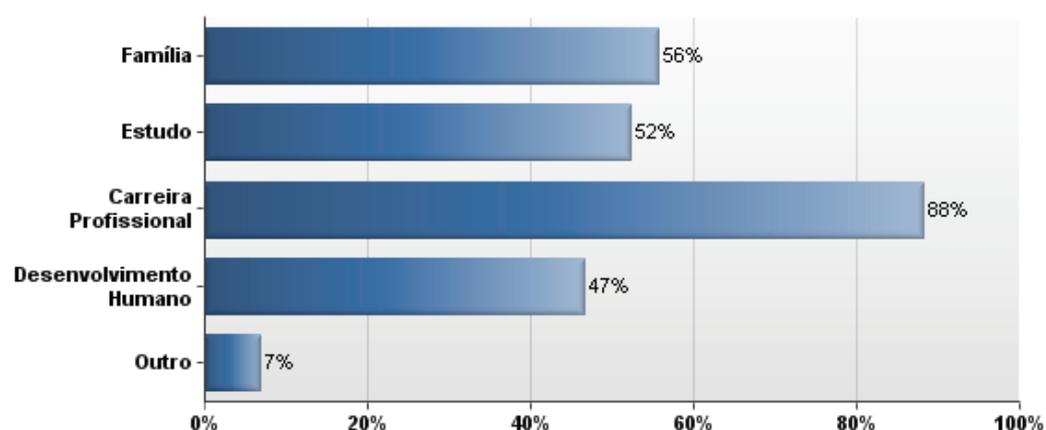
Tabela 10 - Pastoral e Coordenação Pedagógica

Contribuição do Núcleo de Pastoral e Coordenação Pedagógica	Nunca	Ocasionalmente	Frequentemente	Sempre
Você julga de forma positiva a maneira como as disciplinas estão sendo aplicadas ao longo de cada ano no Integrado	37	85	51	9
Você acha importante ter profissionais na área psicopedagógica no TECPUC para auxiliar os alunos	20	43	55	64
As abordagens pedagógicas já ajudaram no seu desenvolvimento como aluno	68	61	43	10
As atividades da Pastoral já ajudaram no seu desenvolvimento como aluno	101	43	21	17
Você já participou de alguma atividade da Pastoral	90	58	25	9
Você acha importante ter na Escola projetos que desenvolvam o lado humano e solidário dos alunos	21	48	58	55
No teu dia a dia, você costuma fazer ações solidárias	21	87	56	18
Você acha importante ter o Serviço de Acompanhamento Pastoral no TECPUC	41	59	57	25
Você participa de eventos promovidos pela Pastoral	107	49	19	7
Participa de ações solidárias e humanas da comunidade onde mora, ONGs ou outros	100	48	22	12

Fonte: Bertoldi, 2013.

A partir das ações e da contribuição da Pastoral, com o auxílio da coordenação pedagógica ou vice e versa, elencadas na Tabela 10, e pelos demais aspectos que contribuem com a formação dos jovens que perpassam pelo TECPUC hoje, outro aspecto da pesquisa de campo que merece destaque trata dos projetos de vida, onde 94% dos alunos afirmam ter projetos de vida desde já, enquanto 6% ainda não. Listadas a partir destas porcentagens, algumas áreas caso a resposta fosse positiva, segue no Gráfico 15 os índices mais apontados:

Gráfico 15 - Planos de Vida



Fonte: Bertoldi, 2013.

Sendo assim, 56% relatam que têm projetos relacionados à família, 52% relacionados aos estudos, 47% ao desenvolvimento humano, e uma grande maioria de 88% mostram que tem planos para a carreira profissional.

Embora seu índice não tenha sido em alguns momentos o esperado, é evidente no percurso da pesquisa que o Núcleo de Pastoral como ação extracurricular tem realizado um papel indispensável na formação destes jovens, evidenciando desta forma que a instituição tem realizado seu papel de formar estes jovens para o mercado de trabalho (atribuições técnicas), mas também para a vida (valores).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade da dinâmica dos processos de formação das identidades está relacionada com as mudanças de paradigmas, com a emergência de novos valores, com o devir da pós-modernidade, com as transformações no campo religioso, com as mudanças nas relações sociais, culturais e políticas.

Em nossa pesquisa constatamos que no novo paradigma juvenil não habitam mais as grandes teorias e ideologias como as dos jovens das gerações passadas. Na atualidade cresce entre os grupos juvenis uma descrença nas formas de política e no sistema econômico estabelecido como solução para os problemas sociais.

Vale lembrar que, em torno da categoria juventude, muito mais que questões relacionadas a uma determinada faixa etária, emergem questões ligadas ao protagonismo, exclusão social, desemprego, a religiosidade na educação dos jovens, entre outras. A tarefa de buscar fundamentos para a educação de adolescentes e jovens remete às questões do fundamento do conhecimento humano, e, o conhecimento religioso revelado ou não, é parte desse conhecimento. A escola, as instituições educativas são consideradas neste estudo um espaço de construção do conhecimento e, principalmente de socialização de conhecimentos produzidos e acumulados, inclusive os religiosos.

É neste espaço de diálogo entre diferentes saberes, o lócus privilegiado também para uma educação para o protagonismo juvenil, ou seja, para a construção de um projeto de vida capaz de integrar formação humana e profissional. É nítido a todos que por muito tempo na história da educação a dimensão do *homo religiosus* foi banida. Contudo, não podemos esquecer que a busca pelo transcendente é uma dimensão intrínseca do ser humano. Essa busca do transcendente é parte da estrutura constituída do ser humano, e é guardada segundo os princípios que o transcendem.

Para uma educação do protagonismo é fundamental o reconhecimento da dimensão religiosa das juventudes e de suas experiências de sagrado, enquanto estas permitem, e reinaugura a possibilidade da receptividade, da

reciprocidade, da alteridade, da subjetividade e das relações da pessoa consigo mesma, com os outros e com o mundo.

Ao ingressar na escola acontece nas juventudes um processo de autonomia e independências crescentes. Aos poucos, elas tendem a realizar algum tipo de estágio de trabalho para sua sustentabilidade. A tendência normal do estudante que frequenta o ensino médio integrado é a de adquirir certa competência profissional e se tornar um trabalhador, um técnico, um colaborador de alguma empresa, e receber um salário que garanta a satisfação ao menos, de suas necessidades básicas.

A proposta pedagógica do TECPUC, estudada e analisada nesta pesquisa, além de garantir conhecimentos e competências necessárias para o bom exercício de uma profissão, se propõe a desenvolver outras dimensões tais como a intuição, a sensibilidade humana, a capacidade de diálogo e de socialização, o senso crítico, a criatividade e as dimensões da ética, da utopia, da religiosidade e do desenvolvimento psicoafetivo, por meio de ações isoladas e projetos extracurriculares integrado com a matriz curricular dos cursos do ensino médio integrado.

Já existe um consenso entre as equipes que compõem o quadro da proposta educativa do TECPUC e os próprios alunos de que o Núcleo de Pastoral contribui no desenvolvimento de uma formação integral. Incorporaram-se a ideia de que a realização pessoal e profissional passa não somente pela competência técnica e profissional, mas, também, pela competência e sensibilidade emocional, relacional e solidária. Educar para a esperança e a solidariedade significa emancipar, salvar vidas, criar sensibilidade social, buscas e transmitir sabedoria.

A pesquisa, realizada com os jovens do 3º e 4º ano dos cursos de administração, contabilidade e informática no Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão, buscou oferecer um conjunto de novas informações a respeito das juventudes que frequentam os cursos técnicos do TECPUC em diversas dimensões. No que tange à temática da espiritualidade, se constatou que as ações e projetos integrados do Núcleo de Pastoral contribuem para o desenvolvimento e vivência de uma espiritualidade que auxilia na busca de sentido da vida, na construção da identidade, do protagonismo e de uma visão de mundo ao diálogo intercultural e inter-religioso.

Quanto à metodologia do trabalho do Núcleo de Pastoral fundamenta-se em uma práxis educativa que contempla, em todas as suas dinâmicas, a experiência originária das juventudes e busca responder as tendências e as necessidades com ações pontuais voltadas para a implementação de uma pastoral orgânica e inculturada ao evangelho.

Ao reconhecer um papel de protagonistas ao jovem, o Núcleo de Pastoral, com seus projetos extracurriculares, está dizendo para ele próprio e para a Escola a necessidade de um despertar as juventudes para valores que o tornem conscientes da força.

De acordo com as diretrizes de pastoral marista: “A maturidade é fruto de longo processo de interiorização das realidades que nos cercam e que levam mais tarde a ações conscientes e refletidas” (CAMINHO DE EDUCAÇÃO E AMADURECIMENTO NA FÉ, 2008, p. 122). O caminho trilhado na busca pelo amadurecimento, passa pela ato relacional, algo inato no ser humano e que no jovem se apresenta como necessidade real e concreta. A convivência e a vivência em grupo contribuem de forma eficaz para o desenvolvimento pessoal, sendo prioridade para as ações pedagógicas e pastorais, preocupação presente também na missão do TECPUC. Ao focar nos jovens sua participação em ações e projetos promovidos pelo Núcleo de Pastoral, a Escola responde diretamente aos anseios dessa geração, que na proposta de ações integradas cria lugares de socialização, de convivência e de agregação socioeducativa e religiosas que servem de suporte para o desenvolvimento dos jovens, para a superação dos medos e para a descoberta dos sentimentos.

A ideia do Núcleo de Pastoral de desenvolver projetos, tais como TECPUC IDENTIDADE, TECPUC SOLIDARIEDADE - Ilhas, PROJETO RIO BELÉM sustentam-se na convicção de que é indispensável para as juventudes a realização de experiências de vida pessoal e comunitária no curso de sua formação. Concepções como essas ajudam a romper com o individualismo imperante na sociedade atual.

A perspectiva positiva de propostas alternativas de formação comporta maior receptividade e aprovação dos jovens, lembrando assim que a autoafirmação acontece na abertura acolhedora da novidade do outro, pois o ser *com*, é constitutivo da pessoa.

Diante do cenário de individualismo que se mostra para o jovem, é necessário considerar que a importância concedida ao indivíduo, ao sujeito, na cultura atual é compartilhada pela fé cristã e católica. Essa só rejeita o fechamento do indivíduo em si mesmo, assim como não aceita a mercantilização, o consumismo desenfreado e a transitoriedade nas relações humanas que levam a menosprezar e descartar a pessoa do outro. Essa prática relacional em que o outro não é respeitado e valorizado desumaniza e quando isso acontece o sujeito trai sua vocação natural.

Faz parte da espiritualidade cristã e católica o compromisso na luta pela justiça e pela solidariedade concreta, seja no campo sociopolítico e econômico, bem como com relação ao respeito pela dignidade humana e ao ecossistema vital no qual estamos integrados. É certo que a paisagem religiosa da contemporaneidade tem expressões desse individualismo: “Em uma sociedade em que a religião tornou-se uma opção, a conversão assume a dimensão de uma escolha individual na qual se manifesta por excelência a autonomia do sujeito crente” (HERVIEU-LEGER, 2008, p.109).

Os jovens estão menos interessados e submetidos às tradições religiosas. A juventude vive uma experiência de religião sem fronteiras e simbólica, praticando o sincretismo e assumindo expedientes que respondem e correspondem às necessidades do momento. O religioso assume, então, a tônica da realização pessoal, em que os jovens se deixam seduzir e se envolver pela identificação com eventos religiosos que podem levar a experiências duradouras ou não de uma prática religiosa.

Para as juventudes do século XXI as inseguranças da própria etapa da vida são agravadas pelas incertezas e contradições das quebras de referenciais geradas pelas constantes e rápidas mudanças e pelas influências diretas das mídias e do consumismo.

O desafio segundo Melucci (1997) é encontrar os fios para tramar a continuidade, ou seja, algo consistente em que o jovem possa ancorar suas expectativas e que lhe permita viver o atual contexto de mudanças sem perder seus valores referenciais. Para tanto, a partir dessa pesquisa constatou-se que a Pastoral do TECPUC se torna instrumento primordial para a manutenção destes valores, conforme o pensamento do participante (177) que afirma: “O

*desenvolvimento do lado humano é de extrema importância para o relacionamento com outras pessoas. Nisso a Pastoral pode auxiliar e muito!"* .

O porto seguro para o jovem pode vir da espiritualidade que, como aspecto integral da pessoa humana, é uma experiência que no início acontece na interioridade, como descoberta individual de fé, mas que é exteriorizada, como algo que ultrapassa e extrapola o ser, transformando-se em ação e impactando nas dimensões da vida, inclusive no campo profissional. A abertura do ser humano para si mesmo, para o outro e para o transcendente, segundo Peretti, significa que não somos limitados aos processos instintivos e naturais ou por aqueles adquiridos dentro de uma cultura: “A abertura indica liberdade, capacidade de decidir de si mesmo” (2010, p. 53). Para o protagonismo juvenil essa abertura compreende um ser com a capacidade de decidir e de relacionar-se conscientemente com Deus e com as alteridades, existente dentro de sua cultura.

Abrir-se para a dimensão do transcendente é abrir-se ao Espírito, ao dom do Deus da vida, essa abertura é essencialmente relacional. Na experiência de formação humana percebeu-se que o Núcleo de Pastoral do TECPUC favorece a essa abertura, conforme declara o sujeito 149 da pesquisa: *“O núcleo da Pastoral contribui para nossas decisões e também nos leva para mais perto de nós mesmos e de uma religião”*.

A espiritualidade vivenciada em uma religião subentende uma confiança na sabedoria e nos preceitos e princípios dessa religiosidade, o que a torna um aspecto fundamental na formação integral e no envolvimento do aluno. A religião é, então, fonte de sentido e de compromisso com o projeto vital apresentado por Jesus. “O encontro real com Jesus responde as buscas existenciais, provoca entusiasmo, é uma experiência que suscita o discipulado” (CNBB, 2012, n.175).

O perfil dos alunos do Ensino Médio Técnico Integrado do TECPUC revela-se como um *locus* de troca de experiências e amizades, em especial os jovens que se envolve com as ações promovidas pelo Núcleo de Pastoral, revelam, sentem e projetam suas esperanças, expressam seu protagonismo, captam novos paradigmas e se mobilizam em torno de realidades e sonhos de edificação e construção de uma cidadania.

Entre os jovens sujeitos que reconhecem a atuação pastoral no TECPUC como fundamental, convivem aqueles que na sua grande maioria se identificam com a fé cristã, mas também aqueles que tendem a livre experimentação religiosa.

A religião apresenta-se assim para o jovem, como um campo de experimentação e de escolha, mesmo que as escolhas não sejam definitivas e irreversíveis. Para Peretti e Nogoseke, “novas crenças passam a compor o religioso, baseadas na experiência subjetiva dos indivíduos, e não, apenas na verificação e na experimentação, que caracterizam o mundo racional. O religioso não está só nas instituições religiosas, de forma compacta e concentrada, ele se encontra ativo e latente, explícito ou implícito, na realidade social, cultural e psicológica”. Desse modo, denota-se também nos jovens sujeitos dessa pesquisa certa mobilidade religiosa. Como foi tratado no artigo “O Transito Religioso da Juventude: a presença das religiões nas biografias juvenis” (PERETTI e NOGOSEKE, SOTER, 2012).

A interculturalidade religiosa torna-se um desafio para uma proposta pedagógico pastoral que visa motivar, provocar e contribuir no desenvolvimento integral do jovem que busca inserção no mundo do trabalho. Num mundo em constante mudança, onde o essencial passa a ser supérfluo e o que é supérfluo tende a ser essencial, os jovens passam a questionar e res-significar muitos modelos até então estabelecidos e que não foram construídos por eles e que tão pouco expressa valores que sejam fundamentalmente os seus.

Segundo Hervieu-Léger (1999), a memória coletiva perdeu muito de seu caráter ativo, passando a se constituir em um patrimônio de lembranças que não mobiliza mais uma crença comum: “trata-se mais de uma tradição sem crença.” As representações e ideologias hoje estão na sua maioria muito associadas a êxito profissional, consumo, sonhos de sucesso e enriquecimento rápidos. Assim, também a fé do jovem é vivenciada dentro de um contexto de lutas e esperanças, que envolvem características próprias das dificuldades e dos sonhos de cada sujeito. Dificuldade esta que salienta o participante 98: *“Acredito que exista Deus, mas não sigo nenhuma religião”*.

O documento CNBB (2007) cita a importância dos jovens na evangelização de outros jovens. Um dos projetos do Núcleo de Pastoral do TECPUC denominado Pastoral Juvenil Marista (PJM), já apresentado no

capítulo quatro, aponta para essa realidade; a presença dos próprios jovens monitorando os grupos da PJM serviu de incentivo para a participação de outros jovens. Antes do interesse pela proposta do grupo e a possibilidade de fazer novas amizades, a presença dos monitores foi o que chamou a atenção: considere-se que o grupo fala uma mesma linguagem, mesmas expressões e desafios e crescem naturalmente juntos. Entre os pares conseguem construir uma imagem de Deus e uma religiosidade que lhes é familiar e própria.

É possível constatar entre os jovens um certo distanciamento familiar, gerado a medida que a influência de outros vão acontecendo, porém, quando o assunto é família os jovens falam da sua importância e do seu auxílio no enfrentamento das várias situações que comprometem seu desenvolvimento pleno. O desvincular-se da orientação dos pais é algo natural, o assumir-se é algo próprio do desenvolvimento humano. Nesse desligamento para algumas autonomias têm importância fundamental à busca por modelos de referência, pessoas que apontem caminhos e que apresentem valores. Pessoas nas quais o jovem reconheça a autenticidade da autoridade, a ética e o compromisso que vem da representatividade de um valor expresso na vida pessoal e ou comunitária. Desse modo os colaboradores da Pastoral, o assessor, a autoridade para o grupo, não vai passar uma mensagem, mas demonstrar que sinceramente prática essa verdade.

Os projetos pastorais estão alinhados com o carisma marista, o objetivo é sempre de integração, desenvolvimento, protagonismo e autonomia dos jovens e abertura de reconhecimento que esse é um caminho que não se esgota ou se completa, mas é uma contínua busca de aperfeiçoamento pessoal. O desafio do Núcleo de Pastoral consiste em revelar para esses jovens o rosto amoroso de Deus, presente na história da humanidade e do seu projeto para a construção de uma sociedade mais fraterna, justa, humana e solidária.

Observou-se durante a pesquisa que o despertar dos alunos para o protagonismo no Centro de Educação Profissional Irmão Mário Cristóvão - TECPUC se dá de forma mais visível nos alunos de 1º e 2º ano do Ensino Médio Integrado, dado o envolvimento nas ações e projetos promovidos pelo Núcleo de Pastoral local. Entretanto, percebeu-se nos alunos do 3º e 4º ano, os quais eram o foco da pesquisa, que a adesão aos Projetos da Pastoral mostrou-

se inferior e isso se justifica por ser esta fase o momento onde estes passam a ingressar no mundo do trabalho, com estágios e programas de primeiro emprego, causando assim um natural afastamento dos projetos de cunho social. Ainda sim, é possível perceber nestes jovens alunos que mesmo distante de ações concretas de solidariedade, a espiritualidade permanece velada, bem como o desejo por ações sociais concretas e humanizantes.

Preparar para o protagonismo juvenil significa perceber a presença, o cruzamento e a influência de vários paradigmas. Por mais que os limites etários possam ser considerados arbitrários nos estudos sobre as juventudes, é importante considerar a fase juvenil como aquela que se caracteriza por uma gradual transição até assunção plena de papéis adultos em todas as sociedades. Nesse sentido, é possível através de ações socioeducativas dar sustentação às possibilidades de escolhas e de autonomia dos jovens. As diferentes experiências passadas pelas juventudes podem, ainda, contribuir e se constituir em certo dominador conceitual comum, ou em um ponto de partida para uma maior compreensão da juventude na atualidade. Essa é a experiência que esta se verificando no Núcleo de Pastoral do TECPUC preocupada em investir na preparação humana, cristã e profissional dos jovens alunos. Os projetos de cunho solidário desenvolvidos pela Pastoral do TECPUC são reconhecidos pelos jovens como momento esclarecedor das responsabilidades e o confronto com os problemas sociais e políticos. A liderança exercida por esses jovens comporta o desenvolvimento de suas potencialidades em favor de uma participação responsável na sociedade. Foi o que comprovou o pesquisado 111: *"A pastoral ajuda no crescimento solidário de cada pessoa [...]"*. Importante citar que esse processo não é homogêneo, em um mesmo grupo convivem diferentes percepções e reações e o processo pessoal de cada um é diferente e por isso respeitado.

A solidariedade passa pelo reconhecimento das próprias fragilidades dos jovens alunos, a reflexão, por exemplo, ou despertar o pensar no próximo como afirma o participante 57: *"Ajuda as pessoas a pensarem mais, refletir sobre os outros também, não apenas pensarem em si mesmos"*. Para além das afirmações de geração individualista, os jovens sujeitos da pesquisa demonstraram com suas respostas, que esta realidade pode ser transformada.

A convivência gera sentimentos de pertença, de responsabilidade e de solidariedade que marcam profundamente a vida pessoal.

Nas entrelinhas da pesquisa nota-se um reconhecimento da Pastoral com um espaço de ação concreta, caminho que gira em torno de valores cristãos e atitudes humanas. Depois de despertado para identificar as realidades (ver), o passo seguinte é o de discussão das injustiças e desigualdades (julgar) e por fim desenvolver ações em prol de melhorias (agir). O que é compreensível dentro da realidade do processo e mesmo da realidade humana é que o jovem ainda não está completo em seu processo pessoal. Como afirma Dick: “O jovem vive a epopeia do êxodo. Da saída de si. Um dos desafios que se apresenta é também a descoberta da fé, porque ela não é só dom. Ela se reveste da busca e da conquista. Uma busca que precisa lançar perspectivas maiores do que o jovem imagina” (2006, p. 24).

Esta forma de viver e conceber a vida, a religião e os grupos nos proporcionam uma gama de elementos para a realização de pesquisas futuras sobre a experiência religiosa, das diversas formas de construção e expressão do religioso, da pluralidade de princípios entre os jovens contemporâneos, e das respostas religiosas que fundamentam seus projetos de vida.

Acolher o jovem como lugar teológico e fazer a opção pelos jovens é a contribuição que este estudo quer oferecer. O protagonismo e a diversidade juvenil é uma poderosa contribuição para o mundo e para a Igreja. A diversidade ganha na ação evangelizadora da Igreja uma função profética, se constitui na riqueza e na beleza da evangelização, ao passo que o protagonismo faz acontecer e difundir as práticas evangélicas de maneira inovadora e criativa. Surge desse estudo a questão: nossa pré disposição e cuidado no sentido cristão, para com as juventudes é suficientemente eficaz para educá-los e desenvolvê-los na fé e permitir que tragam para dentro das Instituições religiosas esse “novo” de que são corresponsáveis? Acolher o jovem é promover caminhos para que ele faça bom uso de seus dons e talentos, como protagonista de sua própria história e de sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ABAD, M. **Cenas juvenis**. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa Nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005.
- \_\_\_\_\_. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, p. 25-36, 1997.
- ARENDT, H. **A condição humana**. São Paulo: Forense Universitária, 2002.
- ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BARCHIFONTAINE, C. P. Espiritualidade nas empresas. **O mundo da Saúde**. N. 31, p. 301-305, 2007.
- BERGAMO, L. **A importância da família para a formação de cidadãos conscientes**. São Paulo: Universidade Metodista, 2011. Disponível em: <<http://www.metodista.br/cidadania/numero-58/a-importancia-da-familia-para-a-formacao-de-cidadaos-conscientes>>. Acesso em: 24/10/2013.
- BÍBLIA SAGRADA**, Dom Estêvão Bettencourt (Trad.) São Paulo: Paulinas, 2009.
- BLANK, R.; VILHENA, M. A., **Esperança Além da Esperança**, Valencia: Siquem, 2001.
- BLOCH, E. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005-2006.
- BRASIL. lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 02/12/2013.
- CHALLENGER, J. A. **Working in the future**. The Futurist. V. 39, n. 6, nov - dez, 2005.
- CHAHAD, J. P. Z. **Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego**. São Paulo em Perspectiva. V.17, n. 3-4, 2003.
- CAMACHO, L. M. Y. **A ilusão da moratória social para jovens das classes populares**. In: Sposito, Marília Pontes (Coord). Espaços públicos e tempos

juvenis: um estudo de ações do poder público em cidade de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007.

\_\_\_\_\_. A invisibilidade da juventude na vida escolar. Perspectiva - **Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC**, Florianópolis-SC, v. 22, n. 02, p. 325-343, 2004.

\_\_\_\_\_. **Violência e indisciplina nas práticas escolares de adolescentes**: um estudo das realidades de duas escolas semelhantes e diferentes entre si, 2000, 267 f. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de educação da USP, 2000.

CARRANO, P. “Juventudes: as identidades são múltiplas”. **Movimento: Revistada Faculdade de Educação da UFF**. Rio de Janeiro: n. 1, p. 11-28. DP&A Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. Identidades juvenis e escola. Alfabetização e Cidadania. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, Rio de Janeiro: n. 3, p. 24-27, 2000.

CARRANO, P.; MARTINS, C.H.S. **Culturas e expressividades juvenis**: uma janela para a escola. In: BRASIL, Secretaria de Educação a Distância. Debate – Juventudes em rede: jovens produzindo educação, trabalho e cultura. Rio de Janeiro: Salto para o Futuro – Boletim 24, 2007.

CARRANO, P. C. R. **Os jovens e a cidade**: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Faperj, 2002.

CARVALHO, J. P. **A campanha em defesa da escola pública**. Tese (Doutorado na área de Educação). São Paulo: 2003, 357f f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea. 2008.

CANIVES, P. **Educar o cidadão?** São Paulo. Campinas: Papyrus, 1991.

CENSO. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo da educação básica: 2012** – resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf)> Acesso em 25/03/2013.

CELAM. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Documento de Aparecida**. São Paulo: Paulus: 2007.

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL IRMÃO MÁRIO CRISTÓVÃO – TECPUC. **Proposta Pedagógica**. 2011.

CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. **História da sociedade**. São Paulo, 2004.

CESARINO, J.; ANTONIO F. **Direito Social Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1970.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 2013: Manual**. Brasília, Edições CNBB, 2012.

\_\_\_\_\_. Estudo nº. 85. **Evangelização da juventude: Desafios e perspectivas pastorais**. São Paulo: Paulinas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Campanha da Fraternidade: Eis - me aqui, envia - me**. Brasília: CNBB, 2012.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2011-2015**. Brasília: Edições CNBB, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamentos da CNBB 1988**, n. 51. Edições CNBB, 1992.

\_\_\_\_\_. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais**. Documento 85. São Paulo: Paulinas, 2007.

CONCÍLIO VATICANO II. **Gaudium et Spes**. Constituição pastoral, 1964. São Paulo: Paulinas, 1978.

CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO - CELAM. II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. **Conclusões de Medellín. A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio**. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. **DOCUMENTO DE APARECIDA**. Paulus. São Paulo: 2007.

\_\_\_\_\_. **Conclusões de Medellín**, 4ª ed., São Paulo: Paulinas, 1979.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Política Nacional de juventude: Diretrizes e Perspectivas**. Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2006.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL. **Gaudium et Spes**. São Paulo: Paulinas, 2007

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA. **Lumen Gentium**. São Paulo: Paulinas, 2006.

COORDENAÇÃO DE PASTORAL DA PERIFERIA DE SALVADOR. **A história do homem**. Salvador: Lins, 1980.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e**

**participação democrática. Salvador:** Fundação Odebrecht, 2000.

\_\_\_\_\_. **O adolescente como protagonista juvenil.** Cadernos Juventude. Disponível em: <<http://www.adolesc/P/cadernos/capitulo/cap07/cap07.htm>>. Acesso em: 16/09/2013.

CURY, C. R. J. **LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

DAYRELL, J. **O rap e o funk na socialização da juventude.** Educação e Pesquisa. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura.** Belo Horizonte - MG: UFMG, 1996.

\_\_\_\_\_. **A música entra em cena.** Belo horizonte: Editora UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. **A escola como espaço sócio-cultural.** In: Dayrell, Juarez. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo horizonte, UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. **O jovem como sujeito social.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 2003.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. **Habilidades Sociais Cristãs.** Petrópolis: Vozes, 2003.

DICK, P. **O Divino no Jovem:** elementos teológicos para a evangelização da cultura juvenil. Instituto de Pastoral de Juventude. Porto Alegre: Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude. 2006.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário dos Trabalhadores.** 2. ed. São Paulo: Dieese, 2009.

FEBVRE, L. **O problema da incredulidade no século XVI.** a religião de Rebelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FREI BETTO, **OSP: Introdução à política brasileira.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.

FURQUIM, M. C. A. **A Cooperativa como alternativa de trabalho.** São Paulo: Ltr, 2001.

GILISSEN, J. **Introdução Histórica ao Direito.** Lisboa: 3° Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão : uma mudança radical**. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.

GUIMARÃES, N. “**Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil**”, in Abramo, Helena & Branco, Pedro (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

GONZÁLES-QUEVEDO, L. **O que é encontro espiritual na vida cotidiana**. In: ESPIRITUALIDADE CRISTÃ NA PÓS - MODERNIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. **Palestra**. S. Leopoldo: Rs. Unisinos. 2008.

GROPPO, L. A. **Juventude**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HERVIEU-LÉGER, D. **Le Pèlerin et le Converti: la religion em mouvement**. Paris: Flammarion. 1999.

\_\_\_\_\_. **O Peregrino e o Convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes. 2008.

IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em 10/03/2013.

IGLÉSIAS, F. **A revolução industrial**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; BRASIL; ONU MULHERES. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea; SPM; SEPPIR; ONU Mulheres, 2011. Disponível em: <<http://www.eletros.com.br/html/pdf/diversos/retrato-das-desigualdades-de-genero-e-raca-4-ed.pdf>> Acesso em 13/09/2013.

JOÃO PAULO II. **Exortação Apostólica ChristifidelisLaici**. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/apost\\_exhortations/documents/hf\\_jp-ii\\_exh\\_30121988\\_christifideles-laici\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici_po.html)> Acesso 06/07/2012.

\_\_\_\_\_. **Carta Encíclica sobre O Trabalho Humano- "Laborem Exercens"**. 13º. Ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

JOÃO XXIII. **Mater et magistra** - Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa João XXIII Sobre a Evolução da Questão à Luz da Doutrina Cristã. São Paulo, Paulinas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Mater et Magistra**. *Encíclica e Documentos Sociais*. Vol. I. LTR, São Paulo: 1992.

LEITE, J. V. **Contemplativo na Ação** - Notas sobre a Questão do Sentido no Trabalho Contemporâneo. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996.

LEÓN, O. D. **Adolescência e juventude: das noções às abordagens**. In Freitas, M. V. de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: 2005. Ação educativa. (E-book). Disponível em:

<[http://www.biblioteca-acaoeducativa.org.br/dspace/bitstream/123456789/2344/1/caderno\\_Juv.pdf](http://www.biblioteca-acaoeducativa.org.br/dspace/bitstream/123456789/2344/1/caderno_Juv.pdf)> Acesso em: 05/04/ 2013.

LEÃO XIII. **Rerum Novarum**: carta encíclica sobre a condição dos operários. Tradução Manuel Alves da Silva. 13.ed.,2002.

LIBÂNIO, J. B. **Os Jovens em tempo de pós-modernidade. Considerações socioculturais e pastorais**. São Paulo: Loyola, 2004.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P. e CATANI, D. B. (orgs) **Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissões Docente**. São Paulo: Escrituras Editora. 1998.

MAIA, A. **Profissões e vida**. São Paulo: Loyola, 1982.

MARSCHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. 9º Ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo. Atlas, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 1984.

MEC. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Debate**. Brasília. 2012.

MELUCCI, A. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. In: **Revista Brasileira de Educação – ANPED – Juventude e contemporaneidade**, n. 5 e n. 6, maio/dez. 1997. p. 5 – 14. Número Especial.

\_\_\_\_\_. **O jogo do eu: a mudança de si mesmo na sociedade globalizada**. Editora Feltrinelli, 1992.

MENDES. G. **O trabalho Dignifica o Homem**. Publicada em: 01/05/2013 Disponível em: < <http://www.onacional.com.br/geral/cidade/37224/0+trabalho+dignifica+o+homem>>. Acesso em 19/11/2013.

MIRANDA, L. I. **Processo educativo: a práxis intencional e o resgate da cidadania**. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, 1998.

MOTA, D. **Formação e Trabalho**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 1997.

MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia Tomo II (E-J) 2º Ed**. Loyola.2005.

MOREIRA, L. P. Educação e pedagogia: a definição de um campo científico. **Educação e Cultura Contemporânea**. Rio de Janeiro, v.3, n.6, dez.2006.

MURAD, Afonso. **Gestão e espiritualidade: uma porta entreaberta**. 2. Ed. São Paulo: Paulinas, 2007. 252 p.

NOVAES, R. **Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

NOVAES, R.; VANNUCHI, P.; (orgs.), **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004, 304 p.

OLIVEIRA, O. M. **Teorias Globais e suas revoluções: impérios de poder e modos de produção**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

PACHECO, E. **Perpectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. São Paulo: Moderna Ed., 2012.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Porto: Ambar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Culturas Juvenis**. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PAGOLA, J. A. **Jesus: Aproximação histórica**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PATERSON, J. **Tomorrow's job titles**. The Futurist. 2002.

PENTEADO, J. R. W. Mesa - redonda sobre espiritualidade nas empresas. **Revista da ESPM**. vol 14, ano 13, ed. n. 1 jan/fev 2007.

PERETTI, C. Experiência Religiosa e o Itinerário do Ser Humano para Deus. In: **Cultura Religião e Sociedade, um diálogo entre diferentes saberes**. Org. Luiz Alexandre Solano Lopez e Cesar Kusma. Curitiba: Ed. Champagnat. 2010.

PERETTI, C. NOGOSEKE, E. **O Transito Religioso da Juventude: a presença das religiões nas biografias juvenis**. Mobilidade Religiosa. Soter. MG: 2012.

PINHO, R. R.; NASCIMENTO, A. M. **Instituições de Direito Publico e Privado**. 22° ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 4 ed. São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 4 ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

PIO XI. **Divinis Redemptoris**. Encíclicas e documentos sociais. Org. Frei Antonio de Sanctis, O.F.M, Cap. São Paulo: Ed. LTR, 1972.

\_\_\_\_\_. **Quadragesimo Anno**. Carta encíclica. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

PIO XII. **Radiomensagem natalina em comemoração ao 50º aniversário da Rerum Novarum**. Roma. 1942

\_\_\_\_\_. **Radiomensagem do Natal 1943 (Natal de guerra)**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1951.

PIO XII; Paulo VI. **Populorum Progressio**. 10 edição. São Paulo: Paulinas, 1982.

PLANO PROVINCIAL DE PASTORAL: Província Marista do Brasil Centro Sul/ Brasil/ Setor de Pastoral. 1º ed. São Paulo: FTD, 2006.

POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: **Diretrizes e Perspectivas**. Conselho Nacional de Juventude, Brasília, 2006.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ: **Compêndio DSI**, Vaticano, 2004.

PROJETO SONHO BRASILEIRO. Disponível em <<http://pesquisa.osonho-brasileiro.com.br/indexi2.php?id=148>> Acesso em 12/05/2013

RAMOS, M. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

REGATTIERI & CASTRO. M. J. **Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração**. 2º Ed. Brasília. UNESCO. 2010.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROMITA, A. S. **Globalização da Economia e Direito do Trabalho**. São Paulo: Ltr, 1997.

ROUSSEAU, J.J. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Emílio, ou, Da Educação**. Tradução Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. 581p. Tradução de: Émile ou de l'éducation.

RUA, M. G. As políticas públicas de juventude dos anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD. Brasília, 1998.

RUSSOMANO, M. V. **Curso de Direito do Trabalho**. 8º Ed. Juruá, 2002.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. SP, Paulinas, 1984.

SANTOS, D. C. **A promoção da saúde mental no trabalho inserido em processo de gestão de pessoas em uma organização escolar**. Monografia. (Especialização MBA em Gestão Estratégica de Pessoas). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba- SP. 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 2ª ed.2006.

SCHUMPETER, J. Empresários, Inovação, Ciclos de Ensaio. 1ed. Celta Editora, 1997.

SECRETARIADO INTERPROVINCIAL MARISTA. **Caminho de Educação e Amadurecimento na Fé**. São Paulo: FTD. 2008.

SIGNIFICADOS. C. **Significado de Locus**. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/locus/>> Acesso em 22/04/2013.

SOUZA, R. M. **O discurso do protagonismo Juvenil**. São Paulo, 2006.

SPEYER. A. M. S.J. Agostinho Castejón, FÁVERO. Leônida & SOUZA. Djanira L de. **Educação para o mundo do trabalho**. Edição Loyola. São Paulo. SP. Editora: AEC do Brasil. 1983.

SPOSITO, M. P. (1997). **Estudos sobre juventude em educação**. Revista Brasileira de Educação, (5), 37-52. Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05\\_6/RBDE05\\_6\\_06\\_MARILIA\\_PONTES\\_SPOSITO.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_06_MARILIA_PONTES_SPOSITO.pdf). Acesso em: 16/04/13.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. . R. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, 2003.

\_\_\_\_\_. **Juventude: crise, identidade e escola**. In: Dayrell, Juarez (Org.).Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo horizonte: UFMG, 2001.

SUSSEKIND, A.; MARANHÃO, D.; VIANNA, S. **Instituições de Direito do Trabalho**. 9º Ed. Ampliada e Atualizada. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.

SUSSEKIND, A. **Instituições de Direito do Trabalho**. 20º Ed. São Paulo: LTr, 2002.

TANAKA, E. D. O. **Preparação profissional e social do portador de deficiência mental para o mercado de trabalho**: comparação entre dois estudos. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 1996.

TOMAZIO. G. **Juventude**: protagonismo e religiosidade. São Paulo: Paulinas, 2013.

TORO, J. B. **O papel do terceiro setor em sociedades de baixa participação**. In:IOSCHPE, E. B. 3º setor - desenvolvimento social sustentado.

2 ed. São Paulo, 2000.

VARELA, J. & Uria-Alvarez, F. **A maquinaria escolar**. *Revista Teoria e Educação*, 1992.

VASCONCELOS, E. M. (org) **A espiritualidade no trabalho em saúde**. São Paulo: Editora Hucitec. 2006.

VIANNA, L. W. **A Transição**. Da Constituinte à Sucessão Presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 5º ed. Organização e introdução: H. H. Gerth e C. Wright Millis. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC Editor, 1982.

WOLECK. A. **O Trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica**. Instituto Catarinense de Pós Graduação. Disponível em: <<http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudetrab/trabalho%20ocupa%E7%E3o.pdf>> Acesso em: 24/11/2013.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AGUIAR. A. M. S. F. **A instituição família e sua importância no processo educar**. Disponível em: <<http://www.antaresamericana.com.br/artigos/a-instituic%C3%A3o-familia-e-sua-importancia-no-processo-de-educar/43>> Acesso em: 14/10/2013.

CADERNOS IHU EM FORMAÇÃO. **A sociedade de pós - humana - A superação do humano ou a busca de um novo humano?** Ano 4 Nº 29 2008.

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, IPEA, 2008.

CHIAVENATO. J. **Ética globalizada e sociedade de consumo**. São Paulo: Moderna, 1998.

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude/ Secretaria Nacional de Juventude/ Secretaria Geral da Presidência da República. **Reflexões Sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010**. Brasília: [s.n] 2011.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 4. ed. São Paulo: Global, 1990.

ESCÁMEZ, J.; GIL, R. **O Protagonismo na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ESTATUTO DA JUVENTUDE, **Substitutivo adotado pela comissão ao**

**projeto de lei Nº 4.529, DE 2004.** Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/noticias/2011/10/10-10-2011-artigo-estatuto-da-juventude-mais-um-passo-para-o-desenvolvimento-do-brasil>> Acesso em 20 março 2013.

FREITAS, M. V. (org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento** - agosto de 2005 a março de 2007. Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

JUVENTUDE – **Ensaio sobre a Sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

LEVI, G, SCHMITT, J. **História dos Jovens. Vol. II.** A época contemporânea. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

MELO, J. M.. **Brasil Demográfico: comunicação e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2011.

NOVAES, R. **Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação**. Fundação Perceus Abramo. São Paulo, 2004.

NOVAES, R. VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

PAIS, J. M. **Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida**. Análise Social, Lisboa, 1991.

PNAD - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Síntese de Indicadores**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

POCHMANN, M. **A Batalha Pelo Primeiro Emprego**. São Paulo: Editora Publisher Brasil, 2001.

PORTUGUÊS. D. O. **Significado de Insight**. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/insight/>> Acesso em 23/02/2013.

SCHMIDT, J. P. **Juventude e Política no Brasil. A socialização política dos jovens na Virada do Milênio**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SECRETARIADO INTERPROVINCIAL MARISTA. **Diretrizes Nacionais da Pastoral Juvenil Marista**. São Paulo: FTD, 2006.

SPOSITO, M. P. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília, 2004.

## ANEXO A– TERMO DE CONSENTIMENTO

### QUESTIONÁRIO

Agradecemos sua colaboração nesta pesquisa em que se pretende analisar o perfil dos jovens do Ensino Médio Integrado do Centro de Educação Profissional Ir. Mario Cristovão - TECPUC na relação com o trabalho e a contribuição pedagógica e pastoral na orientação de sua vocação profissional e inserção no mundo do trabalho. Seus dados pessoais serão mantidos em sigilo sobre sua identidade.

Por favor, leia atentamente cada questão e procure respondê-la da forma mais precisa possível. O preenchimento do questionário leva de 10 a 15 minutos, podendo ser abandonado a qualquer instante, sem que isso lhe prejudique de alguma forma.

Suas respostas serão essenciais no desenvolvimento da pesquisa. Elas nos ajudarão a melhor entender o perfil dos jovens do Ensino Médio Integrado, na relação entre mundo do trabalho e escola.

Agradecemos sua disponibilidade e atenção.

Profª Drª Clélia Peretti

Orientadora do Programa de Pós - Graduação Mestrado em Teologia (PUCPR) e do Curso de Bacharelado de Teologia do Centro Universitário Católica de Santa Catarina.

Jefferson Marques Bertoldi

Mestrando do Curso de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Você gostaria de participar dessa pesquisa?

Sim

Não

## ANEXO B - QUESTIONÁRIO

**1. Perfil sócio-demográfico:****1.1 Idade:**

16 anos

17 anos

18 anos

Maior de 18 anos

**1.2 Sexo:**

Masculino

Feminino

**1.3 Sua cor ou raça é:**

Amarelo

Branco

Indígena

Negra

Parda

**1.4 Estado Civil:**

Solteiro (a)

Casado (a)

Separado (a)

Outro

Se assinalou a opção OUTRO na resposta acima, descreva:

**1.5 Religião:**

Cristã

Muçumana

Budista

Espírita

Agnóstica

Outro

Se assinalou a opção OUTRO na resposta acima, descreva:

**1.6 Qual ano você frequenta no Ensino Médio Integrado:**

3º ano do Ensino Médio

4º ano do Ensino Médio

**1.7 Você trabalha:**

Sim

Não

## 2. INFORMAÇÕES DO DOMICILIO E TRABALHO:

### 2.1 A casa que você mora é:

Própria

Alugada

Emprestada

Outro

Se assinalou a opção OUTRO na resposta acima, descreva:

### 2.2 Você mora com:

(Se for preciso assinale mais de uma opção)

Pai ou responsável

Mãe ou responsável

Filho (a)

Irmão (ã)

Agregados (a)

Outros

Se assinalou a opção OUTROS na resposta acima, descreva:

### 2.3 Qual a profissão do pai ou responsável:

Administrador

Autônomo

Comerciante

Contador

Empresário

Engenheiro

Funcionário  
público

Pedreiro

Professor

Vendedor

Outro

Se assinalou a opção OUTRO na resposta acima, descreva:

### 2.4 Qual a profissão da mãe ou responsável:

Comerciante

Empresária

Funcionária  
pública

Professora

Do Lar

Vendedora

Engenheira

Administradora

Contadora

Autônoma

Outro

Se assinalou a opção OUTRO na resposta acima, descreva:

### 2.4.1 A profissão dos teus pais ou responsáveis influenciou na escolha da tua profissão:

Não

Sim

**1.7.1 Se SIM, indique qual a categoria que você se enquadra:**

- Aprendiz ou estagiário (a) sem remuneração
  Aprendiz ou estagiário (a) com remuneração
  Empregado(a) sem carteira assinada
  Empregado (a) com carteira assinada
  Ajuda o responsável da casa, mas sem salário
  Autônomo (a)

**1.7.2 E qual a sua renda mensal aproximadamente:**

- Até um salário mínimo
  De R\$ 680,00 à R\$1500,00
  De R\$1600,00 à R\$3000,00
  De R\$ 3100,00 à R\$6000,00
  Acima de R\$ 6000,00

**1.7.3 Para você, qual destas opções define melhor o significado de Trabalho:**

- Status social
  Sacrifício
  Independência
  Crescimento financeiro
  Sofrimento
  Outro

Se assinalou a opção OUTRO na resposta acima, descreva:

**1.8 Qual a sua expectativa ao concluir o curso do Ensino Médio Integrado:**

- Crescer profissionalmente na área em que já atuo
  Conquistar um novo emprego, em uma nova área
  Mudar de área na empresa em que já trabalho
  Aumento de salário
  Qualificação profissional, para estar mais bem preparado para o mundo do trabalho
  Outro

Se assinalou a opção OUTRO na resposta acima, descreva:

**1.9 O que te levou a fazer o Ensino Médio Integrado e não o Ensino Médio Regular:**

- Terminar o Ensino Médio já com uma profissão
  Foi exigência dos pais e ou responsáveis
  Entrar mais rápido no mundo do trabalho
  A estrutura e credibilidade da escola me fez decidir
  Outro

Se assinalou a opção OUTRO na resposta acima, descreva:

**2.5 Você já recebeu ajuda de algum programa social do Governo Federal:**

Não



Sim

**3. CONTRIBUIÇÃO DO TECPUC PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL:**

Desempenho Educativo

	Discreta	Considerável	Importante	Fundamental
3.1 Na sua orientação profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.2 No seu desenvolvimento intelectual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.3 No seu desenvolvimento relacional (Com amigos, professores e colaboradores)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.4 Na sua vontade de aprender mais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.5 No seu comprometimento social (Campanhas, mobilizações sociais, conscientização ambiental e de saúde)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.6 Na sua maneira de enxergar o trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.7 Na sua relação com a família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.8 Na sua prática dos valores éticos e humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.9 Na sua espiritualidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.10 No seu projeto de vida (Planos, objetivos, metas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.11 De que forma o Serviço psicopedagógico do TECPUC contribui na orientação vocacional e profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**4. Núcleo Pedagógico (Integrado) e Pastoral do TECPUC:**

	Nunca	Ocasionalmente	Frequentemente	Sempre
4.1 Você julga de forma positiva e maneira como as disciplinas estão sendo aplicadas ao longo de cada ano no Integrado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.2 Você acha importante ter profissionais na área psicopedagógica no TECPUC para auxiliar os alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.3 As abordagens pedagógicas já ajudaram no seu desenvolvimento como aluno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.4 As atividades da Pastoral já ajudaram no seu desenvolvimento como aluno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.5 Você já participou de alguma atividade da Pastoral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.6 Você acha importante ter na Escola projetos que desenvolvam o lado humano e solidário dos alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.7 No teu dia a dia, você costuma fazer ações solidárias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.8 Você acha importante ter o Serviço de Acompanhamento Pastoral no TECPUC	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.9 Você participa de eventos promovidos pela Pastoral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.10 Participa de ações solidárias e humanas da comunidade onde mora, ONGs ou outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**4.11 Que ações ou projetos você deixa como sugestão para que o Núcleo de Pastoral do TECPUC consiga desenvolver o lado humano e solidário dos alunos:**

**4.12 Na tua opinião, os projetos da Pastoral podem te ajudar na tua carreira profissional:**

Não

Sim

**Se a resposta for SIM, por favor comente:**

**5. Você tem um projeto de vida:**

Não

Sim

**5.1 Se você respondeu SIM, em qual área:  
(Se for preciso assinale mais de uma opção)**

Família

Estudo

Carreira Profissional

Desenvolvimento  
Humano

Outro

Se assinalou a opção OUTRO na resposta acima, descreva:

**5.2 Você acha que o Núcleo de Pastoral do TECPUC contribui no desenvolvimento de uma espiritualidade:**

Não

Sim

Se a resposta for SIM, por favor comente:

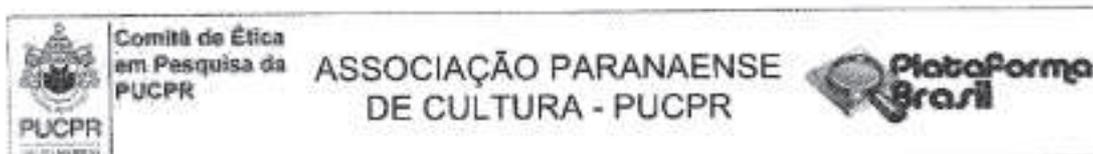
**5.3 Você julga como um diferencial importante na hora de procurar um emprego ter como referência uma espiritualidade que te faça viver valores morais e éticos e a ser melhor como pessoa:**

Não

Sim

Por favor, comente a sua resposta acima:

## ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIAL DO CEP



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Protagonismo juvenil e o mundo do trabalho. A educação como fator de desenvolvimento.

**Pesquisador:** Jefferson Marques Bertoldi

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 11158212.0.0000.0020

**Instituição Proponente:** Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 241.943

**Data da Relatoria:** 27/03/2013

## Apresentação do Projeto:

Pretende-se realizar um levantamento de dados junto a alunos dos Cursos de Administração, Contabilidade e Informática que frequentam o Centro de Educação Profissional Irmão Mario Cristovão (TECPUC), na faixa etária de 17 e 18 anos. Serão realizadas entrevistas utilizando um questionário estruturado contendo 24 questões fechadas e abertas. Os alunos devem estar cursando o terceiro ou o quarto ano, sendo o número estimado de 250 participantes.

## Objetivo da Pesquisa:

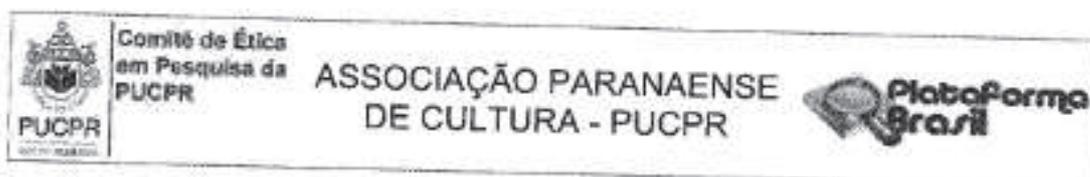
O objetivo geral da pesquisa é "Analisar o perfil dos jovens do Ensino Médio Integrado do Centro de Educação profissional Irmão Mario Cristovão - TECPUC e a contribuição pedagógica e pastoral na orientação de sua vocação profissional e inserção no mundo do trabalho."

Os objetivos intermediários são:

\*1. Mapear os projetos de formação humana do Núcleo de Pastoral do TECPUC e sua contribuição na formação profissional, no espírito comunitário da fraternidade e igualdade entre sujeitos, no desempenho de funções e o exercício da cidadania. 2. Analisar atitudes, percepções, perspectivas dos jovens em relação ao trabalho e cidadania. 3. Investigar as estratégias utilizadas pelos jovens em relação a sua orientação profissional e inserção no mundo do trabalho. 4. Averiguar a contribuição pedagógica e pastoral no processo de formação dos jovens que frequentam os cursos de Administração, Contabilidade e Informática do Ensino.

Endereço: Rua Inacada Conceição 1165  
 Bairro: Prado Velho CEP: 80.215-901  
 UF: PR Município: CURITIBA  
 Telefone: (41)3271-2282 Fax: (41)3271-2282 E-mail: nep@pucpr.br





**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

São apresentados os seguintes riscos:

"A reflexão sobre o perfil, atitudes e perspectivas de emprego e trabalho, se não orientada poderá acarretar riscos como: frustração quanto a escolha do curso e da profissão; desconforto emocional, bem como desinteresse nas propostas pedagógicas"

São indicados os seguintes benefícios: compreensão das perspectivas do mundo do trabalho; conhecimento dos limites e das possibilidades das novas formas de inserção no mercado de trabalho.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto é claro em seu método de levantamento de dados e no objetivo geral, sem maiores detalhes.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

É apresentado o documento de autorização da instituição para a realização da pesquisa e o TCLE, sendo que estes se encontram de acordo com as recomendações deste Comitê

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto atende às recomendações deste Comitê.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

CURITIBA, 10 de Abril de 2013

Assinado por:  
**NAIM AKEL FILHO**  
 (Coordenador)



Endereço: Rua Inocência Conceição 1155  
 Bairro: Prado Velho CEP: 80.215-901  
 UF: PR Município: CURITIBA  
 Telefone: (41)3271-2292 Fax: (41)3271-2292 E-mail: nep@pucpr.br